



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE
FLUMINENSE DARCY RIBEIRO – UENF
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS
SOCIAIS - PPGPS**

MOINHO AMBIENTAL:

**Dinâmicas adaptativas e enfrentamento das mudanças
ambientais com foco na erosão costeira em Atafona, São João da
Barra (RJ)**

LEANDRO FERNANDES VIANA

**CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ
Julho / 2021**

MOINHO AMBIENTAL:
Dinâmicas adaptativas e enfrentamento das mudanças ambientais com foco
na erosão costeira em Atafona, São João da Barra (RJ)

LEANDRO FERNANDES VIANA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, do Centro de Ciências do Homem – CCH, da Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, como parte das exigências para a obtenção do título de Doutor em Políticas Sociais.

Orientadora: Teresa Peixoto Faria
Coorientador: Marco Antônio Sampaio Malagoli

CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ

Julho/2021

FICHA CATALOGRÁFICA

UENF - Bibliotecas

Elaborada com os dados fornecidos pelo autor.

V614

Viana, Leandro Fernandes.

MOINHO AMBIENTAL : Dinâmicas adaptativas e enfrentamento das mudanças ambientais com foco na erosão costeira em Atafona, São João da Barra (RJ) / Leandro Fernandes Viana. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2021.

165 f. : il.

Inclui bibliografia.

Tese (Doutorado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2021.

Orientadora: Teresa de Jesus Peixoto Faria.

Coorientador: Marco Antonio Sampaio Malagoli.

1. Atafona. 2. Percepção Ambiental. 3. Estratégias de enfrentamento. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD - 361.61

**MOINHO AMBIENTAL:
Dinâmicas adaptativas e enfrentamento às mudanças ambientais com foco
na erosão costeira em Atafona, São João da Barra (RJ)**

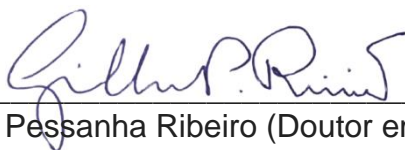
LEANDRO FERNANDES VIANA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro como parte das exigências para obtenção do título de Doutor em Políticas Sociais.

Aprovado em: 30 de julho de 2021.

Comissão Examinadora:

Prof.^a. Antenora Maria da Mata Siqueira (Doutora em Engenharia Agrícola/Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável - UNICAMP)



Prof. Gilberto Pessanha Ribeiro (Doutor em Geografia - UFF)

Prof.^a. Paula Mousinho Martins (Doutora em Filosofia - UFRJ)

Prof. Marco Antônio Sampaio Malagoli (Doutor em Psicologia - USP) –
Coorientador

Prof.^a. Teresa Peixoto Faria (Doutora em Estudos Urbanos – École des Hautes Études en Sciences Sociales – EHEES)
Orientadora

Dedico este trabalho a todas as comunidades, moradores e profissionais que se dedicam a produzir conhecimento nas situações de emergências e desastres.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, por toda sua luta e ensinamentos para que fosse possível chegar até aqui. Agradeço à minha família pelo apoio, incentivo e suporte emocional.

Agradeço aos colaboradores envolvidos direta ou indiretamente, que torceram pela realização deste estudo, deixando sua marca no trabalho e na minha experiência de vida.

Agradeço à minha orientadora Teresa Peixoto Faria pelos momentos de troca, entre orientações de pesquisa, conselhos, lições, paciência e generosidade. Agradeço ao meu coorientador Marco Malagoli, pelo entusiasmo, trocas e dicas importantes durante toda a trajetória.

Aos meus amigos que fiz da Casa Duna, Júlia Naidin e Fernando Codeço, com quem tive a oportunidade de aprender e construir parcerias indispensáveis. Fernando (Pessanha) e Ronaldo. E aos amigos de sempre!

Agradeço os amigos que fiz em São João da Barra, especialmente de Atafona onde pude compartilhar de momentos incríveis.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, que durante as disciplinas dedicaram a sua atenção na busca por ampliar os conhecimentos e reflexões. E também aos professores “parceiros”, que se tornaram amigos como Marco Malagoli, Gilberto Pessanha e Antenora Siqueira, fundamentais neste processo de aprendizado.

Agradeço aos técnicos e funcionários da UENF, que através da Secretaria de Pós-Graduação, sempre estiveram dispostos a atender com carinho e dedicação.

Agradeço aos membros da banca pela disponibilidade, dicas, correções e oportunidade de continuar o processo de aprendizagem.

À FAPERJ pelo apoio através do financiamento da bolsa, que permitiu desenvolver este estudo.

Por fim, meus sinceros agradecimentos a todos os trabalhadores da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) por inquestionavelmente servir de espaço de produção de saber, vivências e oportunidades.

“Quando os engenheiros me disseram que iriam usar a tecnologia para recuperar o rio Doce, perguntaram a minha opinião. Eu respondi: “A minha sugestão é muito difícil de colocar em prática. Pois teríamos de parar todas as atividades humanas que incidem sobre o corpo do rio, a cem quilômetros nas margens direita e esquerda, até que ele voltasse a ter vida”. Então um deles me disse: “Mas isso é impossível”. O mundo não pode parar. E o mundo parou” (KRENAK, 2020).

RESUMO

VIANA, Leandro Fernandes. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Julho de 2021. **MOINHO AMBIENTAL**: Dinâmicas adaptativas e enfrentamento das mudanças ambientais com foco na erosão costeira em Atafona, São João da Barra (RJ) (Tese de Doutorado). Orientadora: Teresa Peixoto Faria Coorientador: Marco Antônio Sampaio Malagoli.

O presente trabalho busca compreender a dinâmica de construção da percepção ambiental de moradores e veranistas, relacionada com os enfrentamentos que realizam diante das mudanças e problemas ambientais que afetam a comunidade do 2º Distrito de Atafona, no município de São João da Barra – RJ. Neste sentido, este trabalho reflete sobre a percepção ambiental no contexto das experiências vividas, e a partir da realidade local, visa compreender dimensões psicossociais no processo de adaptação e superação face às mudanças ambientais, desvelando os elos adaptativos e como estes interagem na relação pessoa-ambiente. Neste âmbito, partindo de estudos da percepção ambiental, inserida no campo de investigação da psicologia, e considerando as dimensões subjetivas no que tange à atuação do ser humano com o seu meio ambiente, propõe-se uma leitura relacional do ambiente-sociedade, composta a partir da disputa de narrativas dos atores sociais imersos em um ambiente de mudanças constantes. Correlaciono à percepção, a adaptação, e as estratégias de resistência de pessoas e grupos atingidos pela erosão costeira, considerando o conjunto de políticas sociais envolvidas na construção de respostas ao fenômeno. Neste contexto, destaco a localidade na linha costeira, do 2.º Distrito de Atafona, forjada no delta do rio Paraíba do Sul. A praia de Atafona, há décadas vem sofrendo e enfrentando os efeitos das mudanças ambientais relacionadas à erosão costeira e ao avanço das dunas sobre edificações residenciais e comerciais. A partir do entrelaçamento de fenômenos experienciados durante a pesquisa, pude constatar que esta paisagem revela uma verdadeira trama de narrativas, e oferece um mosaico de histórias de luta e coexistências. Destaco a relevância de refletirmos sobre a percepção dos atores sociais diante do caráter gradativo do avanço do mar, e também sobre os desafios e dificuldades das instituições públicas responsáveis em dar respostas aos afetados. Por fim, evidencio entre os resultados da pesquisa o reconhecimento de um conjunto de ações preventivas com base em arranjos pessoais e coletivos colocados em prática pelos atores sociais, colaboradores da pesquisa, fortemente relacionado com um mosaico perceptivo, repleto de deslocamentos, reocupações e resistências, revelados na dimensão subjetiva de relação de afeto e pertencimento ao lugar.

Palavras-chave: Atafona, percepção ambiental, estratégias de enfrentamento.

ABSTRACT

VIANA, Leandro Fernandes. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. July, 2021. ENVIRONMENTAL MILL: Adaptive dynamics and coping with environmental changes with a focus on coastal erosion in Atafona, São João da Barra (RJ) (Doctoral Thesis). Advisor: Teresa Peixoto Faria. Co-advisor: Marco Antônio Sampaio Malagoli.

This paper seeks to understand the dynamics of construction of environmental perception of residents and vacationers, related to the confrontations they perform in the face of environmental changes and problems affecting the community of Atafona, in the municipality of São João da Barra - RJ. In this sense, this work reflects on environmental perception in the context of lived experiences, and from the local reality, aims to understand psychosocial dimensions in the process of adaptation and overcoming environmental changes, revealing the adaptive links and how they interact in the person-environment relationship. In this scope, based on studies of environmental perception, inserted in the field of psychology research, and considering the subjective dimensions regarding the performance of human beings with their environment, a relational reading of the environment-society is proposed, composed from the dispute of narratives of social actors immersed in an environment of constant change. I correlate the perception, adaptation, and resistance strategies of people and groups affected by coastal erosion, considering the set of social policies involved in the construction of responses to the phenomenon. In this context, I highlight the region located on the coastline, being the 2nd District of São João da Barra, Atafona, forged in the Paraíba do Sul River delta. Atafona beach, for decades has been suffering and facing the effects of environmental changes related to coastal erosion and the advance of dunes over residential and commercial buildings. From the interweaving of phenomena experienced during the research, I could see that this landscape reveals a true web of narratives, and offers a mosaic of stories of struggle and coexistence. I light the relevance of reflecting on the perception of social actors in the face of the gradual advance of the sea, and also on the challenges and difficulties of the public institutions responsible for providing answers to those affected. Finally, I highlight among the research results the recognition of a set of preventive actions based on personal and collective arrangements put into practice by social actors, research collaborators, strongly related to a perceptual mosaic, full of displacements, reoccupations, and resistance, revealed in the subjective dimension of the relationship of affection and belonging to the place.

Keywords: Atafona, environmental perception; coping strategies.

LISTA DE IMAGENS E DESENHOS

Imagem 1 - Trecho 1 da região costeira do 2º Distrito de Atafona, SJB, RJ.	41
Imagem 2 - Vista panorâmica da área pesquisada.	41
Imagem 3 - Imagem de Satélite com destaque para o Município de São João da Barra. Notam-se as linhas arenosas formação da região.	51
Imagem 4 - Esquema da dinâmica erosiva em Atafona	54
Imagem 6 - Compartimento Itabapoana com principais localidades.	68
Imagem 7 - Relatório Técnico n. 01 / 2018.	86
Imagem 8 - Projeto de estabilização da linha de costa da região.	88
Imagem 9 - Intervenção ambiental – Visão Panorâmica do Porto do Açú.	139
Imagem 10 - Complexo portuário do Açú	104
Desenho 1 - Intervenções e possibilidades para erosão em Atafona - I.	124
Desenho 2 - Intervenções e possibilidades para erosão em Atafona – II.....	135

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Baixada. Rua Alvinópolis.	45
Fotografia 2 Foto da baixada (Rua Alvinópolis).....	46
Fotografia 3 - Praia de Atafona	50
Fotografia 4 - Rua da caixa d'água.	50
Fotografia 5 - Fotografia aérea panorâmica do pontal de Atafona – época: 1974. 63	
Fotografia 6 - Fotografia aérea panorâmica do Pontal de Atafona – época: 05/2003.	63
Fotografia 7 - Pontal de Atafona. Foto panorâmica da inundação na baixada.	65
Fotografia 8 - Contenção construída pela da Defesa Civil na praia de Atafona em 2017.	79
Fotografia 9 - Abertura de Vala para drenar esgoto/líquidos acumulados	81
Fotografia 10 - Passeata com a participação do SOS Atafona e Atafona Resiste no desfile cívico em 2017	91
Fotografia 11 - Utilização de Geobags.	142

Fotografia 12 - Utilização de SANDBAG.	143
Fotografia 13 - Acervo da Casa Duna. Fonte: Disponibilizado pela Casa Duna. ..	96
Fotografia 14 - Museu Ambulante - Casa Duna.	97
Fotografia 15 - "Baixada" inundada- Atafona/SJB.....	99
Fotografia 16 - Moradores da Vila Esperança – antigos moradores da Ilha da Convivência.....	100
Fotografia 17 - Antigos moradores da Ilha da Convivência se reconhecendo em fotos antigas – projeto Museu Ambiental	101
Fotografia 18 - Casa próxima de ser atingida pelo mar.....	102
Fotografia 19 - Morador pavimenta entulhos à porta de sua casa	107
Fotografia 20 - Tentativa de restaurar a proteção natural costeira.....	108
Fotografia 21 - Frente de uma casa de pescador.....	110
Fotografia 22 - Tentativas de restaurar a proteção natural costeira.	110
Fotografia 23 - Lembranças de Atafona. Relato da despedida.	112
Fotografia 24 - Casa em escombros. Reciclagem dos materiais.	113
Fotografia 25 - Tentativas de construção de “Dique” artesanal.....	114
Fotografia 26 - Manutenção do "dique artesanal".	115
Fotografia 27 - A chegada do mar - I.....	127
Fotografia 28 - A chegada do mar - II.....	127
Fotografia 29 - Deslocando para trás/lados - I.	128
Fotografia 30 - Deslocando para trás/lados - II.	129
Fotografia 31 - Ronaldo Cravo em entrevista pouco antes de sua morte: duas casas e o bar perdidos para o mar em Atafona.....	129
Fotografia 32 - Passado e presente.	133
Fotografia 33 - Impermanências.....	133

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Mapa do Estado do Rio de Janeiro - Município de São João da Barra. .	15
Mapa 2 - Imagem de satélite do Google Maps. Delta do Rio Paraíba do Sul e sua Foz em Atafona.	15
Mapa 3 - Dinâmica do litoral em Atafona.	16
Mapa 4 - Litoral Leste - Planície Costeira do Rio Paraíba do Sul.....	68

Mapa 5 - Sistemas de cristas de praia. 70

LISTA DE TABELA E QUADRO

Tabela 1 - Grau de risco de desastre. 62

Quadro 1 - Principais impactos na rotina dos comerciantes. 130

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
Os trajetos na construção do objeto	21
Questões de pesquisa e Objetivos	22
1 O PERCURSO TEÓRIO-METODOLÓGICO: RELAÇÕES PESSOA-AMBIENTE	25
1.1 A psicologia ambiental e os percursos Interpretativos	27
1.2 Percepção ambiental no ambiente	29
1.3 Ouvindo, perguntando, OBSERVANDO: “Atitude fenomenológica” ...	32
1.4 Percurso metodológico do pesquisador	36
1.5 Contexto de estudos e os atores (colaboradores)	40
1.6 Moradores da “linha de frente” erosiva: pescadores artesanais.....	43
1.7 Moradores da “linha de frente”: comerciantes.....	47
1.8 Veranistas da “linha de frente”	48
2 SÃO JOÃO DA BARRA, ATAFONA E AS MUDANÇAS AMBIENTAIS.....	51
2.1 Notas da ocupação e habitantes da região.....	56
2.2 Atafona ambiental	61
2.3 Aspectos da erosão marinha/costeira no estado do Rio de Janeiro... 	67
2.4 vulnerabilização e Resistência.....	71

3 POLÍTICAS DE PROTEÇÃO CIVIL E ESTUDOS DE RESPOSTAS À EROÇÃO EM ATAFONA	76
3.1 Ações da Coordenadoria de Defesa Civil.....	78
3.2 Audiências Públicas e a erosão em Atafona	82
3.3 Projetos em pauta: O “engordamento” de praia	84
3.3.1 Anteprojeto de proteção e restauração da praia de Atafona – INPH.....	87
3.3.2 Anteprojeto de Engenharia e Meio Ambiente das Obras de Recuperação ambiental praia de Atafona	89
3.4 Ação Civil Pública – SOS Atafona	90
3.4.1 Ação civil pública contra o poder público.....	92
3.6 Ambiente de disputas: O “Complexo Industrial Portuário do Açú”	93
3.7 Propostas e Intervenções.....	141
4 ATAFONA EM REVOADA: PERCEPÇÃO E DINÂMICAS ADAPTATIVAS	93
4.1 Atafona em foco	95
4.2 Desconstruir, deslocar, reconstruir em Atafona.	98
4.3 Mosaico de resistências	106
4.4 Comerciantes na “linha de frente”	126
4.5 Veranistas na “linha de frente”: (Im) permanências	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	155

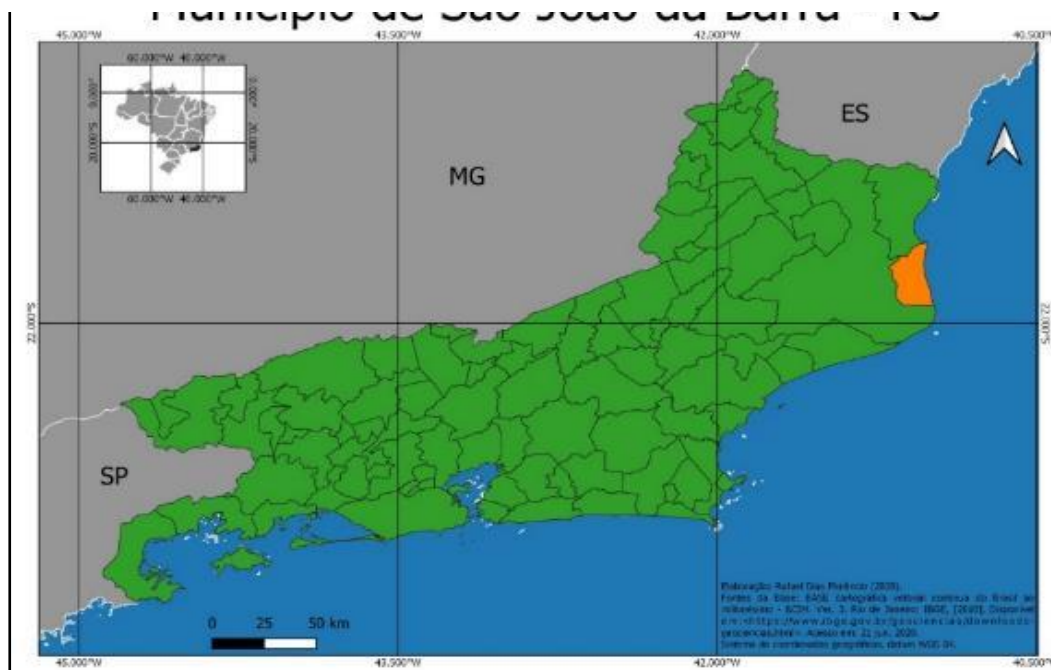
INTRODUÇÃO

Na atualidade a questão ambiental não pode ser mais ignorada. Apesar de estar na agenda política de muitos países, distintas formas de compreensão pairam no ar quando o assunto aborda algumas mudanças climáticas, globais e regionais. A degradação ambiental acelerada, que acarreta o esgotamento dos recursos naturais a diferentes níveis de escalas, tornou-se um dos principais temas entre os desafios contemporâneos mundiais, especialmente quando consideramos a dimensão humana ao longo das últimas décadas.

Considero preocupantes as perspectivas globais no que tange a importância de percebermos os aspectos da biodiversidade que são fundamentais na estabilidade dos sistemas que determinam o estado do planeta. Qual é o limite planetário quando falamos de perda de biodiversidades? A água, as florestas, a biodiversidade e o clima, sustentam a nossa sobrevivência no planeta. Apesar de toda a complexidade, as mudanças no clima da Terra, e a intensificação descontrolada das intervenções humanas, necessita de reflexão urgente sobre os efeitos das mudanças e as consequências na relação da pessoa com o ambiente vivido.

A presente tese é o resultado de uma pesquisa realizada junto a moradores e veranistas do 2º Distrito de Atafona, território pertencente ao município de São João da Barra no estado do Rio de Janeiro (Mapa1). A esta pesquisa interessou desvelar as tramas da percepção ambiental dos moradores e veranistas considerando as dinâmicas de enfrentamento das pessoas diante da erosão costeira, os processos de vulnerabilização dos afetados, e ações políticas em resposta às demandas das comunidades, com destaque para o pontal da praia, local escolhido para pesquisa de campo, onde se encontra uma tradicional vila, denominada por seus moradores de “Baixada”, sendo caracterizada pela presença de pescadores artesanais. Entre a localidade da “Baixada”, o rio Paraíba do Sul e a praia de Atafona, pescadores artesanais, comerciantes e veranistas, convivem no “limite” entre as casas e os escombros de edificações abaladas pela erosão, que afeta o pontal arenoso (figura 1).

Mapa 1 - Mapa do Estado do Rio de Janeiro - Município de São João da Barra.



Fonte: IBGE (2010). Elaborado por Rafael Dias.

Mapa 2 - Imagem de satélite do Google Maps. Delta do Rio Paraíba do Sul e sua Foz em Atafona.

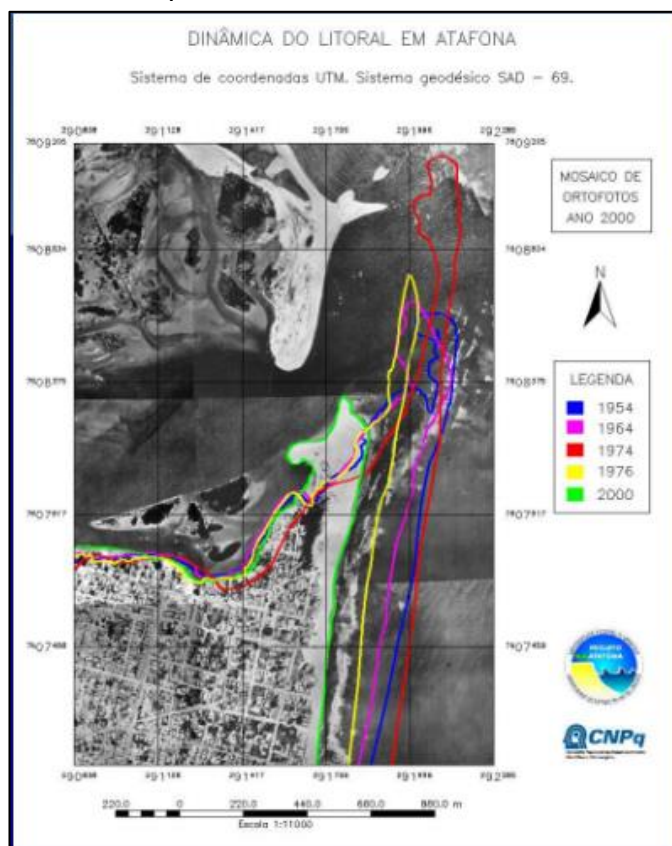


Fonte: Retirado de: <https://www.geoparquecostoeselagunas.com/08/04/21>

Neste sentido, foi relevante compreender como são construídas as estratégias e soluções diante da vulnerabilização associadas aos efeitos da erosão costeira, com foco na dimensão psicossocial – conforme a experiência vivida, e a percepção dos fatores de exposição a situações conflituosas, incluindo os níveis de conhecimento local – convivendo e acompanhando de perto a realidade das comunidades mais afetadas.

Atafona fica na margem direita da desembocadura do rio Paraíba do Sul, sendo que apresenta em um pequeno trecho, o mais intenso fenômeno erosivo de todo o litoral do Estado do Rio de Janeiro. Um conjunto considerável de publicações – entre trabalhos científicos, artigos, dissertações, teses, além de livros, filmes, revistas, jornais locais - informam que desde a década de 1950 aquele conjunto de fatores que alteram o cenário do pontal de Atafona, dentre residências, edificações, comércios e outros estabelecimentos, distribuídos em 14 quarteirões (AZEVEDO, 2004). Tendo em vista a continuidade da ação erosiva e as transformações na paisagem, aceleradas pelos fortes ventos, este dado não é permanente, visto que a cada ano o cenário continua passando por mudanças no meio físico.

Mapa 3 - Dinâmica do litoral em Atafona.



Fonte: Ribeiro, Bartel e Oliveira (2006).

De acordo com investigadores desse fenômeno (RIBEIRO *et al.*, 2004), o delta do Paraíba do Sul representa um ambiente de depósito de sedimentos (materiais transportados e acumulados) nos locais onde o rio encontra-se com o mar. Neste sentido, após algumas décadas de pesquisas sobre o processo erosivo em Atafona, foram gerados alguns documentos cartográficos com apoio de fotografias aéreas que ajudam a visualizar as cristas da praia e parte da formação da planície costeira.

É neste sentido que estudos sobre a característica fisiográfica do litoral brasileiro revelam dados importantes sobre a dinâmica de erosão e progradação (MUEHE; LIMA; LINS DE BARROS, 2006).

A erosão costeira é um evento natural que fez sempre parte da formação de planícies costeiras, porém a formação do território, que hoje pertence ao município de São João da Barra/RJ, possui características específicas, tendo o rio Paraíba do Sul grande protagonismo.

Ainda que considere as causas “naturais” e antrópicas associadas a este processo de mudança ambiental, este trabalho visa compreender um “olhar de dentro” dos aspectos humanos, ou, melhor dizendo, das práticas dos atores sociais, desvelando arranjos e estratégias de enfrentamento dos moradores e veranistas, na superação parcial dos conflitos que se apresentam.

Este desafio exigiu um olhar atento à paisagem, às pessoas e suas dinâmicas adaptativas, reconhecendo e observando fragmentos das histórias de vida do lugar, através da escuta atenta dos colaboradores entrevistados, a leitura de escritos e a observação direta, conhecendo novas pessoas, os modos com que elas expressam os fatores estressantes e enfrentam as mudanças ambientais na região.

O foco desta pesquisa consistiu em compreender os elementos presentes na percepção dos problemas humano-ambientais, considerando a compreensão dos processos de vulnerabilização através da perspectiva de moradores afetados pela erosão costeira na praia de Atafona. Desse modo, as minhas reflexões foram motivadas em torno das expressões desse fenômeno no cotidiano dos colaboradores da pesquisa, considerando também as políticas sociais desenvolvidas como resposta às demandas das famílias afetadas.

Além disso, o exercício da presente pesquisa exigiu considerar parte da produção científica no campo interdisciplinar em torno deste tema, e especialmente compreender a organização pessoal e social de grupos atingidos, analisando a sua dinâmica de articulação para superar as perdas materiais, os danos simbólicos e subjetivos, conferindo o modo de construir os mais distintos sentidos do lugar, e dos (des) apegos na relação pessoa e ambiente.

Neste sentido, foi necessário pesquisar para além das hipóteses causais que tentam explicar o fenômeno da retrogradação deltaica¹ que vem ocorrendo desde a década de 1950 em Atafona (ARGENTO; COSTA, 2005). Em seu trabalho, Argento e Costa buscaram documentar este momento histórico-geográfico ocorrido neste espaço costeiro, onde oferece informações científicas e locais para entender este processo de movimentação de massas, comuns em ambientes deltaicos. As diferentes contribuições deste trabalho oportunizaram uma adequação na abordagem teórica da pesquisa e uma definição de possíveis interlocutores.

Neste contexto, realço que a tese buscou aproveitar os apontamentos da ciência, na visão mais técnica-naturalista-objetivista-científica, ponderando os saberes da experiência vivida, expressos na visão mais intersubjetiva-plural-cultural não científica, captada nas diferentes narrativas dos atores sociais no que tange às mudanças socioambientais.

Para isso, foi necessário responder às perguntas como: quais os sujeitos e os grupos sociais mais atuantes no sentido de buscar respostas ao problema da erosão costeira e suas afetações? Quais são os esforços no sentido de reduzir o sofrimento psíquico das famílias atingidas? Como estes percebem as mudanças socioambientais em Atafona, incluindo suas perspectivas das políticas públicas de prevenção e acompanhamento dos dilemas relacionados? A discussão dos diferentes sentidos e respostas em relação às perguntas foram distribuídas ao longo dos capítulos da tese.

Os capítulos foram distribuídos para aprofundar o entendimento do contexto de pesquisa, apresentando os principais interlocutores, o percurso

¹ Termo utilizado por Argento e Costa (2005) para conceituar o processo referente a áreas que no passado recente foram construídas pelos sedimentos do rio Paraíba do Sul, e que vem sendo invadidas pelo mar perdendo toda a sua feição arenosa.

teórico-metodológico, assim como as políticas e projetos de proteção social, e por fim, as estratégias de enfrentamento e dinâmicas de respostas às mudanças ambientais presentes na relação pessoa-ambiente.

No primeiro capítulo foi abordada a construção do meu percurso metodológico, destacando algumas contribuições interdisciplinares, ancorada pela abordagem fenomenológica – que se pretende menos determinada por prejulgamentos do pesquisador, e com maior foco na percepção ou vivência dos fenômenos pelas pessoas - e articulada com outras técnicas de pesquisa qualitativa. Sem desconsiderar uma análise crítica, a discussão apresenta o mosaico de pontos de vista do campo de investigação da psicologia ambiental, considerando o método fenomenológico e sua relação com a percepção ambiental, destacando as dimensões subjetivas no que tange à relação do ser humano com o seu ambiente.

A presente tese tem como base as contribuições do campo da psicologia ambiental, e buscou-se compreender os principais elementos da percepção ambiental dos moradores e veranistas em relação ao fenômeno da erosão costeira, destacando que essa discussão não deveria ser exclusivamente alvo das ciências humanas e sociais, pois chama atenção e à responsabilidade de cientistas e profissionais do planejamento urbano, incluindo áreas de intervenções técnicas/políticas.

O segundo capítulo apresenta a cidade de São João da Barra no contexto do norte do Estado do Rio de Janeiro, caracterizando o terreno de pesquisa e suas principais características históricas, atravessada por influências econômicas regionais, até a formação demográfica da população são joanense e mudanças mais significativas em termos de urbanidade ao longo dos últimos anos. Destaca-se o horizonte das transformações culturais e históricas que se manifestam em narrativas singulares, relacionadas à percepção do forte processo de erosão costeira que impacta as famílias que aí vivem ou residem esporadicamente.

A partir destas e outras pesquisas buscou-se articular os saberes do mapeamento costeiro realizado através do monitoramento da erosão com uso de tecnologias de geoprocessamento, destacando os fatores que caracterizam o local. Por último, buscou-se compreender os fatores relacionados à erosão e

progradação através das relações sociais conflitantes na paisagem e na dinâmica de vida dos atingidos em Atafona.

Neste capítulo são apresentados os colaboradores² considerados neste trabalho. Desse modo, utilizo esta nomenclatura porque o colaborador é quem melhor sabe da sua experiência. Os caminhos escolhidos neste capítulo trazem a atenção para os colaboradores da pesquisa e seu ambiente, frente às vivências e os fatores preventivos adotados pela população no enfrentamento dos processos de vulnerabilização associados aos problemas da erosão/progradação costeira que ocorre na região. Aborda-se também pesquisas sobre a transposição de sedimentos características do delta do Paraíba do Sul.

O terceiro capítulo discute a lógica de ação das instituições e do conjunto de políticas públicas voltadas a debater os marcos legais de prevenção e respostas à população face ao fenômeno da erosão costeira no município. São levantadas as políticas sociais e ações do poder público que visam amenizar os impactos provocados pela erosão costeira com vistas a reduzir prejuízos à população local.

Neste capítulo foram debatidas as principais ações da rede de proteção social, executadas pela Defesa Civil e da Secretaria Municipal de Assistência Social, no município. Não poderia faltar aqui o leque das ações coletivas insurgentes e historicamente organizadas por moradores, ativistas e veranistas empenhados em buscar alternativas para os principais desafios e problemas na região.

Por fim, o quarto capítulo identifica e busca compreender a trama perceptiva com base nas experiências levantadas no campo de pesquisa. Neste sentido, incorpora o mosaico de narrativas de luta e enfrentamento das pessoas imersas na realidade em questão, seja através da relação de afeto e apego com o lugar, assim como de alguns aspectos da dinâmica de organização dos afetados pela erosão, a trajetória de deslocamentos, as

² De acordo com Amatuzzi (2003) a pesquisa fenomenológica não lida com sujeitos que forneçam informações, mas com colaboradores, que juntos, tratam do assunto. Além disso, o colaborador é quem melhor sabe de sua experiência, ao passo que o pesquisador se propõe a aprender com quem já vivenciou ou vivencia a experiência sobre a qual ele quer aprimorar seus conhecimentos. Nessa troca, ambos saem transformados (ANDRADE; HOLANDA, 2010).

instabilidades da residência e comércios, as ações e modos de participação de alguns coletivos na tentativa de encontrar respostas aos conflitos vivenciados.

Os trajetos na construção do objeto

De maneira em geral, na minha trajetória acadêmica desenvolvi algumas reflexões baseadas em práticas investigativas e metodologias para o estudo o realojamento urbano, visando captar dinâmicas insurgentes. Trabalhei no desenvolvimento de projetos de extensão acadêmica através de acompanhamento e capacitação de equipes para o trabalho em comunidades com baixo nível de desenvolvimento humano e social. Considero tais experiências importantes na minha trajetória de pesquisa.

Com o apoio de uma bolsa de estudos da Fundação Ford, consegui concluir o programa de mestrado em sociologia da Universidade de Coimbra/Portugal³. Neste período comecei a desenvolver temáticas que envolviam a participação social, seja nas formas de ações coletivas a partir das experiências de movimentos sociais, seja nas formas de controle social junto ao desenvolvimento de políticas públicas e práticas relacionadas à conscientização socioambiental.

Com o intuito de prosseguir com as pesquisas e o aprofundamento da temática, relevante e indispensável no contexto atual, optei por desenvolver esta pesquisa no programa de doutorado em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, programa que permitiu construir, articular e fortalecer este debate.

É importante ressaltar as descobertas e percalços na trajetória desta pesquisa. A decisão de ir morar em Atafona, próximo ao local de pesquisa de campo, favoreceu minha imersão no campo e no cotidiano de vida das pessoas pesquisadas.

Logo algumas hipóteses iniciais foram rapidamente desfeitas, para dar espaço a uma tentativa de “suspensão” das questões construídas. Os recursos em diálogo com uma “atitude fenomenológica”, ou seja, como me dispus a

³ VIANA, L. F. **A cidade (re) conquistada: uma etnografia da invisibilidade de outros espaços urbanos**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra – Coimbra, 2010.

compreender as observações, os encontros imprevistos, as conversas ocasionais, e entrevistas semi-estruturadas contribuíram nesta sintonia e avanço dos estudos.

Feito os arranjos necessários até o momento de qualificação da tese, onde foram incorporados os apontamentos essenciais feitos pelos membros da banca, foram empreendidos os procedimentos iniciais para a pesquisa de campo.

A perspectiva da pesquisa em questão, com foco nos estudos sobre a percepção ambiental, conforme já destacado anteriormente, favoreceu as primeiras impressões retiradas do ponto de vista dos moradores, apontando os cenários de luta, e processos cognitivos de superação, além da resistência para permanecer no local, mesmo diante da ineficiência das ações no campo das políticas sociais. Além disso, expõe um conjunto de experiências e arranjos utilizados na dinâmica de superação dos conflitos, estratégias de sobrevivência e de formas alternativas de viver na localidade pesquisada.

Questões de pesquisa e Objetivos

A presente pesquisa visa o estudo da percepção ambiental de moradores/veranistas do pontal de Atafona, face às mudanças ambientais associadas à erosão costeira, considerando as dinâmicas de adaptação e ações de enfrentamento, articulada com as políticas sociais que estão destinadas (ou não) a responder às demandas da população afetada.

Para caminhar neste objetivo foi necessário relacionar e articular dois entendimentos. a) Examinar as estratégias e práticas - a partir das experiências de vida, vividas por moradores e veranistas, na compreensão do fenômeno ambiental da erosão costeira, considerando as práticas de enfrentamento face às mudanças ambientais utilizadas pelos colaboradores, compreendendo a percepção deles sobre as mudanças ambientais, e b) Analisar as políticas sociais e ações coletivas que atuam (ou não) como resposta às demandas dos colaboradores pesquisados.

Neste sentido, foi necessário estruturar as entrevistas para compreender – na perspectiva dos colaboradores da pesquisa – aspectos tais como:

- [i] entendimento das questões ambientais;
- [ii] o acesso às fontes de informações sobre as mudanças ambientais;
- [iii] a percepção das ações realizadas (ou não) pelos setores públicos responsáveis;
- [iv] o envolvimento e participação em associações e demais entidades representativas;
- [v] as preocupações com o futuro;
- [vi] As estratégias psicossociais para lidar com aspectos subjetivos que emergem (ou não) da relação pessoa-ambiente.

Elencadas todas as questões acima, coube considerar dimensões importantes no aprofundamento deste trabalho, na busca por aprofundar o estudo, sendo elas:

- Analisar as dimensões simbólico-subjetivas no contexto de afetação, analisando a percepção e a representação a partir dos diferentes comportamentos e modalidades de enfrentamento dos dramas provocados pelas mudanças ambientais;

- Entender a dinâmica de adaptação e os mecanismos de resiliência, considerando as estratégias de prevenção psicossocial diante do contexto de afetação;

- Identificar e analisar as práticas dos agentes públicos que atuam nos órgãos governamentais locais, agentes estes que implementaram ações no sentido de dar respostas às demandas objetivo-subjetivas expressas pelos indivíduos/coletivos selecionados para a pesquisa.

As inquietações do tema dessa pesquisa, relacionadas como as estratégias psicossociais de enfrentamento das famílias, e as dimensões subjetivas existentes nesta vivência, me fizeram levantar algumas perguntas visando aprofundar no estudo e analisar a experiência de vida dos colaboradores frente às mudanças ambientais na área. Por isso, a importância de desvelar o “conhecimento ambiental” dos colaboradores e a percepção deles sobre o processo vivido, considerando os distintos saberes e interpretações neste ambiente sobre as vulnerabilidades e riscos diante da dinâmica desse litoral.

Para isso, algumas perguntas foram formuladas para contribuir no processo de recolha e análise das informações na busca da compreensão da experiência perceptiva daqueles que enfrentam a realidade estudada.

São elas: como os colaboradores da pesquisa percebem o processo ambiental vivido em Atafona? Quais as políticas públicas e demais ações que estão dirigidas para atender às demandas das pessoas afetadas? Como estes sujeitos percebem as políticas sociais locais e dialogam (ou não) com as diretrizes promovidas através dos órgãos públicos responsáveis por elaborar respostas aos problemas enfrentados? Por fim, quais estratégias e ações emergem enquanto mecanismos de superação dos dramas provocados?

Essas e outras perguntas serão aprofundadas e analisadas no decorrer da pesquisa.

1 O PERCURSO TEÓRIO-METODOLÓGICO: RELAÇÕES PESSOA-AMBIENTE

A reflexão crítica da literatura acadêmica sobre o conceito de percepção ambiental, ao longo de sua história, aponta a influência de distintas áreas do conhecimento circunscrito neste campo do saber. Dentre as ramificações no estudo da percepção ambiental, algumas pesquisas convergem seus interesses à subjetividade, por influência do pensamento fenomenológico. Neste trabalho, os estudos perceptivos se aproximam do campo de investigação da psicologia ambiental, considerando o método fenomenológico e sua relação com a percepção ambiental.

Estamos constantemente agindo sobre o meio de modo a atender nossos desejos e necessidades. E cada pessoa percebe, reage e responde diante das ações sobre o meio. Neste sentido, acredito que as respostas ou manifestações são os resultados das percepções, dos processos cognitivos, julgamentos e expectativas de cada pessoa. As respostas podem contribuir nessa captura de consciência na relação pessoa-ambiente.

Ao destacar o ambiente sensorial das cidades Jean-Paul Thibaud (2004, p.347) procura demonstrar que qualquer abordagem orientada pela teoria da ambiência – definida como um *contexto sensorial* que específica às condições nas quais os fenômenos emergem e ocorrem – pressupõe a compreensão da percepção, mesmo não sendo totalmente visível.

Utilizando de um enfoque fenomenológico da percepção, que produz questionamento sobre a idéia de que a percepção sempre diz respeito aos objetos percebidos, corrobora-se neste trabalho com a percepção, de acordo com a *ambiência*, ou seja, de relações construídas a partir dos modos de experienciar o meio, permitindo-nos, de acordo com Thibaud (2004) conceituar o mundo perceptível em termos de fenômenos ao revelar as condições e o modo como eles aparecem.

De acordo com Souza (2017) a teoria da Percepção foi influenciada pelas formulações fenomenológicas de Martin Heidegger e Edmund Husserl, tendo sua origem na transição do século XIX para o século XX. Considerando as dimensões subjetivas no que tange à relação do ser humano com o seu meio ambiente, essa noção colaborou para estudos na contextualização

sociedade e natureza, contrapondo-se ao positivismo lógico de Augusto Comte, visto que tal corrente busca estudar a compreensão da consciência dos seres humanos sobre as “coisas” ou objetos circundantes ao meio que estes habitam no mundo (HEBEL; VESTENA, 2017).

As ideias de Husserl posteriormente influenciaram outros filósofos que, por sua vez, fizeram novas leituras e interpretações da Fenomenologia, como nos casos de Heidegger e de Merleau-Ponty (ANDRADE; HOLANDA, 2010). Neste sentido, parafraseando Ribeiro, Lobato e Liberato (2009) considera-se inequívoca a influência do pensamento fenomenológico sobre o campo da percepção ambiental, podendo-se constatar algumas convergências, começando pela constituição dos conceitos centrais, pelo foco na subjetividade e pelo interesse sobre as vivências humanas (SOUZA, 2017).

Na psicologia ambiental, o ambiente é um conceito multidimensional, compreendendo o meio físico concreto em que se vive natural ou construído, o qual é indissociável das condições econômicas, políticas, culturais e psicológicas daquele contexto específico (CARVALHO; CAVALCANTE; NOBREGA, 2011, p 28). Sob este olhar, na perspectiva dos autores acima, a configuração do ambiente é dinâmica, sendo que tudo que estiver presente em um determinado ambiente, incluindo as pessoas, é parte daquilo que o constitui. Neste sentido, as alterações deste ambiente, seja em qualquer um dos seus componentes, acarretam modificações que são assimiladas pelo ambiente como um todo, conferindo a este uma nova feição.

Requer lembrar também que são distintas as realidades dos territórios de cada cidade, sendo este um ambiente plural (FORTUNA, 1997) dada suas características políticas sócio-culturais, as formas de ostentação, segregação, e as paisagens de privilégio.

É preciso ressaltar que as chamadas questões ambientais são, na verdade questões humano-ambientais, refletindo não uma crise ambiental, mas uma crise das pessoas-nos-ambientes (PINHEIRO, 1997). Sendo assim, no exercício contínuo em busca do entendimento amplo do ambiente, considerou-se imprescindível estudar os aspectos psicológicos das relações humano-ambientais.

O entendimento da percepção ambiental nas relações pessoa-ambiente neste trabalho tem como foco as contribuições no campo da psicologia

ambiental voltadas para subsidiar, pelo conhecimento e pela ação, o enfrentamento dos conflitos ambientais. Assim, considera-se indispensável reconhecer a experiência subjetiva, desvelando criticamente suas condições de possibilidade e de impossibilidade.

Essa é uma tarefa complexa, pois implica enxergar o mundo, o ambiente, como algo produzido pelas pessoas em suas relações com o meio.

1.1 A psicologia ambiental e os percursos Interpretativos

Na opinião de Lawrence (2004) a maioria das interpretações das relações pessoas-ambiente, em particular – nas disciplinas como antropologia, sociologia e psicologia – raramente vêm adotando uma abordagem holística que inclua as contribuições das ciências naturais e sociais. Conforme o autor, essas interpretações refletem e reforçam as antigas tradições nessas e em outras disciplinas, que separam as pessoas de seu ambiente imediato ou consideram o ambiente como não sendo afetado pelas atividades humanas (LAWRENCE, 2004, p. 278).

Neste sentido, conforme afirmam Tassara, Rabinovich e Goubert (2004), espera-se que a psicologia ambiental possa vir a formular o entendimento dessas construções, particulares e universais – com auxílio da geografia, do urbanismo, da sociologia, da ecologia, da política /e das demais ciências – uma psicologia social voltada a subsidiar, pelo conhecimento e pela ação, novos conhecimentos para o enfrentamento da crise ambiental. Para o presente trabalho essa é uma abordagem necessária no entendimento amplo da área de estudo das interrelações pessoa-ambiente.

Ciente de não existir consenso entre os autores levantados e pesquisados neste trabalho, entende-se que a psicologia ambiental está inserida em um amplo campo multidisciplinar de estudo das relações homem-ambiente (MOSER, 2005). Visto assim, a psicologia ambiental analisa as percepções, atitudes e comportamentos da (s) pessoa (s) em sua relação com o contexto físico-social, destacando quatro níveis de acordo com Moser (2005). O primeiro é o microambiente, onde a moradia e os espaços privados estão inseridos. O segundo os ambientes compartilhados como o bairro, praças, parques, locais de trabalho, etc. O terceiro os ambientes coletivos públicos

como a cidade, o vilarejo. Por fim, o ambiente global, que envolve o ambiente em sua totalidade, sendo este construído ou não, e seus recursos, naturais ou referentes à sociedade (CARVALHO; CAVALCANTE; NOBREGA, 2011).

Neste contexto, existem, portanto, desafios do ponto de vista ético – considerando os elementos universais em diversos modos de ser, viver e conviver, em diferentes tempos e lugares – e político – que deve considerar a defesa da diversidade humana como um dos pré-requisitos ético e político da compreensão científica do humano (TASSARA; RABINOVICH; GOUBERT, 2004).

Não obstante, soma-se a esse campo analítico as contribuições da psicologia ambiental que nos seus pressupostos fundamentais estuda a pessoa em seu contexto, tendo como tema central as inter-relações - e não somente as relações – entre a pessoa e o meio ambiente físico e social (MOSER, 2005). Visto assim, a psicologia ambiental é o estudo de transações entre indivíduos e seus cenários físicos (GIFFORD, 1987). Sendo assim, compreendo que nessas transações, os indivíduos transformam o ambiente e, conseqüentemente, seu comportamento e experiência são mudados pelo ambiente.

Consideradas recentes, algumas fontes (CANTER; CRAIK, 1981; MELO, 1987) apontam que o surgimento do campo da psicologia ambiental se deu após a II Guerra Mundial com o processo de reconstrução das cidades. Com a implementação de programas habitacionais de larga escala, no quadro da política de reconstrução do pós-guerra, os arquitetos e planejadores urbanos, juntamente com os cientistas do comportamento, se conscientizaram de que o ambiente construído deveria refletir não somente princípios de construção e estética, mas também outros fatores como as necessidades psicológicas e comportamentais dos futuros ocupantes (LEE, 1983).

No decorrer da sua história é feita uma distinção entre a psicologia ambiental e a psicologia ecológica, sendo que de acordo com Lawrence (2004) o termo psicologia ambiental pode ter sido primeiramente utilizado por Egon Brunswik (1903-1955) que enfatizou a necessidade de um estudo mais amplo e mais detalhado de como os aspectos físicos do ambiente influenciam o comportamento humano.

A coletânea organizada por Cavalcante e Elali (2011) considera os temas básicos em psicologia ambiental e os múltiplos olhares sobre as

relações pessoa-ambiente. A obra propõe uma discussão inicial, refletindo a diversidade de abordagens e metodologias utilizadas por distintos autores com aderência à psicologia ambiental. Na obra, encontra-se o conceito de “apego ao lugar”. Este conceito diz respeito à relação afetiva com o lugar, considera as características físico-espaciais do local e as vinculações simbólico-afetivas próprias da relação pessoa-ambiente. Além disso, aborda ainda as três dimensões de afeto ao lugar: funcional, simbólica e relacional.

Neste contexto, considera-se a importância deste apego no entendimento vivenciado das populações diretamente atingidas pelas mudanças no seu ambiente, onde cada um estabelece sentimentos únicos, ao levar em conta a interpretação dos lugares e os sentidos que estes os dão (TUAN, 1983b, p.5). Por isso, requer entender como cada sujeito em sua totalidade na sociedade e no mundo constrói a sua experiência na relação com o ambiente, desvelando quais arranjos e estratégias de “superação” são utilizados diante dos problemas enfrentados. Surge nessa dinâmica uma experiência de vida única que é influenciada por fatores internos e externos.

Cabe entender se as experiências das relações que o sujeito estabelece com aquele ambiente promove uma esfera resiliente, semelhante à perspectiva de Lawrence (2004) em que a resiliência é uma propriedade inerente de ecossistemas que os capacita a absorver perturbações externas e, talvez, mesmo beneficiar-se de uma mudança.

Percepções e experiências de atuação no ambiente influenciam e são influenciadas pela necessidade de superar os dilemas do dia a dia, e incentivar novos olhares nessa relação pessoa-ambiente. Para tanto, do ponto de vista metodológico foi necessário avançar na pesquisa de campo junto aos colaboradores pesquisados no seu ambiente e na sua experiência, buscando desvendar os caminhos no que tange a percepção ambiental, e saber em que medida são também arranjos adaptativos e práticas de resiliência.

1.2 Percepção ambiental no ambiente

Para a realização dessa tese foi preciso adentrar no estado da arte das pesquisas sobre percepção ambiental no Brasil, que revela dados importantes na caracterização da produção de conhecimento sobre este tema. Os estudos

realizados por Brandalise *et al.* (2009) enfatizam que pessoas distintas podem perceber a mesma situação de modos diferentes, sendo que a reação das pessoas é estabelecida a partir de sua interpretação de determinado evento.

Nesse aspecto, Almeida, Scatena e Luz (2017) destacam que discutir conceitualmente o termo “percepção ambiental” não é apenas uma questão de apontar quais representações parecem corresponder melhor à realidade, mas explanar as perspectivas científicas, políticas ou sociais transmitidas através do uso desse conceito. Na perspectiva desses autores, tais estudos fornecem subsídios para a construção de estratégias que minimizem problemas socioambientais e implementem programas de educação e comunicação, para assegurar a participação dos atores envolvidos no processo de gestão ambiental.

Segundo Siqueira (2008) os problemas ambientais são percebidos e interpretados de diferentes maneiras, visto que as pessoas encaram os problemas de acordo com as peculiaridades de suas percepções. Diante da diversidade de pensamentos e conceitos visando definir “percepção ambiental”, parte da produção acadêmica sobre o tema atribui uma dimensão crítica e busca transformar as realidades, estando associada a uma experiência educativa que tenha a mudança no seu eixo central (VASCO; ZAKRZEVSKI, 2010).

Alguns autores como Hebel e Vestena (2017) consideram uma correlação entre a percepção ambiental e educação ambiental, aonde essa última, conduz o sujeito a refletir sobre as questões ambientais e pensar as relações entre o homem e o meio ambiente, sendo a percepção ambiental o exercício de compreender as modalidades quer sejam simbólicas, familiares ou da construção de identidade em que os seres humanos constroem suas relações com os lugares.

Dentre elas, uma pesquisa realizada a partir do Banco de Teses da Capes, considerando a identificação e o levantamento bibliográfico de dissertações e teses, no período de 1988 a 2007 destaca que a Região Sudeste apresenta o maior número de publicações sobre a Percepção Ambiental (VASCO; ZAKRZEVSKI, 2010). Investigada sobre o olhar de diversas áreas do conhecimento verificou-se que as pesquisas caracterizam-se por apresentarem uma tendência crítica, qualitativa e híbrida, que apesar das

diversidades, a maioria das pesquisas busca compreender as relações das pessoas com o ambiente em estudo, suas fontes de satisfação/insatisfação e estabelecer estratégias/subsídios para processos educativos e/ou de comunicação ambiental, que favoreçam transformações sociais e ambientais.

De acordo com Kuhnen e Higuchi (2011, p. 250-251) a percepção ambiental está relacionada ao modo como as pessoas experienciam os aspectos ambientais presentes em seu entorno, para o que são importantes não apenas os aspectos físicos, mas também os aspectos sociais, culturais e históricos. No entanto, existe nos estudos da percepção uma preocupação no que se refere às bases teóricas e metodológicas dessa categoria de análise para adoção nas reflexões conceituais e iniciativas de pesquisa. Os autores citados observam que há uma amplitude considerável nas definições de percepção, contribuindo para uma aparente falta de objetividade. Destaca-se que a percepção como tema específico teve seu campo de origem na investigação sobre coisas da natureza (fisiologia) e psicologia, sendo ressignificada pelas demais áreas a fim de tornar compreensíveis os comportamentos humanos.

Ainda se discute se percepção seria um termo ou uma categoria analítica, por exemplo, o termo percepção, de origem do latim perceptio, é definido como uma combinação dos sentidos no reconhecimento de um estímulo externo. Na definição presente nos dicionários de língua portuguesa estão incluídas ainda palavras como intuição, imagens, representações ou ideias. (KUHLEN; HIGUCHI, 2011, p. 251).

Na contemporaneidade, o debate da relação sujeito e mundo na fenomenologia de Merleau-Ponty, a partir do ponto de vista de Lima (2014), tratando de entender as relações entre a consciência e o mundo, aponta que o conceito de sujeito ora significa o ser do homem como um todo, isto é, sujeito empírico que é a união do corpo e da alma, ora designa o contrário, ou seja, aquela estrutura formal da subjetividade, disposta apenas por meio da autorreflexão intelectual. Sendo assim, essa dicotomia está no cerne das discussões que contrapõem o racionalismo ao empirismo (LIMA, 2014).

Apesar da grande influência da psicologia, os estudos sobre a percepção ambiental se ampliam, quando incorporadas ao termo às bases

teóricas da fenomenologia, com as contribuições de Bachelard (Poética do espaço); Merleau-Ponty (Fenomenologia da Percepção) e que mais a frente teve na geografia humanística um campo de grande expressão, especialmente com os trabalhos de Yi-Fu Tuan e Del Rio e Oliveira, dentre outros (KUHLEN; HIGUCHI, 2011).

Del Rio e Oliveira (1999) contribuem com uma definição ampla de percepção ambiental, entendida como um processo mental mediante o qual, a partir do interesse e da necessidade, estruturamos e organizamos nossa experiência com a realidade e o mundo, selecionando as informações percebidas, armazenando-as e conferindo-lhes significado.

1.3 Ouvindo, perguntando, observando: “Atitude fenomenológica”

A produção de conhecimento em torno da trama perceptiva com base nas experiências levantadas no campo de pesquisa exigiu discutir os conceitos fundamentais da fenomenologia para o entendimento das multi-dimensões deste tema. Partindo da crítica ao objetivismo e ao subjetivismo na análise da percepção ambiental, a Fenomenologia da Percepção, de Merleau-Ponty (1999 *apud* LIMA, 2014), aponta que seja tratado do empirismo ou idealismo, isto é, que se afirme o sujeito como constituído pelo mundo ou o mundo como constituído pelo sujeito, a concepção clássica de mundo é a mesma: um mundo constituído por relações objetivas.

Neste sentido, segundo Lima (2014), Merleau-Ponty define a fenomenologia como estudo das essências e acrescenta que ela é uma filosofia que recoloca a essência na existência, reconstruindo a relação entre homem e mundo. Neste sentido a fenomenologia é um desmentido da ciência (LIMA, 2014), pois se trata de descrever, não de explicar o fenômeno da percepção.

Ao discutir o emprego do método fenomenológico nos estudos de percepção ambiental, Souza (2017) ressalta que uma das principais referências tem sido a obra de Whyte (1977) que destacou formas de abordagem e suas respectivas técnicas de pesquisa, bem como as variáveis passíveis de investigação neste campo.

O desenho das investigações na percepção ambiental de acordo com Whyte (1977) deve ancorar-se numa espécie de triângulo metodológico formado por três tipos distintos e complementares de abordagem: ouvindo, perguntando e observando. De acordo com Souza (2017) no que se refere “ao ouvindo”, o autor fornece o exemplo de algumas técnicas, como a caminhada (em que cada sujeito é “ouvido” durante ou após um trajeto pela área de estudo) e o diário de registro das percepções ao longo de um dado tempo.

Na opinião de Souza (2017) ao reconhecer o peso da abordagem “ouvindo”, notadamente como ponto de partida para as investigações, é que se vislumbra a adoção do método fenomenológico como caminho revelador para o estudo da percepção ambiental. Em contraponto, para Moreira (2002) torna-se necessário examinar com cautela a questão da passagem do método fenomenológico para o campo dos estudos empíricos.

As características a serem consideradas, por ocasião da adaptação do método fenomenológico em pesquisas empíricas, diz respeito ao acesso do pesquisador à experiência alheia, e o emprego das reduções, principal característica do método fenomenológico (SOUZA, 2017, p. 301), aonde o procedimento de redução fenomenológica conduzirá a identificação das essências acerca do fenômeno estudado, ou seja, da experiência vivida dos sujeitos. Sendo assim, o pesquisador deve colocar-se em posição orientada para a descoberta, ou seja, põe-se aberto para qualquer tipo de conteúdo ou tema que venha a surgir na sua pesquisa.

Neste sentido, o primeiro passo para que isso aconteçam como explicita Forghieri (1993, p.15) é a mudança da "atitude natural" para a "atitude fenomenológica", que permite visualizar o mundo do sujeito como fenômeno ou como constituinte de uma totalidade, no seio da qual o mundo e o sujeito revelam-se, reciprocamente, como significações. Daí a importância da suspensão de julgamentos do fenômeno observado, abrindo para as possibilidades criativas de compreensão do objeto de estudo.

A amostra de pesquisa nessa perspectiva fenomenológica possui destaque de acordo com Moreira (2002), argumentando que o tamanho ideal das amostras é geralmente pequeno, de até 10 sujeitos, podendo variar, não ultrapassando duas dezenas. Neste sentido, o “corpus” empírico deste trabalho, desenvolveu entrevistas com 12 colaboradores, dentre moradores

(pescadores e comerciantes) e veranistas da área pesquisada. Além disso, as minhas observações foram complementadas através participação em audiências públicas para tratar da erosão, a leitura de atas, relatórios e pareceres emitidos pela defesa civil municipal, além de conversas ocasionais, que foram oportunizadas durante a pesquisa de campo.

Os cuidados não se restringem ao plano da amostra, sendo que Souza (2017) destaca que independente do tamanho da amostra e da técnica de amostragem, a própria natureza subjetiva dos resultados alcançados ao término da pesquisa limita as possibilidades de generalização de suas conclusões, permanecendo restrita ao grupo de participantes.

Uma vez realizada a coleta de algumas informações no campo, por meio de entrevistas realizadas, o próximo passo consiste em identificar os sentidos e essências revelados pelos colaboradores pesquisados. Neste contexto de estudo sobre a percepção das populações vulneráveis a mudanças ambientais repentinas, especialmente daqueles que nas “fronteiras” dos territórios em mudança, busca-se não apenas uma análise crítica dos limites das políticas sociais voltadas a atender a população. Além de alimentar a discussão político-sócio-espacial acerca da produção de conhecimento neste campo do saber, foi preciso refletir os principais fatores na experiência perceptiva daqueles que enfrentam cotidianamente a realidade estudada.

Neste caminho, a fenomenologia de Merleau-Ponty é uma atitude que se opõe ao representar ou instaurar um conhecimento objetivo (LIMA, 2014). Nela o sujeito no mundo é o corpo no mundo, onde o sujeito da percepção é o corpo, porque é ele que percebe, é ele que sente, é uma unidade perceptiva viva e não mais a consciência concebida separadamente da experiência vivida (MERLEAU-PONTY, 1999, *apud* LIMA, 2014).

Portanto, se o conhecimento começa no próprio corpo, a experiência perceptiva é corporal, pois se estabelece na relação do corpo com o mundo, e não de uma associação feita pela consciência. Para Merleau-Ponty, a partir dos estudos de Lima (2014), é a percepção, como ato inaugural, e não o sujeito da consciência representativa, que nos abre o sentido dos dados percebidos. A percepção "correta" ou "falsa" da coisa se constrói na relação que se inaugura entre o corpo e o mundo, e não, através de uma ideia da realidade previamente estabelecida na consciência. (LIMA, 2014, p. 107).

No entendimento de Kuhnen e Higuchi (2011) a percepção humana se constrói a partir de um compromisso ético, ativo com o mundo, e não como uma contemplação. Nessa perspectiva, encontram-se indivíduos construtores de sentidos, de realidades, que percebem o espaço e criam sistemas de ações. Sendo assim de acordo com estes autores, a nossa consciência do mundo é mediada pelos órgãos corporais sensoriais, pelo cérebro e sistema nervoso e por nossas capacidades de movimento e ação (KUHLEN; HIGUCHI, 2011).

Aos olhos de Merleau-Ponty a percepção é compreendida como uma atitude originária, nascida da relação imediata entre a consciência concreta e o universo (LIMA, 2014). Visto assim, a percepção não se dá, portanto, através de uma representação mais ou menos real do objeto (LIMA, 2014), mas sim como a própria formação do sentido desse objeto. Para o autor, ela se constrói no acesso à experiência originária onde se unem a consciência e o mundo. Por fim, o autor destaca ainda que a percepção não é uma ciência do mundo, muito menos um ato, ou uma tomada de posição determinada, ela é o fundo sobre o qual todos os atos se destacam e é designada por eles.

Apesar de considerar o caminho interdisciplinar apropriado para a compreensão dos estudos da percepção ambiental, vale estar atento aos limites e riscos do método, por isso, o exame crítico dos procedimentos empreendidos. Isso pode apontar os elementos invariáveis do fenômeno pesquisado, desvendando inclusive fatores políticos que atravessam o cotidiano, permitindo uma leitura mais relacional do ambiente-sociedade.

Neste ambiente de constante transformação ambiental, foi possível observar as dinâmicas de partilha e convivência nos diferentes tipos de atividades, sendo a pesca, o comércio local, e convívio dos veranistas.

Visto assim, foi possível captar as distintas noções da percepção, que ao ser complementada com o termo ambiental, forma não apenas uma percepção adjetivada numa determinada área do conhecimento, mas um conceito analítico composto por dois substantivos que representam uma maneira de compreender o comportamento humano (KUHLEN; HIGUCHI, 2011, p. 254). Para os autores a partir desse entendimento, a percepção ambiental passou a ser objeto de estudo da Psicologia Ambiental, que será mais desenvolvida à frente deste trabalho.

Portanto, em síntese, foi necessário analisar a dinâmica dos fatores que contribuem na construção da percepção ambiental no contexto pesquisado, destacando para além dos fatores associados à infraestrutura, o conjunto das ações de superação face às adversidades dos danos humanos ambientais enfrentados. Em especial, aos eventos que fortalecem os modos de atuação das pessoas, estimulando ações que reduzem a vulnerabilização às situações de risco psicossocial e potencializam as medidas individuais e coletivas, direcionadas em prevenir a ocorrência e atuar na mitigação e preparação de dinâmicas de auto-confrontação.

1.4 Percurso metodológico do pesquisador

Como pesquisador carrego motivações em estudar estratégias e ações de enfrentamento face aos problemas socioambientais. Anterior à fase de qualificação de projeto, minhas primeiras inquietações de pesquisa estavam voltadas a refletir ações comunitárias de respostas às famílias atingidas pela tragédia ocorrida em 2011 na cidade de Nova Friburgo. Um desastre que atingiu várias cidades da região serrana do estado do Rio de Janeiro, deixando marcas profundas na experiência da população.

Ao debater este problema junto à minha orientadora de pesquisa, concluímos que o contexto de Atafona também poderia suscitar um trabalho de pesquisa singular, especialmente quando considerado às características do fenômeno erosivo na dinâmica de vida dos moradores, e ainda, a proximidade do pesquisador com este (novo) lugar de pesquisa. Ao conhecer de perto a área afetada pela erosão costeira de Atafona, não poderia ser diferente. Em minha concepção, era importante dar atenção ao trabalho de campo.

Após a qualificação do projeto de tese ocorrida no mês de junho de 2019, onde foi possível assimilar as importantes considerações feitas pela banca, foram planejadas e desenvolvidas atividades de imersão no campo de pesquisa. Feito isso, optei por morar na região pesquisada, especificadamente nas proximidades da praia de Atafona, por entender que tal proximidade, apesar das poucas garantias, permitiria estabelecer um contato junto às pessoas e à dinâmica do lugar.

Em relação ao período da pesquisa de campo, antes da chegada da pandemia de Covid-19 no país, foi possível uma aproximação do ambiente de pesquisa, por cerca de doze meses. Este fator exigiu do pesquisador algumas adaptações, que foram importantes para uma observação do funcionamento (ou não) de algumas políticas sociais que atuam no contexto da pesquisa.

Dito isso, durante a realização desta tese, tive a oportunidade de conviver, próximo do local e das pessoas pesquisadas, escutando e captando atentamente as narrativas dos colaboradores.

A construção da experiência em campo com entrevistas, observações da dinâmica local, através dos relatos de vida, e diálogos nas ruas de Atafona, se desenvolveu em paralelo com a revisão da bibliografia e outras fontes de informações que vêm contribuindo na sistematização das experiências e relatos dos moradores (pescadores, não pescadores, comerciantes) e veranistas, assim como dos agentes públicos locais.

Para o levantamento das informações que subsidiaram a construção desta tese, foram pensadas técnicas como entrevistas semi-estruturadas (inicialmente), intercaladas com observações flutuantes, além da análise de documentos oficiais da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, projetos em andamento acompanhados pela Defensoria Pública Municipal, atas de reuniões entre representantes do poder executivo e órgãos públicos, e a participação em audiências públicas voltadas a debater a questão da erosão.

Enquanto fui estabelecendo um contato cotidiano com os colaboradores da pesquisa, observei a necessidade de suspender os possíveis prejulgamentos, evitando induzir respostas, sendo assim, os procedimentos foram utilizados na medida em que constatei a sua real necessidade de utilização.

Neste contexto, para que fosse possível uma abordagem qualitativa de pesquisa, a etapa do conhecimento e envolvimento com o lugar pesquisado foi decisiva para a discussão realizada.

A principal preocupação consistiu em captar a percepção e experiências que sustentam as práticas de “superação” construídas acerca do fenômeno estudado.

Desse modo, pude observar através das narrativas extraídas, e no contato dia a dia com os colaboradores, diferentes horizontes de atuação frente

à erosão, sendo compreendidas no intuito de ampliação do horizonte e limites da pesquisa. Isso aponta para o fato que apesar de definido os caminhos da pesquisa, foram necessários alguns ajustes para melhor aproximação com o fenômeno investigado.

O esforço nesse tipo de trabalho foi deixar que o lugar se revelasse. Para uma compreensão do objeto estudado, foi indispensável compreender como os moradores e veranistas pesquisados (no limite entre a erosão e a habitação no momento da pesquisa) expressam sua visão de mundo, centrando-se especialmente na análise do significado e relevância da experiência humana, buscando captar além das essências da experiência vivenciada, ou melhor, dizendo, uma percepção situada e observada através das estratégias de adaptação e superação psicossocial dos problemas enfrentados.

Além das visitas de campo e observações realizadas, a constituição do trabalho contou com a revisão bibliográfica e análise de material jornalístico e fotográfico da região do Pontal de Atafona.

Observou-se que o triste espetáculo das ruínas provocadas pela erosão marinha, esconde outras realidades, repletas de vivências marcadas, seja pelo abandono das políticas públicas, ou através da resistência daqueles que enfrentam diariamente a insegurança e incertezas de possíveis perdas materiais e afetivas (VALÊNCIO; SIENA; MARCHEZINI, 2011).

A constante destruição de casas e patrimônios públicos é cenário comum em Atafona. Nem tão visíveis são as tentativas de atenuar os conflitos diante das mudanças provocadas na vida das famílias que estão na frente erosiva.

Conforme destacado, o foco deste trabalho esteve direcionado especialmente aos sujeitos afetados pelos processos ambientais, e o seu modo de perceber as dinâmicas do cenário onde vivem. Para isso, foi necessário inclusive identificar as fronteiras na interlocução entre afetados e os agentes públicos responsáveis por implementar ações de respostas aos problemas analisados.

Nem sempre foi possível fazer anotações durante as conversas que tive com os moradores e veranistas entrevistados. Desse modo, logo que terminavam as observações realizadas era preciso correr para anotar no meu

caderno de campo, evitando assim possíveis esquecimentos. Gostava quando era possível identificar os discursos que apontam as barreiras individuais, políticas e sociais presentes no enfrentamento destes conflitos naquele ambiente modificado, assim como dos constrangimentos, as estratégias e alternativas colocadas em ação. Coube verificar como tais narrativas locais que se apresentam diante destes conflitos, relacionando as pistas e conceitos que possam servir para aprofundar o entendimento da percepção ambiental dos colaboradores pesquisados.

Para tanto, desvendar a produção de conhecimento presente nas estratégias de enfrentamento às mudanças ambientais em Atafona, exigiu-me compreender as disputas de narrativas no caminho da percepção ambiental e das práticas psico-sócio-espaciais expressas nas comunidades atingidas. Assim foi possível identificar as questões acerca da vulnerabilização dos afetados, além de ações práticas de proteção civil envolvidas.

O exercício fenomenológico sugere a suspensão das hipóteses iniciais. Este fator pressupõe escutar as vozes dos afetados, que acostumados a resistir através da própria história de vida, permitiu pensar os mecanismos de enfrentamento e estimular respostas às demandas mais emergenciais. Para Petrelli (2004) o método fenomenológico não deve rejeitar as hipóteses, mas suspendê-las num primeiro momento, recuperando-as num debate posterior.

Prosseguindo, esta análise precisou estar inserida numa perspectiva interdisciplinar que abarque e valorize o campo prático na experiência dos agentes públicos, e que compreenda a percepção dos mesmos sobre as políticas sociais envolvidas (ou não) na busca de soluções, especialmente àquelas voltadas a pessoas em situação de vulnerabilização e/ou em situação de risco. Daí a importância, a meu ver, em colaborar no reconhecimento e na consolidação das estratégias capazes de reduzir os impactos psicossociais das comunidades atingidas.

Algumas questões precisaram ser investigadas ao ponto de visibilizar alternativas à população, voltadas a alcançar novos horizontes e algumas inovações sociais capazes de contemplar uma cidadania ampla para as populações residentes em ambientes mais vulneráveis a riscos de desastres.

1.5 Contexto de estudos e os atores (colaboradores)

Conforme destacado anteriormente, o lugar mais conhecido como “Baixada”, localizada entre a foz do rio Paraíba do Sul e a praia de Atafona, região escolhida para ser estudada, revela grupos sociais distintos, entre eles grande parte de pescadores artesanais, comerciantes e veranistas. Neste capítulo, mais abaixo, apresento separadamente cada um destes grupos, destacando os principais elementos captados durante a pesquisa.

Do ponto de vista dos procedimentos metodológicos, a escolha dos colaboradores da pesquisa considerou a experiência vivida no ambiente de alto risco, de acordo com relatório da Defesa Civil do Município (COMPDEC, 2019). Neste sentido, denomino aqui de “linha de frente” erosiva, visto assim por ser uma zona dinâmica de transformação constantemente do ambiente e da relação das pessoas neste meio.

De acordo com dados do relatório da Secretaria Municipal de Segurança Pública, através da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, ao longo dos últimos cinquenta anos, o Distrito de Atafona em São Joao da Barra, RJ, apresenta erosão marinha, com o avanço do mar provocando o desaparecimento estimado em mais de 200 residências de moradores, edificações e casas de veraneio ao longo da Avenida Atlântica e da Rua Feliciano Sodré em direção à da localidade da “baixada” no Pontal de Atafona (COMPDEC, 2019).

Segundo o relatório citado, através do reconhecimento histórico, da identificação das principais ameaças, seja de origem natural ou tecnológica e período de ocorrência, foi possível, á partir daí, determinar quais instrumentos de monitoramento são importantes para o local.

Entre os pontos mais atingidos pelo fenômeno de erosão costeiro-marinha em Atafona (Figura 5), estão a Rua Minervina da Silva Pereira, bem às margens do Rio e das águas do mar; a Rua Alvinópolis às margens de maguezal e do Oceano, a Rua Beira Rio que se encerra em dunas de areia; e a Avenida Nossa Senhora da Penha.

Imagem 1 - Trecho 1 da região costeira do 2º Distrito de Atafona, SJB, RJ.



Fonte: COMPDEC (2019).

Segundo o mapeamento realizado das áreas de riscos de desastres (COMPDEC, 2019) para cada uma das ruas apontadas na figura acima, de acordo com a fonte, constatou-se uma situação de risco distinta e combinada, como inundações, alagamentos, ventos costeiros (mobilidade das dunas), erosão costeiro-marinha e colapso das edificações.

Imagem 2 - Vista panorâmica da área pesquisada.



Fonte: COMPDEC (2019). Adaptações do autor.

A partir dos resultados do relatório e do mapeamento das áreas de risco de desastres por erosão costeira de Atafona, identificou-se no relatório da COMPDEC (2019) a Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (Cobrade) atribuindo os seguintes riscos de desastre para a região:

- Desastre geológico por **Erosão Costeiro-Marinha**, caracterizado por perda de solo por ação das águas de mares (processo erosivo) – Cobrade 1.1.4.1.0.
- Desastre hidrológico por **Alagamentos**, caracterizado por acúmulo de água nas ruas por problemas de drenagem urbana – Cobrade 1.2.3.0.0.
- Desastre hidrológico por **Inundações**, caracterizado por transbordamento das águas do Rio Paraíba do Sul – Cobrade 1.2.1.0.0.
- Desastre meteorológico por **Ventos Costeiros** (Mobilidade de Dunas), caracterizado por acúmulo de areia por ventos costeiros – Cobrade 1.3.1.1.2.
- Desastre tecnológico por **Colapso de Edificações**, caracterizado por sistema construtivo sem segurança estrutural, com trincas e rachaduras – Cobrade 2.4.1.0.0.

De acordo com dados do relatório da Defesa Civil (COMPDEC, 2019) reconhece que a principal ameaça com potencial de causar danos humanos, materiais e ambientais e, sobretudo perdas humanas, seja o desastre natural de erosão costeira/marinha”; e, por outro lado, que outras ameaças com o mesmo potencial sejam elas o desastre natural de alagamento e de ventos costeiros (mobilidade de dunas) que, “combinadas ou sequenciadas em sua origem e efeitos, corroboram com o avanço dos fenômenos” (COMPDEC, 2019, p. 19).

Reconhecida as ameaças registradas no referido relatório, o olhar do pesquisador sobre a complexidade dos riscos e mudanças ambientais na região considerou a importância de uma reflexão das dimensões objetivas e simbólicas de afetação dos moradores que atualmente vivem nas áreas de mais alto risco.

Na perspectiva dos danos à saúde mental, compreendo que as situações inseridas no processo de vulnerabilização ambiental precisam ser enfrentadas com políticas públicas que contemplem desde a prevenção até o acompanhamento da população mais afetada. Nota-se a necessidade de desenvolvimento e elaboração de políticas sociais locais para lidar com o fenômeno na área.

Neste contexto, o desenvolvimento de políticas públicas deve fomentar a ocupação de espaços seguros, ecologicamente equilibrados e capazes de prevenir e combater a degradação da qualidade de vida. Diferentes autores (SOFFIATI NETTO, 2017; SIQUEIRA *et al.*, 2015) reforçam o entendimento dos contextos e desafios ligados ao estudo deste tema.

Vivemos em sociedades que são obscenamente desiguais. A relação das pessoas com a cidade e, numa dimensão maior, as suas interações com o espaço, são influenciadas por diversos fatores, físicos, psicológicos e sociais (LUME, 1999). Muitos questionamentos se fazem sobre as diferentes formas de urbanismo e de “governo urbano” (GUERRA, 2002) colocadas em prática por diferentes políticas territoriais. Associados a isso, temos os elementos que despertam a possibilidade de ocorrência de mudanças ambientais repentinas, como as chuvas intensas e prolongadas, tempestades, vendavais, secas, ressacas, temperaturas e umidades do ar extremas.

Neste contexto, enquanto procedimento buscou-se observar os modos de vida, os arranjos adaptativos e os distintos contextos de enfrentamento na localidade.

Para além da preocupação quanto aos agentes naturais instalados na foz do rio Paraíba do Sul, como exemplos: a ação do vento, o clima das ondas, os movimentos periódicos das marés e a interferência fluvial (RIBEIRO; ROSAS, 2006) buscou-se compreender os caminhos da percepção ambiental dos moradores, considerando além das perdas materiais, o conjunto de estratégias e arranjos para lidar com os fatores preventivos e, especialmente os aspectos psicossociais correlacionados à experiência de viver neste ambiente.

Em suma, fez-se necessário trabalhar numa visão que aproximasse a compreensão e o entendimento no exercício de identificar as disputas por políticas públicas, ou até dos diferentes interesses em jogo, desvelando as respostas e manifestações dos moradores e veranistas que (in) diretamente colaboraram com a pesquisa.

1.6 Moradores da “linha de frente” erosiva: pescadores artesanais

Em Atafona, a pesca artesanal predomina como prática cultural há gerações. Grande parte são de pescadores artesanais envolvidos na atividade pesqueira propriamente dita, ou seja, adentrando em alto mar a bordo dos barcos. Pude observar que algumas mulheres envolvidas nas atividades da pesca trabalham em terra firme, atuando no beneficiamento do pescado, na limpeza dos peixes, descascando camarões, na produção de redes e fábricas de gelo. Observa-se neste grupo o envolvimento de vários membros da família na atividade pesqueira.

Atafona além reunir uma paisagem em constante transformação, configurando a linha final do rio Paraíba do Sul. Durante o andamento da pesquisa, durante as observações do campo, observei por duas vezes a mudança na foz do Rio Paraíba, deslocando o encontro do rio com o mar, passando este encontro mais o Norte, sentido do município de São Francisco do Itabapoana.

A partir das observações notou-se a presença de veranistas que ocupam suas casas de veraneio, seja nas férias e/ou nos finais de semana, observou-se a presença de pequenos estabelecimentos comerciais, como bares e mercearias.

Entre os moradores da praia de Atafona, estão os pescadores artesanais especialmente na localidade da “Baixada”. De acordo com o levantamento de dados utilizados, e a realização de observações constantes da localidade, convivem no local outros trabalhadores da cadeia produtiva da pesca como marisqueiras, os arrumadores de redes, e pequenos comerciantes.

O fato é que conforme o relatório da COMPDEC (2019) a região costeira do 2º Distrito de Atafona, em São João da Barra, RJ, encontra-se como a única localidade do mapeamento de riscos. De acordo com este relatório:

Reconhece-se que a principal ameaça com potencial de causar danos humanos, materiais e ambientais e, sobretudo perdas socioeconômicas, seja o desastre natural de erosão costeira/marinha; e, por outro lado, que outras ameaças com o mesmo potencial sejam o desastre natural de alagamento e de eventos costeiros (mobilidade de dunas) que, combinadas ou sequenciadas em sua origem e efeitos, corroboram a gradual evolução dos fenômenos (COMPDEC,2019, p.19)

Além destes fatores, dentre o “reconhecimento das vulnerabilidades sociais presentes no documento, consta as condições de segurança, educação, saúde, e percepção do risco”, como condições que podem ampliar as vulnerabilidades sociais nos pontos mais afetados.

Neste sentido, em relação à localização das casas dos pescadores artesanais, observa-se que um número expressivo de pescadores reside na “Baixada”, na “linha de frente” da erosão costeira, no limite entre as casas e as oscilações do mar. Estes moradores convivem de frente com os efeitos provocados pela erosão marinha que afeta a região.

Fotografia 1 - Baixada. Rua Alvinópolis.



Fonte: Registro realizado pelo autor em agosto de 2020.

Através do levantamento de informações captadas nos arquivos locais, (com destaque para os arquivos da Casa Duna, Espaço da Ciência) jornais, revistas, vídeo documentários, visitas de campo exploratórias, relatos de vida, diálogos nas ruas e bares no campo de pesquisa, verifiquei que parte dos pescadores, marisqueiras, catadores, etc. eram antigos habitantes da “Ilha da Convivência”, apelido dado a esta ilha vizinha ao Pontal de Atafona, que pertence ao município de São Francisco do Itabapoana.

Segundo as narrativas dos colaboradores entrevistados, a “Ilha da Convivência” é considerada uma das primeiras áreas afetadas pelo processo erosivo, que foi potencializado em meados da década de 1970. Conforme os relatos dos colaboradores da pesquisa, um dos primeiros grandes deslocamentos ocorreu nessa época. Consta nos documentos e jornais locais

pesquisados no Centro de Arte Pesquisa e Memória – Casa Duna, que parte dos moradores foi reassentada em moradias na mesma área de Atafona, conhecido como Conjunto Habitacional Nossa Senhora dos Navegantes⁴, construídos pela Companhia Estadual de Habitação do Estado do Rio de Janeiro - CEHAB.

Além da ameaça da erosão, comprometendo a estrutura das edificações, a localidade da “Baixada” sofre com as constantes inundações quando as águas do rio invadem as ruas e as casas da região. Durante as visitas realizadas em dias de chuva, observou-se que muitos móveis e eletrodomésticos são suspensos com tijolos e madeiras. Além disso, outra constatação foi de seguidas aberturas de valas para escoar a água que se acumula entre ruas e casas.

Fotografia 2 Foto da baixada (Rua Alvinópolis).



Fonte: Registro realizado pelo autor. Out/2019

Além das inundações e apesar de todas as dificuldades relacionadas à erosão costeiro-marinha e do assoreamento do rio Paraíba do Sul, que afetam a dinâmica de vida dos moradores pescadores, observa-se que a proximidade

⁴ Construído no Pontal de Atafona (São João da Barra) para atender famílias de pescadores que perderam suas casas com o avanço do mar, o projeto atendeu as características de moradia de pescadores, com varanda para estender redes, construção às margens de um canal ligado ao mar. De acordo com a CEHAB/RJ, o conjunto, construído no pontal de Atafona, viria facilitar o acesso de barcos e sua atracação. A fim de consolidar o projeto, foi realizada pesquisa com as famílias dos pescadores, permitindo a criação de desenho adequado que contemplasse suas reais carências.. Ver mais em: <http://www.cehab.rj.gov.br/memoria.asp>

entre a sua casa e o barco, é fundamental no cotidiano desses moradores. É possível perceber através do clima das relações sociais do ambiente de pesquisa que há muitos anos estes pescadores contribuem na economia local e desenvolvimento da região.

E apesar dos dilemas vividos em alto-mar como “Maragados”, expressão utilizada por alguns pescadores de Atafona para indicar dificuldades, riscos, medos, adversidades, imprevistos naturais, técnicos e tecnológicos enfrentados na empreitada do trabalho (PITREZ, 2013, p.168), os pescadores entrevistados destacam os benefícios da liberdade da função desempenhada na pesca e no contato diário com os elementos da natureza, como a lua, a força das marés, os ventos, etc. Compreende-se, conforme já destacado por alguns teóricos que este fluxo contínuo de experiências na relação pessoa-ambiente, reforça que a percepção é parte integrante das atitudes que se estabelecem por meio do contato com o mundo (TUAN, 1983a).

1.7 Moradores da “linha de frente”: comerciantes

Em Atafona é possível encontrar um conjunto diversificado de bares e botecos, reunindo histórias de vidas, fatos curiosos, e experiências de vidas. Lembrando todos estes fatos, a temática dos bares ganhou uma publicação exclusiva na obra do campista apaixonado por Atafona, Hélio Santafé (2011) “Os bares do Pontal”. Antes deste lançamento, Santafé publicou outro livro “Atafona: Vento Nordeste” (1999), destacando a grande incidência do vento nordeste.

Dentre tantos bares existentes na praia de Atafona, alguns são mais conhecidos como o Bar do Ronaldo, Bar do Carlinhos Pisca-Pisca, Bar/restaurante do Ricardinho, além de outros, como Bar do Gaúcho, Bar Recanto dos Amigos (fechado devido à erosão), onde em todos eles tive oportunidade de dialogar e aprender bastante sobre as histórias da região.

Na tentativa de captar a dinâmica de afetação e adaptação dos moradores comerciantes, considerando as estratégias psicossociais de prevenção e os mecanismos de resistência, optou-se por entrevistar os “pequenos” comerciantes, em geral donos de bares, localizados na “linha de frente” erosiva da praia de Atafona. Desse modo foram entrevistados três

moradores, proprietários de bar, que durante a realização das entrevistas se encontravam em processo de afetação do imóvel/moradia, pelas forças erosivas.

Dentre os moradores comerciantes entrevistados, até aquele momento, apenas um não havia perdido nenhum imóvel anteriormente, sendo os demais reincidentes na experiência de deslocamento, uma estratégia de muitos comerciantes na tentativa de manter-se nas proximidades da areia da praia.

Entre os comerciantes pesquisados na “linha de frente” da erosão costeira, destaca-se que os três colaboradores entrevistados são moradores do distrito de Atafona. A partir daí, entre as fotos antigas, muitos depoimentos, algumas risadas e também lágrimas, as memórias dos bares que já foram perdidos pelo avanço do mar foram surgindo. São muitas histórias contadas, algumas reúne histórias verídicas e pitorescas dos bares e botequins, seus donos, frequentadores, além de fatos curiosos.

Com a chegada da erosão muitos bares acabam migrando para áreas próximas do local. Existem casos em que os proprietários desistem de prosseguir com o negócio, como no caso de um dos colaboradores da pesquisa, que durante o período de realização das entrevistas teve o seu estabelecimento demolido, devido ao risco de colapso da estrutura devido à erosão costeira.

1.8 Veranistas da “linha de frente”

É importante destacar que existem perfis distintos de veranistas na dinâmica da praia de Atafona. Alguns deles chegaram ao local como veranistas e com o tempo optaram por morar de vez na cidade, sendo outros apenas visitantes de temporadas e finais de semana. Entre os três colaboradores veranistas que foram entrevistados, também atingidos pela destruição provocada pelo avanço do mar no Distrito de Atafona, dois são moradores da cidade de Campos dos Goytacazes, e outra durante a realização das entrevistas estava tornando-se moradora definitiva do lugar.

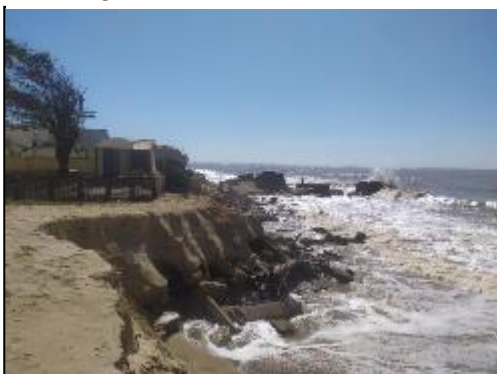
No final da década de 1960 e início de 1970, as casas de veraneio da “alta” sociedade aumentaram consideravelmente, onde a presença dos veranistas era marcada pelas distintas formas de sociabilidade e vilegiatura,

oriundas, sobretudo, de Campos e de outras cidades vizinhas. De acordo com Gomes (2012), Atafona era destino de turistas vindos de diferentes regiões do estado do Rio e de Minas Gerais, e também área destinada à construção de residências secundárias para veraneio associadas, sobretudo, à influência da cidade de Campos. O autor destaca que, nas primeiras décadas do século XX, notou-se um “surto” de construções — ocorrido por volta de 1926 — que aponta, de forma clara, o início do uso do Balneário de Atafona como local de veraneio. A partir da década de 1940, Atafona começou a viver seu auge com a construção do Hotel Cassino e, mais tarde, com a de clubes e de algumas suntuosas residências para os veranistas (GOMES, 2012).

Iniciar a pesquisa perceptiva pela escuta atenta de seus sujeitos, de acordo com Souza (2017) significa minimizar os possíveis efeitos de hipóteses previamente formuladas pelo pesquisador, permitindo-se que os sentidos sejam revelados o mais espontaneamente possível pelos próprios sujeitos.

A questão estudada localiza-se numa verdadeira fronteira de ocupação territorial, onde conforme citado anteriormente, desde a década de 1950, até os dias atuais, “novos” limites de ocupação se apresentam entre os moradores da localidade e as águas do mar que estão avançando descontroladamente sobre as praias, engolindo quarteirões, ruas e casas inteiras.

Fotografia 3 - Praia de Atafona



Fonte: Registro realizado pelo autor
Dez/19.

Fotografia 4 - Rua da caixa



Fonte: Registro realizado pelo autor.
Dez/19

Um passeio pela orla da praia até a vila de Atafona, permite identificar que o mar e a areia estão avançando sobre a orla, já tendo “engolido” uma extensa área, e formado dunas largas que avançam com o tempo. Este avanço faz com que famílias que já haviam sido retiradas das áreas atingidas pela erosão, sendo removidas para conjuntos habitacionais, se encontrem novamente em áreas de risco de serem atingidas diante do retorno do avanço do fenômeno erosivo.

2 SÃO JOÃO DA BARRA, ATAFONA E AS MUDANÇAS AMBIENTAIS

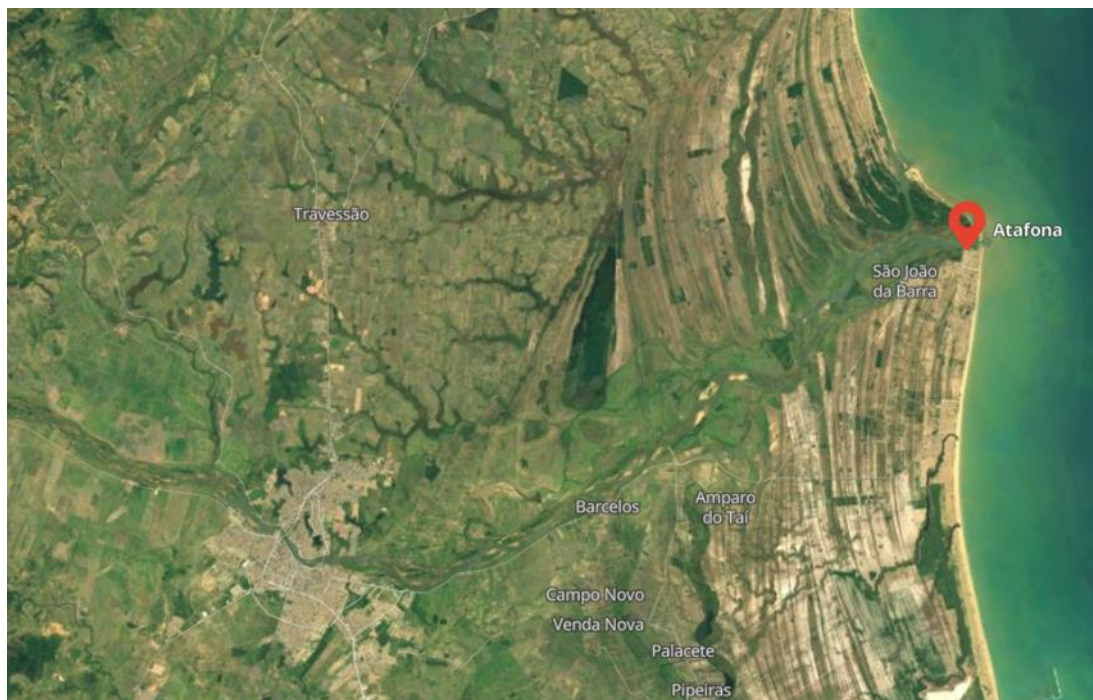
O município de São João da Barra teve origem a partir da localidade de Atafona e foi erguida na parte mais baixa da planície Goitacá, seis metros acima do nível do mar (RIBEIRO, *et a.* 2004). Sendo assim, um dos primeiros distritos do município de São João da Barra, denominado 2º Distrito de Atafona, cresceu sobre o Delta do Rio Paraíba do Sul, a 39,9 km do município de Campos dos Goytacazes, limitando-se ao Norte com o município de São Francisco de Itabapoana; ao Sul e a Oeste com Campos dos Goytacazes e a Leste com o Oceano Atlântico.

Ao buscar as origens da etimologia da palavra Atafona, foram encontradas distintas. Em algumas destas explicações, atribui-se à palavra “Atafona” a uma origem árabe – “attahuna” (*aT-Thunã*) – que significa “moinho”, de acordo com o filólogo Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (FERREIRA, 1986). Segundo entrevista cedida por André Pinto, estudioso da região, na Casa Duna em junho de 2019, o significado de Atafona pode ser encontrado no dicionário banto africano de Nei Lopes. Segundo consta no dicionário, o significado de Atafona é ato de moer, mastigar e triturar.

Do ponto de vista geomorfológico, Atafona é um distrito que cresceu sobre o Delta de um grande rio, o Rio Paraíba do Sul (MELLO; MACHADO; ROCHA, 2018). A região possui uma cultura secular enraizada na pesca artesanal que contribuiu diretamente na formação e consolidação da região (SJB, 2014). O 2º distrito de Atafona pertence ao município de São João da Barra, localizado na região Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), o município tem uma população estimada em 36.138 habitantes, distribuídos em uma área total de 455 km², que corresponde a 4,7% da região Norte Fluminense.

Imagem 3 - Imagem de Satélite com destaque para o Município de São João da Barra. Notam-se as linhas arenosas formação da região.



Fonte: Digital Globe (2021). <https://discover.digitalglobe.com/>

A dinâmica perceptiva de atingidos em meio a transformações socioambientais e intervenções políticas localizam-se numa verdadeira fronteira de ocupação territorial, onde, desde a década de 1970, “novos” limites de ocupação humana se apresentam entre os moradores da praia de Atafona, as águas do mar e em alguns pontos o deslocamento das dunas, devido à incidência de fortes ventos. Conforme ressaltado, o distrito se encontra no limite territorial de um “pontal arenoso”, que reúne grandes forças da natureza, como a ação das ondas oceânicas, as alterações de marés e a influência de ventos capazes de deslocar dunas e porções consideráveis de areia.

O litoral do Estado do Rio de Janeiro pertence ao compartimento geomorfológico do Itabapoana, que se estende do rio Itabapoana, no limite com o Espírito Santo, até Cabo Frio (MUEHE; LIMA; LINS DE BARROS, 2006). Conforme o autor é uma região ancorada por estreitos cordões litorâneos transgressivos com forte transporte litorâneo, trechos com transposição de ondas e em geral fragilidade da linha de costa.

O estudo “Erosão e progradação do litoral Brasileiro”, do Ministério do Meio Ambiente⁵, destaca que o avanço do mar é um fenômeno registrado no

⁵ MUEHE, Dieter (Org.). **Erosão e progradação do litoral brasileiro**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006. p. 468-474.

litoral de 17 Estados brasileiros. Em algumas regiões o mar avança em grande velocidade, sendo que recua em outras. Considerando o avanço do mar como uma alteração oriunda não apenas da ação da natureza, mas principalmente pelas interferências do homem, os dados apresentados por este estudo destacam a previsão de alterações ainda maiores para os próximos anos.

Soffiati Netto (2018b) apresenta aspectos relevantes do debate sobre o favorecimento da erosão marinha em Atafona e região. Segundo o autor, além das causas do fenômeno erosivo, já apresentadas, existem vários aspectos das relações antrópicas, como a transposição de Santa Cecília, desviando parte das águas do Rio Paraíba do Sul para abastecer a região metropolitana do Rio de Janeiro. Concluída em 1952, a barragem de Santa Cecília, em Barra do Pirai/RJ, contribuiu significativamente para o início do avanço do mar em Atafona. Em outras palavras, este “golpe” na alteração da vazão do Rio Paraíba do Sul provocou certo desequilíbrio da dinâmica sedimentar da foz do Rio, resultando assim, de acordo com o autor, em dois rios Paraíba. Soffiati Netto (2018b) destaca que o primeiro rio nasce na Bocaina (Serra da) Bocaina (São Paulo), termina na Baía de Sepetiba e passa pelo Rio Guandu recebendo desvio e fornecendo água para indústria e população. O outro rio Paraíba começa no rio Paraibuna, de Minas Gerais e termina na foz de Atafona.

Incansável em seus estudos, Soffiati Netto (2020) destacou ainda que além do desequilíbrio da sedimentação, o fechamento gradativo do estuário natural do Paraíba afetará a captação de água, intensificando o processo de salinização, e prejudicando a economia rural das cidades da região, visto que esse processo salinizará os terrenos, impedindo o seu uso na agricultura.

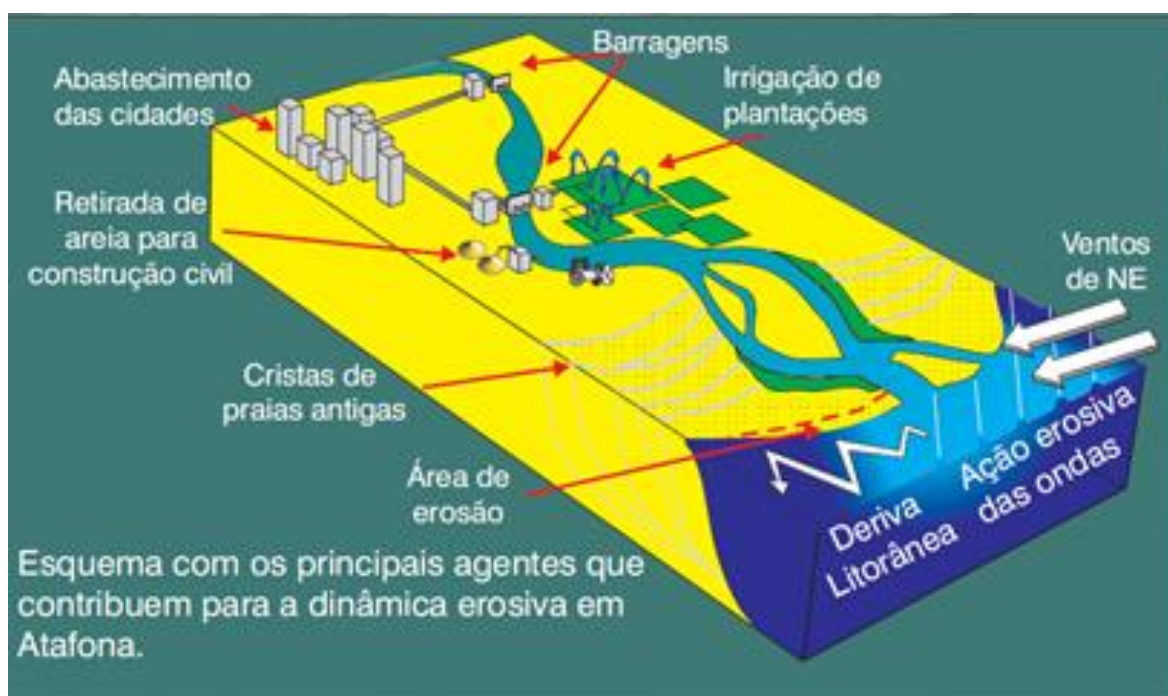
É neste contexto que os moradores da localidade conhecida como “Baixada” na praia de Atafona - São João da Barra/RJ, local escolhido para o campo da pesquisa, que conforme já destacado, apresenta neste ponto a área mais erodida de todo o litoral fluminense.

Nos últimos anos, o 2º distrito de Atafona e sua área costeira em transição tem recebido a atenção da imprensa local e nacional pelo forte processo de erosão costeira que a impacta. Pesquisas apontam que o fenômeno de erosão tem relação com a própria formação gradual do delta do rio Paraíba do Sul, que já deixou cicatrizes evidentes na planície costeira (SOFFIATI NETTO, 2017).

As forças da natureza, como a ação das ondas, mudanças de marés, e ventos fortes, somadas às atividades e ações humanas, atuam à semelhança de um moinho, “transformando o ambiente” e as dinâmicas do lugar.

Outros pesquisadores que se debruçaram sobre a erosão marinha em Atafona, apresentam de maneira bastante didática os fatores que provocam ou acentuam tal erosão na região (RIBEIRO *et al.*, 2004), tal como apresentam na figura a seguir.

Imagem 4 - Esquema da dinâmica erosiva em Atafona



Fonte: Ribeiro *et al.* (2004). Retirado de: Ponto de Interesse geológico, erosão marinha em Atafona, RJ.

Atualmente, assoreado de tanto atender aos diferentes ciclos econômicos, a foz do Rio Paraíba do Sul apresenta os impactos da transposição e desvios das suas águas, a construção de barragens, reservatórios, canais, e estruturas de geração de energia, irrigação, aberturas de barras e diques, além do despejo de esgoto resultante da ocupação rural e urbana.

Segundo Costa (1994) este conjunto de intervenções, nas últimas décadas, foram cruciais para a produção do fenômeno erosivo que ocorre em Atafona. No entanto, vale destacar que esse fenômeno geográfico é dinâmico. Alguns dos primeiros a escrever sobre o tema - como Argento e Costa (2005) e

Alberto Lamego (1934) - já apontavam desde a década de 1930 a transformação do ambiente.

“A misteriosa origem das restingas desvendou-se-nos com um fenômeno matemático, ocorrido em Gargaú, em 1926, que salteando a pequena vila de improviso, privou-a de sua praia. Ao soprar de uma violenta suestada foram os vagalhões trazendo as massas silicosas. E do Pontal da Convivência – na foz do Paraíba – veio estirando-se para o norte uma lingueta de areia, de cem metros de largo por dois de alto, paralela à costa primitiva. De permeio, afundou-se uma laguna idêntica em largura, retilínea por quatro quilômetros de extensão. Quer isto dizer que o oceano recuou duzentos metros no curto espaço de semanas!” (LAMEGO, 1934, p. 18-19, *apud* COSTA; ROCHA, 2017).

Com a utilização de tecnologias digitais, alguns pesquisadores tais como (RIBEIRO *et al.* 2004) se dedicam, há algumas décadas, a elaborar estudos voltados para o mapeamento costeiro e o entendimento das tendências e probabilidades de avanço e recuo da linha de costa. Em distintas pesquisas, Ribeiro e Rosas (2006) produziram uma série de fotografias aéreas, calculando entre os anos de 1954-2005 uma taxa de erosão de cerca de 7,8 m/ano em pontos críticos de Atafona.

Como destaca o estudo de Argento e Costa (2005), dentre as causas deste intenso processo erosivo pode-se levantar três hipóteses: i) o fenômeno refere-se a causas antrópicas, ou seja, decorrentes da ação do homem, especialmente no que tange diminuição do grande volume de água e sedimentos da foz devido a sucessivos represamentos do rio Paraíba do Sul. ii) Uma segunda hipótese, que recebe a influência da primeira na explicação da dinâmica do fenômeno, relaciona a dinâmica das correntes marinhas, às vagas que ocorrem na foz deltaica do Paraíba do Sul. Neste caso, a sucessiva formação de barras, somadas a maior incidência do vento Nordeste, contribuem para modificar o sistema de ondas, resultando na forte ação erosiva com consequente retrogradação litorânea. Por fim, iii) a terceira hipótese aponta que:

A área de Atafona está sofrendo um rebaixamento, em virtude da ocorrência de movimentos de massa sub - aquáticos do tipo “slump” submersos das laminas deltaicas pretéritas, ocasionando desmoronamentos regressivos em sub-superfície

e a conseqüente destruição das áreas emersas adjacentes. Assim, estes desmoronamentos em ambientes submersos favorecem uma subsidência na foz, fazendo com que este fenômeno pudesse ser erroneamente interpretado como função da existência de um aumento muito rápido do nível médio do mar e, por esta razão, estaria sendo o responsável direto pela destruição da área aonde se localiza a cidade de Atafona” (ARGENTO; COSTA, 2005, p. 1207).

É diante desta paisagem que nas últimas décadas estudos de natureza acadêmica, literária, registros de jornais, revistas, livros e demais meios de comunicação, publicam informações, contos, artigos, dissertações e teses sobre o fenômeno a partir dos mais distintos pontos de vista.

Conferida a importância dos fatores geomorfológicos que contribuem para a ocorrência do fenômeno, não sendo objetivo deste trabalho centralizar sua análise nas causas e efeitos do processo erosivo, mas sim, reconhecer a experiência subjetiva diante deles, buscou-se desvelar as condições das relações humano-ambientais na compreensão do fenômeno, considerando aspectos psicossociais que emergem de experiências das pessoas afetadas pelas alterações ambientais na área pesquisada.

Neste sentido, para trabalhar os aspectos psicossociais possíveis nas narrativas dos colaboradores, sujeitos da pesquisa, exigiu compreender suas interfaces com as políticas públicas/sociais de resposta aos afetados. Para além dos sintomas físicos e emocionais como: picos de estresse por medo de perder a moradia, fadiga mental pela dificuldade em conseguir dormir, angústia, frustração e indignação pela ausência/insuficiência nas respostas, buscou-se uma abordagem de modo a levar em conta a ação/práxis nas relações sociais, histórica e ambientalmente contextualizadas. Reconhecendo no escopo das narrativas a diversidade, seus conflitos, interesses, inovações/invenções, conquistas, materialidade, politicidade, etc.

2.1 Notas da ocupação e habitantes da região

Ao relatar a ocupação pelos primeiros habitantes dessa localidade, que somente mais tarde se chamaria Atafona, João Noronha (2007) retrata que viviam nestas terras aproximadamente 12 mil índios Goitacás, sendo donos absolutos dessas terras no tempo da Capitania de São Thomé. Até então, este

habitat pertencia aos Goitacás que ocupavam as áreas dos brejos e se alimentavam principalmente da pesca rudimentar e caça de pequenos animais, sendo que gostavam de dançar em ocasiões festivas e eram conhecidos como exímios corredores ou nadadores, que comiam os prisioneiros (colonos) que faziam em suas guerras (NORONHA, 2007).

Consta que para vencer a ferocidade dos povos indígenas goitacá, não foram suficientes pólvora e bala. Segundo Noronha (2007), invasores portugueses – liderados pelo capitão-mor Estevão Gomes, homem rico e senhor de dois engenhos no Rio de Janeiro, escolhido pelo governador Gaspar de Sousa para iniciar a povoação e garantir o carregamento de pau-brasil – se serviram do veneno em caldo de cana e de roupas contaminadas com varíola. Porém, segundo Lamego (1934), contrariando as investidas dos colonizadores em obter dos povos indígenas a exploração da sua força de trabalho escravo, muitos grupos foram perseguidos e completamente extintos, sendo que alguns poucos buscaram refúgio nas grandes selvas capixabas.

Apesar da luta e a resistência marcarem a saga dos Goytacá, em oposição às tentativas de ocupação da região, fato é que boa parte da literatura existente começa a contar essa história a partir da chegada dos “homens brancos”, piratas e colonizadores do “descobrimento” no século XVI (MARTINS, 2019; LAMEGO, 1972; OSCAR, 1972). Sendo assim, a dinâmica dos modos de vida dos seus primeiros habitantes, os Goytacá, é por vezes narrada na superfície, destacando apenas como estes eram irredutíveis e inconciliáveis com os conquistadores.

Por motivos econômicos, políticos e demográficos, essa região estava inserida nos interesses governamentais traçados pelos colonizadores (OSCAR, 1972). Narrativas históricas no que tange a chegada destes colonizadores europeus na região apontam essa apropriação territorial, cultural e simbólica, que transformaria definitivamente a relação do homem com este ambiente e os demais ecossistemas (SOFFIATI NETTO, 2020).

Durante as conversas com os orientadores desta pesquisa, percebeu-se que o leitor poderia questionar sobre esses relatos históricos, se eles são realmente relevantes para se compreender a dimensão psicossocial que se elegeu para esta pesquisa, diante do fenômeno contemporâneo psicossocioambiental. É importante destacar, bem como fez Soffiati Netto

(2020) ao debater de forma crítica sobre a formação das civilizações e os impasses hoje vivenciados, apontando o caráter desmatador, poluidor e caçador do ser humano.

Há 15 mil anos os cursos de água doce que chegavam aos oceanos tinham suas bacias cobertas de vegetação nativa. Portanto, a erosão e o assoreamento eram muito reduzidos. Quando o modo de produção capitalista chegou ao Brasil com os portugueses, tudo começou a mudar (SOFFIATI NETTO, 2020, s.p).

Este autor destaca ainda que, de certa forma, nunca houve um período em que a humanidade tenha se relacionado de forma equilibrada com a natureza. Ao discorrer sobre a humanidade e as florestas, Soffiati Netto (2020) aponta que cada cultura construiu a sua visão sobre as florestas, incluindo o desmatamento praticado em várias sociedades, com seus modos de produção distintos. No entanto, o autor ressalta que os povos que habitavam a América (uma vez que não existiam países) usavam as florestas para obter dela a subsistência, sem ultrapassar os limites, pois as consideravam sagradas, e merecedoras de respeito. Ao final, Soffiati Netto (2020) conclui que as matas foram transformadas em fonte de lucro com a chegada dos colonizadores, trazendo uma concepção de que as florestas poderiam ser exploradas descontroladamente, marcando a fase capitalista ocidental, e uma mudança na visão que se tinha das florestas.

No caso dos povos que habitavam a região, logo antes da chegada dos colonizadores europeus, ao longo de alguns anos, a relação imposta pela força colonizadora, terminou por dizimar os povos indígenas da nação Goitacá, e praticamente todos os vestígios de sua cultura. Sobre essa tal rebeldia dos Goitacá, narrativas outras podem ser encontradas, estabelecendo novos olhares para essa relação dos índios nativos da região e o homem colonizador. Entende-se, que essa invasão territorial transformaria potencialmente a relação entre a natureza e a cultura, a partir da usurpação deste ambiente seguido do extermínio destes povos e suas culturas tradicionais (SOFFIATI NETTO, 2018a).

O desaparecimento dessa herança ancestral provocaria mudanças significativas nas relações de respeito e preservação às florestas, não somente

desta região. Vale dizer que se não resguardados historicamente os aspectos mais relevantes dessa cultura, ofusca reconhecer os aprendizados para as sociedades posteriores, tendo no presente essas marcas de formações sociais pretéritas.

A revisão da literatura destaca a irredutibilidade e rebeldia dos índios Goytacá. E diante deste cenário de resistência, foi preciso importar a mão de obra escrava negra, de origem africana, tão necessária para os planos de desenvolvimento da capitania.

De acordo com João Oscar (1972), o comendador Joaquim Thomaz de Faria, residente na barra de Atafona chegou a ter em suas fazendas 250 escravos negros. O testamento de sua viúva, D. Francisca Barreto de Jesus, em janeiro de 1857, aponta um fato curioso: que após a sua morte, libertaria as duas escravas, sendo Ambrosina e Idalia, e presenteando as mesmas, cada uma com uma escrava para servi-las.

Por minha morte ficará liberta a escrava Ambrosina, parda, a quem deixo para servir a escrava Gabriella, Além deste legado, terá mais a quantia de hum conto de réis que lhe será entregue por meo testamenteiro. Também por minha morte ficará liberta a parda Idália; deixo a mesma quantia, e a escrava Clemência para a servir. Estas duas escravas que liberto, merecem de mim esse favor (OSCAR, 1972, p.101).

O curioso é que somente após a morte de sua proprietária, as escravas estariam libertas e no mesmo tempo tornariam se proprietária de uma escrava. O autor ainda destaca que as escravas pardas eram, em regra geral, filhas dos seus senhores ou dos seus parentes mais próximos, e questiona se o gesto de grandeza por parte da viúva, poderia ser um tipo de reconhecimento das filhas adulterinas de seu finado marido (OSCAR, 1972). Durante o decorrer dos estudos, apesar de não ter relação direta com o objeto de pesquisa, tal fato chamou minha atenção, especialmente das formas de alforriar e a longevidade do sistema escravagista na região.

Em tempos atuais, o desenvolvimento da região vem sendo marcado pela oscilação dos ciclos econômicos. O rio Paraíba do Sul teve grande importância e protagonismo. Nos períodos de grande navegabilidade, o rio Paraíba do Sul, serviu muito bem aos interesses dos colonizadores. A

construção do porto de São João da Barra serviu como ponto estratégico para escoar as produções oriundas dos canaviais de Campos e as safras de café de São Fidelis e Cantagalo (PITREZ, 2014). Além das cobranças em torno das atividades portuárias, que recebia grande fluxo do comércio de exploração de escravos, marcando o caminho de exploração e exportação do ouro, couro, tabaco e cachaça (MARTINS, 2019).

Essa relação sociogeográfica impulsionou o desenvolvimento e povoamento da região, contribuindo para o surgimento de várias empresas como a Usina de Barcelos, e duas companhias de navegação e estaleiros (AQUINO, 1997). Após visitas de Dom Pedro II à cidade, João Oscar (1972) destaca que Dom Pedro II elevou São João da Barra à categoria de cidade em 17 de junho de 1850. No entanto, logo em 1888 a ascensão socioeconômica em torno das atividades portuárias ficaria abalada, com a chegada das estradas de ferro entre Campos - Macaé e entre Macaé - Niterói, reduzindo drasticamente o traslado marítimo e trocas comerciais na região (AQUINO, 1997). As condições de navegação naquela época, já se apresentavam desfavoráveis na foz do delta do rio Paraíba do Sul que, constantemente formava bancos de areia, impedindo a circulação de navios maiores (LAMEGO, 1934; PITREZ, 2014).

De certa forma, de acordo com Krenak (2020) com o desenvolvimento deste projeto de civilização ocidental, abriu-se as portas para a venda tanto de seres humanos e suas identidades, quanto à venda dos rios, oceanos, florestas e por consequência de todo o ecossistema. Neste sentido, “essa visão estreita e excludente de humanidade apresenta as tendências destrutivas da chamada civilização, com base na devastação ambiental e o consumismo desenfreado” (KRENAK, 2020).

Apesar de todos os “avanços” rumo ao desenvolvimento, ao longo dos séculos, a transformação nesta relação evidenciou uma crise, que impõe a necessidade de produção de novos saberes, frente às mudanças provocadas na relação pessoa-ambiente. Neste sentido, Atafona, despertou para a importância em compreender os (des) equilíbrios como resultados dessa interação. No passado, sendo uma das portas de entrada para o extrativismo imposto por outros povos em busca de progresso, no presente, se debruça a

compreender os resultados acumulados deste processo de transformação e degradação ambiental.

Dito assim, a reflexão sobre a questão ambiental sob a ótica dos modos de vida/existência dos moradores da região de Atafona, sendo pescadores, pescadoras, comerciantes e veranistas, considerou as relações entre natureza e cultura, pessoa e ambiente, os diversos tipos de saberes de comunidades tradicionais, indispensáveis nos dias atuais. Importou saber quais as diferentes modalidades de relações psicossociais, e as estratégias de ação no ambiente de pesquisa. É neste sentido ainda que os desafios voltados ao debate deste tema envolvem os mais diversos campos do saber como a história, antropologia, sociologia, psicologia, geografia, dentre outras correntes que debatem as relações pessoas-ambiente.

2.2 Atafona ambiental

Durante a realização deste trabalho, desde o primeiro semestre de 2017, dediquei boa parte do tempo buscando uma aproximação com o ambiente de pesquisa. Logo nas primeiras conversas e observações, busquei um contato e aproximação com as equipes técnicas municipais da Defesa Civil, ligadas a Secretaria Municipal de Segurança Pública, no intuito de levantar as ações e documentos oficiais no que tange a gestão dos riscos de desastres para o 2º distrito de Atafona.

Apesar da disponibilidade dos agentes públicos, demorou cerca de alguns anos e poucos meses, para poder ter acesso ao *Relatório da Defesa Civil de São João da Barra*, lançado apenas em 2019. Neste período, optei por morar próximo a área estudada.

Nesta altura, a atuação municipal em gestão de risco, preconizadas pela Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, elaborou o “mapeamento das áreas de risco de desastres por erosão costeira/marinha da região costeira do 2º Distrito de Atafona, em São João da Barra, RJ, – inserido na Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (Cobrade).

Instituída pela Lei nº 12.608 de 10 de abril de 2012, De acordo com a COMPDEC (2019) reconhece-se que o desastre natural de erosão costeira/marinha em Atafona seja a principal ameaça com potencial de causar

danos humanos, materiais e ambientais e, sobretudo perdas socioeconômicas, e, por outro lado, que outras ameaças com o mesmo potencial sejam o desastre natural de alagamento e de ventos costeiros (mobilidade de dunas) que, combinadas ou sequenciadas em sua origem e efeitos, corroboram a gradual evolução dos fenômenos.

Na tentativa de levantar o grau de risco na região costeira do 2º distrito de Atafona, a Defesa Civil caracterizou e quantificou os dados relativos a cada ameaça de desastre, conforme tabela a seguir.

Tabela 1 - Grau de risco de desastre.

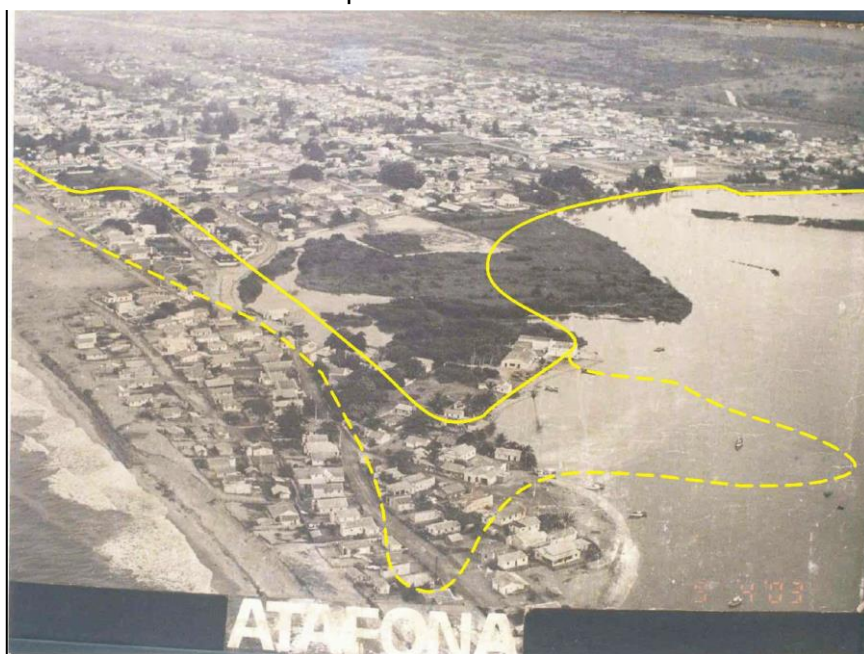
DESASTRE	GRAU DE RISCO				
	IV	III	II	I	TOTAL
INUNDAÇÃO - Cobrade 1.2.1.0.0					
Residências	14	0	0	0	14
Habitantes	42	0	0	0	42
ALAGAMENTO - Cobrade 1.2.3.0.0					
Residências	10	11	27	25	73
Habitantes	23	22	69	69	183
DUNAS - Cobrade 1.3.1.1.2					
Residências	10	7	5	0	22
Habitantes	17	8	8	0	33
EROSÃO - Cobrade 1.1.4.1.0					
Residências	66	55	47	12	180
Habitantes	110	105	76	11	302
COLAPSO - Cobrade 2.4.1.0.0					
Residências	8	0	0	0	8
Habitantes	14	0	0	0	14

Fonte: COMPDEC (2019).

De acordo com a COMPDEC (2019, p.28) os logradouros da região costeira do 2o Distrito de Atafona, SJB, RJ, apresentam se com 238 imóveis, sendo 20 desocupados, 21 comerciais, 05 comerciais e residenciais, 192 residenciais, e destes 125 habitados por 276 residentes, e 67 sazonalmente ocupados por veranistas.

Conforme apontado, uma das principais ameaças é a erosão marinha, que há 10.000 anos, essa área costeira vem sendo atingida por mudanças contínuas e às vezes mais severas, sendo evidenciadas pelas cristas de praias na planície costeira, que indicam as praias do passado geológico (RIBEIRO *et al.*, 2004).

Fotografia 5 - Fotografia aérea panorâmica do pontal de Atafona – época: 1974.



Fonte: Ribeiro, Bartel e Oliveira (2006).

Fotografia 6 - Fotografia aérea panorâmica do Pontal de Atafona – época: 05/2003.



Fonte: Ribeiro, Bartel e Oliveira (2006).

Dentre os fatores climáticos, estão os períodos de grande estiagem, provocando a diminuição dos sedimentos transportados pelo rio durante o seu

percurso, ou seja, quanto menos água o rio trazer, menor será a carga de sedimentos transportados, que assim, com a diminuição do material que “mantém” o delta, terá uma taxa de destruição maior do que a construção, ou seja, de reposição destes sedimentos.

Fatores variados têm contribuído para a evolução desse processo, sendo eles: a predominância do vento nordeste, o ataque das ondas, o déficit hídrico e sedimentar do rio. A retirada da água, ao longo do curso do rio⁶ para o abastecimento doméstico da região metropolitana e outras cidades do Rio de Janeiro, além de ser utilizado para agricultura e indústrias, diminui a barreira hidráulica das águas do rio, deixando a parte sul do delta desprotegida do ataque das ondas de direção nordeste (RIBEIRO *et al.* 2004).

Outro fator importante é a construção de barragens para a (des) regularização do fluxo do rio, que nem sempre conseguem evitar a ocorrência de enchentes e inundações, e ao final de todo este processo acaba por reduzir a chegada de sedimentos até a foz, favorecendo a erosão. A retirada de areia do canal do rio para a construção civil e a colocação de espigões de pedra, conhecidos como guias correntes, intensificam os fatores relacionados com as intervenções provocadas pelo homem. Conforme os dados da análise interpretativa da configuração espacial das feições costeiras (RIBEIRO, 2005), a partir dos levantamentos (GPS) tem sido possível verificar a tendência da erosão e de progradação sobre a área urbana de mais alto risco.

Em 2017 uma inundação na foz do Paraíba do Sul (Figura 3) tomou praticamente toda a faixa de areia do pontal, contornando quase por completo duas ruas – Rua Alvinópolis, e R. Minervina da Silva Pereira, onde reside parte dos pescadores artesanais de Atafona. Além de pegar desprevenidos os moradores, que por pouco não ficaram ilhados, escutei de distintos moradores como essa oscilação extrema prejudica a principal atividade econômica local, a pesca artesanal.

⁶ O rio Paraíba do Sul nasce na serra da Bocaina, no estado de São Paulo, e sua bacia hidrográfica abrange três estados: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. (Ribeiro, 2005)

Fotografia 7 - Pontal de Atafona. Foto panorâmica da inundação



Fonte: Folha 1 (2017).

Em 2017, a prefeitura de São João da Barra/RJ decretou situação de emergência⁷ nas áreas do município afetadas pela erosão. Após todos estes anos de registro sobre o avanço do mar em Atafona, o relatório COMPDEC (2019) observa em seu texto que “se medidas urgentes não forem tomadas, com o apoio do Estado e da União, para conter a erosão costeira, graves danos repentinos poderão ser causados, podendo resultar em prejuízos ainda mais graves a população, à economia e ao meio ambiente”.

Como bem destaca Malagoli (2015, p. 221) ao debater sobre visões de “*Natureza e Ambiente: o estudo dos desastres e a geografia*” é preciso superar a visão dicotômica dominante que chega até nós hoje mobilizando o termo natureza como oposição à presença e realizações humanas.

Visto assim, o desastre neste caso, pode estar localizado na capacidade da ação humana em potencializar, de modo crescente, a ocorrência de

⁷ No mês de julho de 2017 a prefeita de São João da Barra, Carla Machado, decretou situação de emergência nas áreas do município afetadas pela erosão costeira. O documento é datado de 26 de julho, mas foi publicado neste sábado (29) no Diário Oficial do município. O texto observa “que se medidas urgentes não forem tomadas, com o apoio do Estado e da União, para conter a mencionada erosão costeira/marinha, graves danos repentinos poderão ser causados, que poderão resultar em prejuízos ainda mais graves à população local, à economia e ao meio ambiente”. Extraído de Folha 1, ver mais:

https://www.folha1.com.br/_conteudo/2017/07/blogs/blogdoarnaldoneto/1222746-carla-decreta-situacao-de-emergencia-devido-ao-avanco-do-mar-em-atafona.html

ameaças, a exposição aos riscos e a dificuldade de encontrar respostas um tanto mais preventivas.

Após analisar os documentos oficiais da atuação municipal em gestão de risco, foi possível identificar entre as etapas de elaboração do Relatório da COMPDEC (2019) para área de risco de desastre, o reconhecimento de vulnerabilidades físicas e sociais, que avalia a aplicação de ações eficientes, considerando as condições de segurança, educação, saúde, conflitos e percepção de risco.

Compreende-se neste trabalho que a percepção de risco é importante para caracterizar relações sociais-ambientais desiguais. No entanto, no citado relatório, não são apresentados os elementos pedagógicos de como é trabalhada a percepção de risco. Contatos telefônicos (durante o período da pandemia de Covid-19) foram realizados, sem êxito, no intuito de obter mais informações sobre como este aspecto foi pensado pela equipe de Proteção e Defesa Civil.

A percepção dos riscos, no caso de alguns moradores pode ser mais debatida nos capítulos 4 e 5, considerando as narrativas recolhidas no campo de pesquisa, em conversas com os colaboradores afetados. Não se buscou aqui uma leitura homogênea em relação à percepção dos afetados, mas sim compreender as tramas da percepção da experiência frente à erosão, e os modos de enfrentamento das ameaças apresentadas. Assim, conforme Valêncio, Siena e Marchezini (2011, p.21) ao debater os discursos hegemônicos nos estudos sobre desastres, especialmente nas ciências humanas, dizendo que não é a intensidade ou magnitude de um fator de ameaça aquilo que configura imediatamente um desastre, mas o tecido social, em suas tramas econômicas, culturais, políticas, simbólicas e subjetivas que guarda a exata dimensão da afetação, podendo ir desde um simples acidente a uma catástrofe.

Podemos começar reconhecendo comunidades, como no caso de Atafona, onde pessoas em situação de vulnerabilização lidam com a invisibilidade, a desinformação, e a desvalorização dos riscos em torno do seu ambiente. Vale destacar a desinformação como um dos mecanismos dos quais se configura uma proteção ambiental socialmente desigual (ACSELRAD, *et al.*, 2009) tornando incerta a percepção da relação de causalidade entre a

ação dos empreendimentos sobre o meio e os riscos produzidos para as populações.

Captar os processos históricos na distribuição desigual dos riscos ambientais poderia ser outra possibilidade para compor a trama de afetação dos moradores em Atafona. Por isso, no caminho já trilhado por Valêncio, Siena e Marchezini (2011), ao chamar a atenção para os “*Abandonados nos desastres*”, não se trata apenas de produzir planos, veiculá-los como uma panaceia, formalizando intenções públicas com o bem-estar dos grupos vulneráveis, mas promover efetivamente interações e relacionamentos que permitam trocas de conhecimento, treinamentos conjuntos e capacidade ampliada de avaliação, de apoio mútuo, bem como se comprometendo com a atualização e socialização constante das informações.

2.3 Aspectos da erosão marinha/costeira no estado do Rio de Janeiro

Os estudos sobre a característica fisiográfica do litoral brasileiro revelam dados importantes sobre a dinâmica de erosão e progradação. De acordo com Muehe, Lima e Lins de Barros (2006), o litoral do estado do Rio de Janeiro se divide em três grandes compartimentos de acordo com a orientação de sua linha costeira. Este trabalho debruçou-se apenas no compartimento Itabapoana.

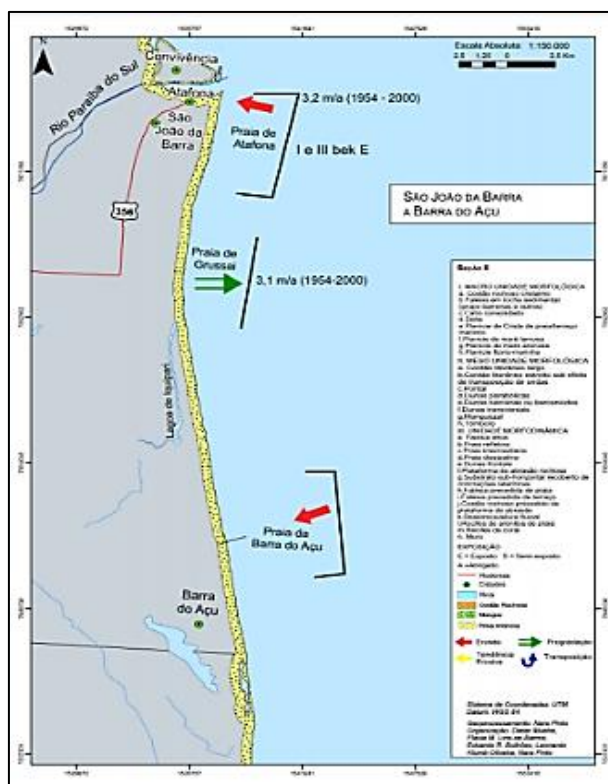
O compartimento Itabapoana, que se estende do rio Itabapoana, no limite com o estado do Espírito Santo, e vai até Cabo Frio é amplamente dominado pela orla da planície. Segundo Muehe, Lima e Lins de Barros (2006), a região é encabeçada por estreitos cordões litorâneos transgressivos com forte transporte de sedimentos, e trechos com transposição de ondas e em geral fragilidade da linha de costa. Em outras palavras, a região que comporta o município de São João da Barra foi erguida em cima de um aterramento de areia, deslocadas pelo Rio Paraíba do Sul.

Imagem 5 - Compartimento Itabapoana com principais localidades.



Fonte: Cassar e Neves (1993)⁸

Mapa 4 - Litoral Leste - Planície Costeira do Rio Paraíba do Sul.



Fonte: Brasil (2018).

⁸ Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Figura-5-Planicie-costeira-do-rio-Paraiba-do-Sul-com-principais-localidades-e_fig3_317332731. Acesso em: 20 out. 2020.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) lançou estudos sobre o Panorama da erosão costeira no Brasil (2018) tratando das alterações previstas para a linha de costa brasileira. No que tange as praias de Atafona de Grussaí em São João da Barra/RJ, entre os anos de 1954 – 2000, houve uma taxa erosiva de 3,2 metros ao ano, sendo que neste mesmo período, um pouco mais abaixo, na praia de Grussaí houve recuo do mar em aproximadamente 3,1 m/a (BRASIL, 2018).

Entre Macaé e o Cabo Frio, passando pelo Cabo Búzios, o litoral alterna entre planícies costeiras de cristas de praia e promontórios rochosos. Do Cabo Frio à Ilha da Marambaia a orla é formada por cordões litorâneos transgressivos, estreitos, em fase de instabilização, separados por promontórios rochosos e pela interrupção pela desembocadura da Baía de Guanabara. Sua exposição para o Sul coloca este trecho sob ação de fortes ondas de tempestade com ocasionais eventos erosivos significativos. O terceiro setor é caracterizado pela planície costeira da baía de Sepetiba protegida das ondas de tempestade pela restinga da Marambaia e pelo predomínio de costões rochosos e planícies costeiras de pequena expressão da baía da Ilha Grande, parcialmente protegido pela Ilha Grande, apresentando fenômenos erosivos localizados e de pequena amplitude (MUEHE; LIMA; LINS DE BARROS, 2006, p. 266).

As características dos compartimentos são distintas, especialmente no que tange o processo de erosão e progradação do litoral do estado do Rio de Janeiro. Obstante o interesse deste trabalho em aprofundar em cada uma delas, o foco de análise aqui concentra sua atenção no compartimento Itabapoana, região que abriga o complexo deltaico do Rio Paraíba do Sul.

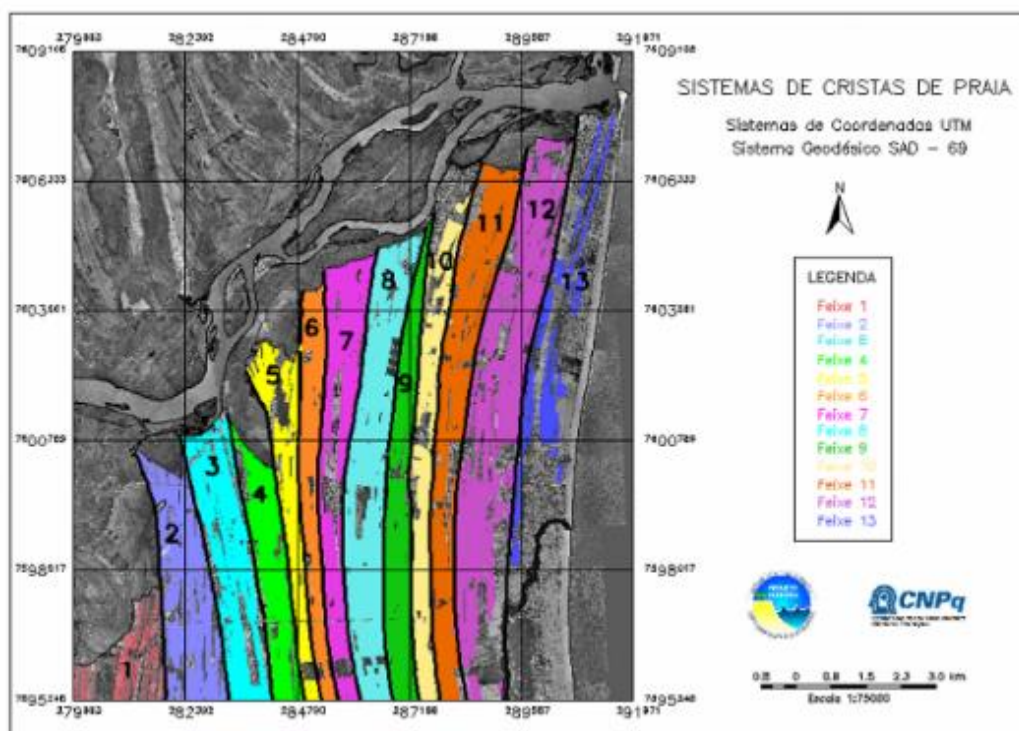
De acordo com investigadores desse fenômeno (RIBEIRO *et al.*, 2004) o delta do Paraíba do Sul é um depósito de sedimentos (materiais transportados e acumulados) nos locais onde os rios encontra-se com mares, lagos, etc. Neste sentido, após algumas décadas de pesquisas sobre o processo erosivo em Atafona, foram gerados alguns documentos cartográficos com apoio de fotografias que ajudam a visualizar as cristas da praia e a formação do delta.

O mapeamento costeiro realizado a partir do monitoramento da erosão com uso de tecnologias de geoprocessamento evidenciou a configuração espacial do pontal de Atafona (RIBEIRO; BARTEL; OLIVEIRA, 2006) e revelou as consequências das mudanças ambientais ocorridas na localidade desde a década de 1950. Os autores apresentam graficamente requisitos básicos para o mapeamento desses eventos, em função de ação agressiva de ondas, ventos e marés, apresentando a tendência de variação da linha de costa.

Ao buscar analisar a dinâmica de caracterização geomorfológica do complexo deltaico do rio Paraíba do Sul (RIBEIRO, 2005) destaca sistemas de cristas de praia que compõe parte do município de São João da Barra/RJ. Na imagem aérea (Mapa 4) é possível observar as linhas de praia, apontando que Atafona foi construída sobre um sistema de cristas de praia, ou seja, faixas arenosas foram depositadas pelo mar no processo de construção do delta do Paraíba do Sul.

Mapa 5 - Sistemas de cristas de praia.

Fon



te: Ribeiro (2005).

Ribeiro (2005) que há décadas dedica pesquisas sobre os fatores que contribuíram para a construção do delta do Paraíba do Sul, apresenta

elementos para a um entendimento do processo e dos fatores geológicos presentes neste ambiente. A meu ver, a compreensão sobre o processo de formação do delta é indispensável para que a população local, e os representantes das instituições públicas e privadas, percebam a dinâmica e a idade deste fenômeno erosivo na região. Até o momento já foram reconhecidos treze sistemas de faixas de areia, ou cristas.

Os limites entre os sistemas de cristas, ou faixas arenosas representam épocas de erosão, como a que ocorre hoje na praia de Atafona (RIBEIRO *et al.*, 2004).

O conhecimento ambiental e aprofundado deste fenômeno poderia contribuir com os moradores e gestores da localidade, na compreensão das estratégias para lidar com tal realidade? Sim, considera-se importante analisar os saberes locais e identificar trilhas interpretativas na construção da percepção sobre os fatores causadores deste fenômeno.

2.4 vulnerabilização e Resistência

No Brasil, os desastres ambientais estão cada vez mais frequentes na dinâmica das cidades. Diante deste contexto, diversas cidades têm sido afetadas por um conjunto complexo de eventos extremos de natureza climática e geomorfológica, apontando a importância e necessidade de desenvolvimento e aplicação de conhecimentos voltados ao monitoramento e previsão de risco de ocorrência de desastres (ALVALÁ; BARBIERI, 2017, p. 204).

Para a sociologia dos desastres, o termo desastre não é objeto de fácil desvelamento, sendo que há uma profusão de interpretações que contribuem para identificar seus diversos aspectos humanos e sociais (VALÊNCIO; SIENA; MARCHEZINI, 2011). O mais relevante na argumentação destes autores sobre o conceito é dizer que o desastre nunca pode ser natural apenas, pois seria construído politicamente, tornando-se muito desiguais em termos de relações sociais.

O grau de risco entre moradores mais pobres, as incertezas sobre o futuro, a descrença com a demora do governo, a falta de informações coerentes ou a invisibilidade social, contribuem para o processo de abandono, ampliando as condições de vulnerabilização de diferentes grupos sociais

(ACSELRAD, 2002). Por isso, utiliza-se também neste trabalho o termo “condições de vulnerabilização” para tratar dos grupos sociais mais despossuídos e menos representados nas esferas do poder, desmascarando o uso tecnicista do termo “vulnerabilidade” que estigmatiza certas populações, num jogo político a ser revelado.

A SEDEC – Secretaria Nacional de Defesa Civil, reconhecendo a necessidade de padronizar a nomenclatura relacionada com a Defesa Civil, elaborou o *Glossário de Defesa Civil Estudos de Risco e Medicina de Desastres* (2009) onde se define o conceito de Desastre como sendo o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema (vulnerável), causando danos humanos, materiais e/ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais (SEDEC, 2009).

Na atual Política Nacional de Defesa Civil, para o CEMADEM – Centro Nacional de Monitoramento de Alerta de Desastres Naturais, o desastre é o resultado da combinação de ameaças/perigo, condições de vulnerabilidade e da insuficiente capacidade ou medidas para reduzir as consequências negativas e potenciais do risco⁹. Em resumo, essa “produção social” do desastre, traz perdas e danos às pessoas, ao meio ambiente (fontes de alimentação, água, saúde) e à infraestrutura (moradias, transportes, hospitais) devido ao impacto de um perigo (ameaça) que ultrapassa a capacidade local de responder com eficácia. Por isso, requer o entendimento do desastre como crise, em ocorrência num tempo social, conforme elucida o conjunto de pesquisas acima.

Algumas pesquisas destacam que a partir do momento em que a vulnerabilidade (condições de vulnerabilização), o risco e o perigo tornaram-se termos fundamentais para compreender e discutir as transformações na sociedade contemporânea deu-se início a busca por uma melhor compreensão teórica acerca dos processos e significados que conformam situações de risco (MARANDOLA; HOGAN, 2009, p.162). Suas pesquisas alertaram também para uma melhor definição nos métodos de medida e na avaliação dos recursos que permitem verificar a diferença na vulnerabilidade dos grupos. Para isso, a pesquisa de cunho qualitativo, exigiu atenção dos aspectos metodológicos para

⁹ <http://educacao.cemaden.gov.br/site/glossary/>

impedir ou reduzir a possibilidade de generalizações, no que tange às condições de vulnerabilização dos grupos sociais estudados.

No caso de desastres, a gestão de riscos compreende o conjunto de ações de planejamento e intervenção para mitigar os possíveis impactos decorrentes da concretização de ameaças às quais um território é suscetível (MARCHEZINI, *et al.*, 2017). De modo geral, para estes autores, o risco pode ser entendido como o produto de perigo pela vulnerabilidade, sendo que o perigo consiste na probabilidade de uma ameaça se concretizar. A vulnerabilização corresponde às condições sociais, físicas, econômicas e ambientais que fazem com que os elementos expostos (população bens e infraestrutura) sejam mais ou menos propensos a sofrer danos em virtude de um evento perigoso.

Cientistas de diversas formações estudam o risco de desastres, levantando distintas perspectivas. Visando promover um entendimento comum e o uso dos conceitos de redução do risco de desastres e auxiliar os esforços de redução do risco, tanto para as autoridades, profissionais e do público, o Escritório das Nações Unidas para redução de riscos de desastres – UNISDR, optou por “Atualizar e disseminar amplamente a terminologia padrão internacional relacionada à redução do risco de desastres, pelo menos em todas as línguas oficiais das Nações Unidas, para uso em programas e instituições de desenvolvimento, operações, pesquisa, currículos de treinamento e programas de informação pública” (UNISDR, 2009).

Nos estudos de Wilches-Chaux (1993), a vulnerabilidade a desastres engloba diversas dimensões, incluindo: física, econômica, social, cultural, ambiental, política, organizacional e técnica. Para Birkmann (2006) a vulnerabilidade também deve levar em conta a resiliência e a capacidade de enfrentamento da sociedade potencialmente afetada, visto que alguns grupos sociais respondem melhor a catástrofes em circunstâncias específicas.

Certamente que o poder de resposta das comunidades atingidas ou vulneráveis a desastres são distintos, sobretudo por parte das comunidades impedidas de ter acesso aos recursos tecnológicos necessários para ultrapassar as desigualdades existentes na urbanização das cidades brasileiras.

Para tanto, durante a pesquisa me perguntei e observei quais seriam as condições de vulnerabilização destes grupos? Afinal, essa pergunta é considerada primordial para alguns autores (MARANDOLA; HOGAN, 2009) nos estudos de riscos e perigos. É preciso considerar o fato que anualmente milhões de pessoas em todo o mundo são vítimas de desastres. O Estado do Rio de Janeiro apresenta pesquisas que revelam distintas situações-problemas relacionadas a enchentes, erosão, a poluição do solo, do ar e da água, além do impacto da privatização dos recursos hídricos, dentre outras.

Similar a outros estados brasileiros, o Rio de Janeiro evidencia uma capacidade limitada em atuar no controle dos riscos ambientais e na mitigação dos impactos causados na vida dos grupos diretamente atingidos, especialmente os mais vulneráveis (CEPED, 2012).

Algumas perspectivas psicológicas e sociológicas dos desastres apontam que a chamada Psicologia dos Desastres ou Psicologia nas/em emergências e desastres, como tem sido denominada na América Latina (FAVERO; SARRIERO; TRINDADE, 2014, p. 201) sendo considerado um campo em desenvolvimento no Brasil e nos países desenvolvidos. Além disso, retratam que a psicologia dos desastres não está incluída como disciplina (obrigatória) no currículo dos cursos de psicologia, provocando algumas dificuldades na qualificação para a atuação nos contextos de adversidades extremas.

Os distintos contextos de crise ambiental nas comunidades que enfrentam situações de enchentes, deslizamentos de terra, secas, dentre outros acontecimentos que marcaram a história de cidades brasileiras, mobiliza profissionais da psicologia no apoio psicossocial aos afetados e seus familiares.

De acordo com Reyes (2006b) a psicologia dos desastres é um campo da Psicologia que em situações de desastre atua de modo a oferecer respostas de curto prazo ao estresse agudo, enfatizando intervenções com base na comunidade. Desse modo, o termo faz menção a eventos súbitos e com potencial traumático delimitados no tempo e no espaço, referindo se a fenômenos coletivos que geram alto grau de estresse e provocam consequências/reações psicológicas nos envolvidos (FAVERO; SARRIERO; TRINDADE, 2014). No entanto, conforme destacam esses autores, embora os

conceitos sejam importantes para classificar e delimitar fronteiras torna-se fundamental compreender o desastre dentro do contexto social, político e econômico onde ele ocorre.

Visto assim, no âmbito da percepção ambiental foi importante considerar a percepção dos moradores frente às mudanças provocadas pela erosão costeira, considerando as dimensões psicossociais e formas de vulnerabilização inseridas na perspectiva dos atingidos pela erosão no pontal de Atafona.

A meu ver, despontam neste contexto, outros problemas de dimensões simbólicas e subjetivas, provocados não somente através da ação da natureza, bem como da ação humana, exigindo investigações em relação aos problemas que terminam por intensificar os conflitos, expondo os moradores da região a uma gama de vulnerabilidades ambientais.

Na análise das relações sociopolíticas no contexto de desastre, conforme fizeram Valêncio, Siena e Marchezini (2011, p. 139), o abandono pode ser indício de uma vulnerabilidade a desastres catastróficos num futuro próximo. Conforme a autora, tais relações evidenciam falhas sistemáticas nas medidas de prevenção e preparação – e, desse modo, sedimentam a vulnerabilidade socioespacial e concretizam os desastres – quando deixam de suprir os afetados nos requerimentos fundamentais à sua plena reabilitação e recuperação.

Neste sentido, considerando os fatores importantes na percepção ambiental, incluindo como as pessoas se relacionam com o ambiente e suas mudanças, as influências das características ambientais nos modos de vida, importou compreender ações preventivas com base nos arranjos pessoais dos moradores e veranistas afetados. Por fim, em combinação com assimilação das políticas sociais responsáveis por desenvolver respostas aos conflitos, buscou-se compreender as dinâmicas individuais aplicadas por moradores e veranistas atingidos, bem como a integração de esforços para encarar as dimensões subjetivas dos processos vividos.

3 POLÍTICAS DE PROTEÇÃO CIVIL E ESTUDOS DE RESPOSTAS À EROÇÃO EM ATAFONA

Considerando o que nos diz Souza (2009):

Bem como destacou Lefebvre (1994), numa realidade mais ampla sobre a disposição do espaço urbano, percebe-se que as relações conflitantes entre o capital e o trabalho, o espaço e a sociedade, são condicionadas não somente no sentido material, mas nas relações de poder projetadas territorialmente e nas práticas socioespaciais inscritas no espaço. Negligenciar os polos dialéticos existentes na problemática do espaço pesquisado só tende a alargar os índices de desinformação e compreensão dos fatores associados aos impactos (SOUZA, 2009).

Segundo o Seminário Internacional de Curitiba (2010) realizado para debater a habitação de interesse social e as possibilidades e desafios na regularização fundiária no Brasil, o modelo de urbanização que se expressa na maioria das cidades de médio e grande porte reforçou um panorama de exclusão social e descontinuidade territorial, marcado pela existência de bairros desprovidos de infraestruturas urbanas básicas, incapazes de oferecer condições de vida ambientalmente saudáveis e oportunidades de emprego e renda aos seus moradores.

Nestes casos, é necessário compreender que é preciso avançar designadamente, no que se refere a percepção ambiental, especialmente dos grupos afetados, destacando as ações de mitigação, aceitação e adaptação, especialmente dos grupos menos favorecidos. Apesar do cenário de precariedade e ausência de planejamento na ocupação do solo, surgem práticas coletivas socialmente solidárias e sustentáveis, que insurgem nos espaços urbanos potencializando o brotar de uma cidadania ativa comprometida com as problemáticas do seu dia a dia. Neste trabalho destacaram-se as práticas de resistências, ou seja, os arranjos individuais e/ou coletivos que rompem com os desafios e problemas enfrentados no pontal de Atafona.

Em seus Três Estudos de Eco-História, Soffiati Netto (2017) lança sua análise da Planície do Norte do Rio de Janeiro, Antes e Durante a Ocidentalização do Mundo. Buscando reunir os mais novos estudos da

formação geológica da baixada a partir da segunda metade do Holo-ceno, o autor mergulha na malha hídrica e nas formações vegetais nativas para construir o cenário dos povos nativos que habitaram a região. Além disso, demonstra como a planície foi integrada ao mundo globalizado pela civilização ocidental a partir do século XV (SOFFIATI NETTO, 2017).

Neste caminho, as transformações destes ecossistemas a partir da relação de interação pessoa-ambiente, são indispensáveis o exercício de compreender a história natural e história social da destruição destes ecossistemas. É preciso ultrapassar a visão mecanicista e tecnocrática na relação espaço, recursos e população. Conforme destaca Soffiati Netto (1997) ao debater a Destruição e Proteção da Mata Atlântica:

Não se pode mais pensar em harmonia de qualquer antropossociedade com a natureza não humana. Pressupondo entrosamento perfeito entre as partes, sem fricções nem desgastes, harmonia é um conceito oriundo da física clássica e importado para a ciência humana da natureza humana. Nenhum ser — humano ou não-humano — vive em harmonia com o ambiente. Pode-se, no entanto, falar em modos de vida em equilíbrio dinâmico (SOFFIATI NETTO, 1997, p. 320).

Reservadas as peculiaridades de cada cidade, como o grau de interferência e extrativismo ambiental, a perda deste equilíbrio dinâmico encontra-se no cerne da experiência das três cidades aqui apresentadas.

Atafona, neste caso, sofre com a acumulação histórica destes desequilíbrios resultada de anos de extrativismo ambiental distribuídos ao longo de todo caminho percorrido pelo Rio Paraíba do Sul, entre os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. As plantações de café, cana de açúcar, criação de gado, barragens, desvios de água, incluindo os sistemas de irrigação, somados a aberturas de canais de navegação e escoamento de esgoto, contribuíram inquestionavelmente no desgaste e perda de ecossistemas.

E neste sentido, parafraseando o eco-historiador José Augusto Drummond (1977) quando diz que a espécie humana conta com uma ferramenta de extrema eficácia para explorar e destruir a natureza: no caso a cultura, é preciso estar atento ao idealismo reducionista de algumas correntes,

valorizando culturas ecologicamente sustentáveis para não ultrapassar os limites deste equilíbrio ambiental dinâmico.

Desse modo, para alcançar estratégias de desconstrução da cultura extrativista da sociedade capitalista, é necessário estar atento aos limites e interesses do que chamamos de “desenvolvimento”, visto que os imperativos da produção industrial, subordinado às atividades extrativistas impostas na forma do atual capital, terminam por mercantilizar aspectos da vida que não têm materialidade, como no caso dos saberes locais e suas distintas expressões de conhecimento.

3.1 Ações da Coordenadoria de Defesa Civil

A Defesa Civil do município de São João da Barra reconhece as ameaças e vulnerabilidades sociais elencadas a partir do mapeamento das áreas de risco de desastres por erosão costeira (COMPDEC, 2019). Em relação aos efeitos da erosão e avanço das águas em Atafona, dentre as ações implementadas pelas da Defesa Civil, observou-se a utilização de instrumentos distintos no monitoramento para cada situação de risco como alagamento, avanço do mar, mobilidade das dunas, inundação e erosão.

Um conjunto de ações, que vão desde vistorias, interdições de alguns edifícios em risco de desabamento, até a construção de diques de contenção, visando evitar que as ondas pudessem invadir as ruas do Pontal, assim como a movimentação de areia das dunas e a abertura de valas.

Fotografia 8 - Contenção construída pela da Defesa Civil na praia de Atafona



Fonte: COMPDEC (2019).

Segundo a coordenadoria de Defesa Civil de São João da Barra - SECOM-SJB (COMPDEC, 2019), em agosto de 2017, foi elaborada e encaminhada toda a documentação, enviada à União e ao Estado para reconhecimento da Situação de Emergência em razão do avanço do mar em Atafona. De acordo com a SECOM o objetivo era obter o reconhecimento, e adquirir recursos para pôr em prática ações de contenção do fenômeno. No entanto, o pedido não teve êxito.

Conforme já foi dito, a equipe de engenharia do Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviárias (INPH) elaborou um projeto com previsão de recuperar quatro quilômetros de praia no sentido Atafona – Grussaí. Porém, durante minha participação na audiência pública para tratar da erosão em Atafona em abril de 2019, de acordo com a prefeita em exercício, os investimentos para este projeto giram em torno de R\$180 milhões. Um valor acima das capacidades dos recursos municipais. Segundo a prefeita, para disponibilizar este recurso teria que ser interrompido o trabalho nas outras áreas, optando por se reunir com o Ministério Público Federal, montando um grupo com especialistas, órgãos ambientais, conhecendo outras tecnológicas para resolver este problema.

Além disso, conforme destacou a prefeita durante a audiência pública, seria necessária a Licença Ambiental do INEA-Instituto Estadual do Ambiente, órgão competente, a elaboração do EIA – Estudo de Impacto Ambiental e seu RIMA – Relatório de Impacto Ambiental, para verificar a viabilidade ambiental das obras de dragagem do rio Paraíba do Sul e aterro para proteção e restauração da praia de Atafona.

A partir de diálogos com diferentes moradores e frequentadores de Atafona, notou-se que este projeto enfrenta fortes críticas relacionadas a transposição dos impactos dessa obra para outras áreas próximas da região. Por fim, de acordo com o secretário:

É preciso buscar a homologação de uma Situação de Emergência, que não é simples, pois nossos técnicos estão acostumados com aqueles desastres que ocorrem de noite para o dia e, aqui, é um desastre que vem ocorrendo ao longo de décadas, não é algo fácil. O governador nos pediu para vir aqui e vamos buscar apoio federal para São João da Barra (COMPDEC, 2019).

Muitos embates atravessam a realização de uma obra dessa magnitude, e que vai desde as críticas e limitações municipais orçamentárias, o reconhecimento deste tipo de desastre, incomum até entre os próprios técnicos da Defesa Civil e demais secretarias. Por fim, a questão da falta de estudos mais profundos sobre os impactos na realização de uma obra, além da possibilidade de transposição do fenômeno para as áreas próximas da região, foram narrativas captadas durante a realização da audiência pública sobre a erosão.

Por fim, as ações desenvolvidas pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, de São João da Barra/RJ, estão preconizadas pela Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, instituída pela Lei nº 12.608, de 10 de Abril de 2012:

A **prevenção** destina-se a evitar ou reduzir a intalação de novos riscos de desastres; a **mitigação**, com medidas imediatamente adotadas para reduzir as consequências do risco de desastre; a preparação, por medidas anteriores à ocorrência do desastre; a **resposta**, por medidas emergências que visam ao socorro e a assistência da população atingida e ao retorno dos serviços essenciais; por fim, a **recuperação**,

com medidas desenvolvidas após o desastre para retornar à situação de normalidade que abrangem a reconstrução de infraestrutura danificada ou destruída, e a reabilitação do meio ambiente e da economia, visando ao bem estar social (COMPDEC, 2019, p.33).

Do ponto de vista metodológico requer destacar que, apesar de considerar todas as etapas como sendo importantes no processo de enfrentamento das mudanças ambientais e dos riscos de desastres no distrito de Atafona, este trabalho centrou o foco de análise nas respostas, ou seja, nas medidas emergenciais voltadas a assistir à população já atingida, e em risco de serem atingidas na região.

Conforme destacado anteriormente, com as ressacas do mar, a localidade da “Baixada” sofre com as constantes inundações quando as águas do mar/rio invadem as ruas e as casas da área.

Fotografia 9 - Abertura de Vala para drenar esgoto/líquidos acumulados



Fonte:

Registro realizado pelo autor em outubro de 2020.

Com as rajadas de vento, a elevação da maré e a chegada das ondas violentas avançando sobre o que restou de um manguezal, as casas na baixada sofrem ainda com a inexistência de sistema de esgotamento sanitário. Constantemente é possível observar as máquinas da prefeitura abrindo valas (figura 14) para drenar os líquidos acumulados.

Outro fator que chamou a atenção no mapeamento elaborado pela Compdec (2019) está relacionado ao reconhecimento de tais medidas como paliativas diante do fenômeno.

As medidas e atividades desenvolvidas pela Compdec resultam paliativas e emergências no sentido de que contemplam majoritariamente ações de prevenção, mitigação, preparação e resposta a população atingida pelos desastres em tela. Fazem-se necessárias ações de recuperação, visando ao bem estar social, de modo que se possa retornar á situação de normalidade. Tais medidas demandam ações para a reabilitação do meio ambiente e da economia e, portanto, projetos para a reconstrução de infraestrutura danificada ou destruída. (COMPDEC, 2019, p.34).

Diante da complexidade do fenômeno da erosão costeiro-marinha, considerando o fato de a cidade ter sido fundada em cima do delta do rio Paraíba do Sul, nota-se, contudo uma possível centralidade nas ações voltadas a “reabilitação” do ambiente e “recuperação de infraestrutura”.

3.2 Audiências Públicas e a erosão em Atafona

No início da pesquisa, durante as primeiras ações de realização da pesquisa de campo, pude participar de uma Audiência Pública em São João da Barra - RJ, para tratar da situação da erosão em Atafona, dia 04 de Abril de 2019 no plenário da Câmara Municipal. Neste momento da audiência, foi possível conhecer de perto as propostas de contenção do avanço do mar em Atafona, através da exposição das soluções não estruturais para a recuperação e defesa do litoral, proposta na ocasião pelo prof. Dr. Eduardo Bulhões (UFF).

A minha participação nesta audiência esteve orientada em levantar as ações voltadas às famílias da “linha de frente”, ou seja, diretamente atingidas pela erosão costeira, considerando o conjunto de ações e respostas dos órgãos públicos presentes.

Nesta audiência, além da presença de pessoas da comunidade São Joanense interessada no assunto, estavam presentes os representantes da sociedade civil organizada, a prefeita do município, representantes do movimento SOS Atafona, representantes da Procuradoria da República, da

Defensoria Pública, do Instituto Estadual do Ambiente – INEA, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, além de outros representantes da Administração Municipal.

De modo resumido, a proposta de contenção e avanço do mar em Atafona, apresentada pelo prof. Dr. Eduardo Bulhões, propôs a “transposição artificial de areia” associada à alimentação artificial do sistema praia-duna. Dito de outra forma, a ação consiste no deslocamento de areia de outros pontos da região para alimentar e engordar a praia de Atafona. Segundo Bulhões (SJB, 2019) essa proposta é ambientalmente sustentável e economicamente viável, tendo previsão de custo em torno de 20 milhões de reais.

Ainda segundo Bulhões:

Os impactos positivos da recuperação artificial do sistema praia-duna estão associados diretamente à adição de materiais idênticos aos que foram perdidos; aumento da praia recreativa; restauração e renaturalização do ecossistema costeiro; melhoria e manutenção da estética da paisagem; praia e duna absorvendo o impacto do mar; custo significativamente menor e restabelecimento do lençol freático. Já os negativos fazem referência à manutenção mais frequente e dependem também da característica das areias utilizadas (SJB, 2019, s.p.).

Analisando essa proposta, observa-se que ela prevê recomendações adicionais, referentes à criação de Reserva Extrativista do Manguezal do rio Paraíba do Sul, APA do Complexo Lagunar Grussaí, Iquipari, Salgado e Açú, além de unidades de conservação de uso sustentável e elaboração de plano de manejo que conste o zoneamento, que permita proteção efetiva às dunas, e do monitoramento do volume de areais no sistema praia-duna.

No que tange às dinâmicas de participação da comunidade na audiência pública observou-se a necessidade de um espaço para uma escuta mais atenta dos pescadores e moradores das áreas mais afetadas. Durante a realização da audiência, estive sentado ao lado de um grupo de pescadores moradores da baixada, que atentos e indignados com a demora das ações, durante as apresentações do projeto, explicavam ao seu modo as maneiras de solucionar o problema da erosão no Pontal de Atafona. No entanto, apenas o faziam entre eles, traçando no ar de maneira ágil e brusca, mas amigável, os projetos para solucionar a questão da erosão costeira.

Entende-se que este espaço de decisão configurado na audiência pública deveria considerar a importância dos saberes presentes e adquiridos através da vivência e do cotidiano de vida destes moradores. Somente mais tarde, depois das entrevistas realizadas com estes pescadores na região de moradia e maior afetação da erosão, percebi que eles pareciam entender na prática, e aos seus modos, toda a dinâmica do balanço sedimentar presente na região. Sejam através dos laços de memória, as relações de afeto em torno do ambiente, as dinâmicas de sociabilidade, as estratégias de deslocamentos, os aspectos em torno do colapso das edificações etc, compreendem este mosaico perceptivo.

No entanto, ao final da audiência pública ficou definido que seriam necessárias outras audiências para continuar discutindo o assunto, levando em consideração a apresentação de outros estudos, com destaque para o custo e benefício, além das tramitações ambientais ligadas ao licenciamento ambiental.

3.3 Projetos em pauta: O “engordamento” de praia

Visando atender à solicitação feita pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, implementada através do Núcleo de Primeiro Atendimento da Comarca de São João da Barra-RJ, a proposta de projeto¹⁰, presente no relatório No. 01 / 2018 apresentou ações para enfrentamento da erosão costeira e do avanço do mar na localidade de Atafona. Além disso, a proposta em questão aponta as causas, consequências e propostas de intervenção, com objetivo de identificar as possíveis causas e condicionantes para a situação da erosão costeira em Atafona. Dentre elas:

- Apontar possíveis causas e condicionantes para a questão, com enfoque especial para o “avanço do mar” (ou diminuição / recuo da costa) e seus impactos;
- Indicar, caso existam, possibilidades de solução / minimização dos impactos (especialmente humanos) trazidos pela questão, passando

¹⁰ Relatório Técnico N°01/2018 – apresentado em audiência pública no Plenário da Câmara Municipal de São João da Barra/RJ, pelo professor Eduardo Bulhões. Universidade Federal Fluminense. (BULHOES, 2018).

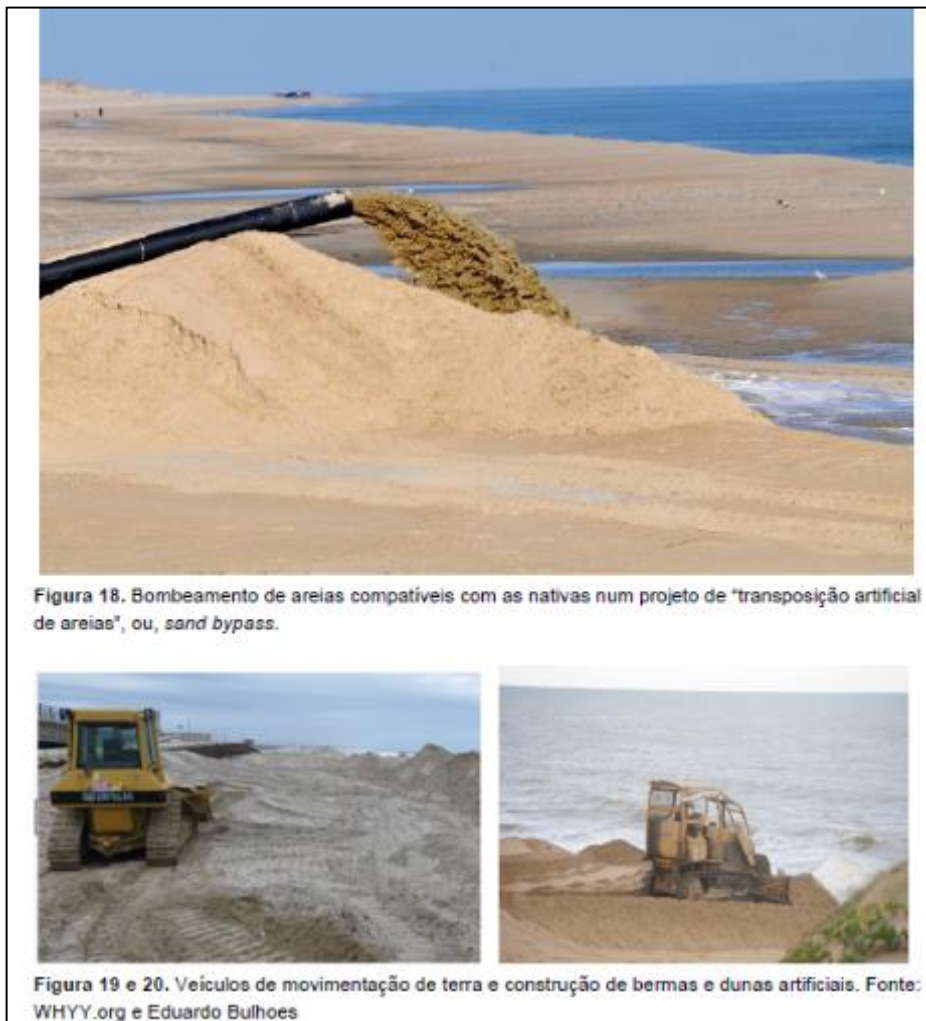
pelos caminhos institucionais, normativos e técnico-científicos para tanto, apontando, se possível, as possibilidades que sejam mais compatíveis com o meio ambiente;

- Dar exemplos bem-sucedidos, caso existam, no Brasil e no mundo, de obras realizadas para solução/minimização dos problemas decorrentes deste fenômeno;
- Indicar se existe estimativa de custo das obras eventualmente apontadas como possibilidades de solução/ minimização dos impactos decorrentes deste fenômeno; além de prestar demais esclarecimentos que entender cabíveis.

Dentre as possibilidades, a proposta defendida por Bulhões (2018) destaca a “transposição artificial de areias”, somado ao espalhamento mecânico e supervisionado desses materiais numa faixa de 1,5 km para a construção de dunas artificiais e bermas artificiais. Neste sentido, não existem estudos sobre os possíveis impactos dessa intervenção, onde seria necessário a dragagem e o bombeamento hidráulico de areias compatíveis de dentro do Rio Paraíba do Sul para o pontal de Atafona.

Bulhões (2018, p. 24) destaca ainda que os projetos de recuperação ou alimentação artificial de praias e a construção de dunas artificiais são as únicas intervenções de engenharia costeira que prevêm a adição de materiais semelhantes aos perdidos para repor o estoque e conter os avanços da erosão costeira sobre áreas urbanizadas.

Imagem 6 - Relatório Técnico n. 01 / 2018.



Fonte: Bulhões (2018).

O relatório acima citado indica que outras experiências de utilização de alimentação artificial foram utilizadas em outras cidades do Brasil, como na praia de Copacabana/ RJ e Maratáizes/ES. Este procedimento também foi utilizado em cidades como New Jersey e Califórnia/EUA. Ainda segundo Bulhões (2018, p.28), após a passagem do Furacão Sandy em 2012, com resultados catastróficos, atentou-se ao fato que as dunas absorvem parte da energia das tempestades. Desse modo as dunas frente à praia passaram então a ser vistas como bens essenciais inestimáveis para a valoração dos imóveis situados na faixa costeira dos EUA.

É importante estar atento para os cuidados necessários para o cenário de Atafona. A questão é complexa e não se resume a orla da praia em situação

de erosão, no entanto, Bulhões (2018) argumenta que as dunas artificiais ou dunas recuperadas não apenas aumentam o nível direto de proteção à costa como ainda recuperam a capacidade de proteção de todo o sistema praia-duna na medida em que a areia movimentada das dunas não é perdida e sim adicionada à praia e ao entorno formando bermas, terraços e bancos de areia, junto à praia ou submersas, que possibilitam melhor dissipação de energia das ondas.

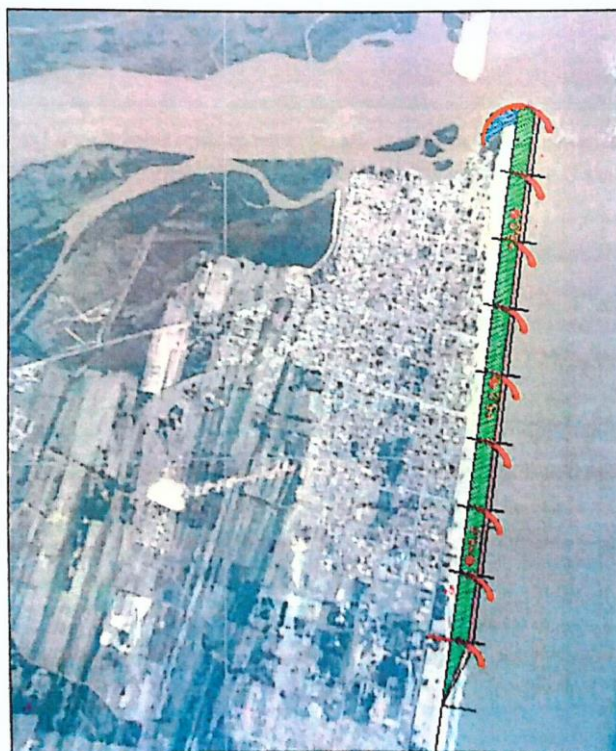
Identifica-se na proposta uma preocupação com necessidade de considerar soluções mais factíveis, com menor impacto ambiental, sustentáveis e de menor orçamento em relação às demais propostas apresentadas para o problema da erosão costeira em Atafona.

Para finalizar, apesar de considerar dispendioso intervir em fluxos e processos naturais em áreas costeiras, sobretudo com obtenção de sucesso sem o “efeito dominó”, observou-se na proposta do relatório No. 01 / 2018, uma tentativa de propor soluções no sentido de “minimizar impactos negativos, uma vez que nossa capacidade de observar, monitorar, medir, explicar, divulgar e propor ações inovadoras vem aumentando, considerando o crescente uso de técnicas modernas de levantamento e processamento de dados” (BULHÕES, 2018, p.6).

3.3.1 Anteprojeto de proteção e restauração da praia de Atafona – INPH

O projeto do INPH foi apresentado à população em audiência pública, realizada em 2015, após a conclusão dos estudos do processo de erosão marítima do Pontal de Atafona até a praia de Grussaí. Neste projeto de proteção e restauração da praia de Atafona (INPH, 2015), apontam-se soluções para o avanço do mar em São João da Barra/RJ, das quais consta a construção de 9 (nove) espigões com 240 metros distância, separadas com intervalos de aproximadamente 400 metros entre eles.

Imagem 7 - Projeto de estabilização da linha de costa da região.



Fonte: COMPDEC (2019).

Os estudos do INPH tiveram início dois anos antes da audiência pública, considerando a experiência deste órgão na realização de obras em outros pontos do litoral brasileiro, em cidades como Conceição da Barra e Marataízes, no Espírito Santo. Quando apresentado o custo estimado para a realização do projeto girava entre R\$ 90 e R\$ 130 milhões de reais. No entanto, observa-se uma variação nos valores publicados em jornais de circulação local, em que apontam custos¹¹ variando entre R\$ 140 e R\$ 180 milhões (COMPDEC, 2019).

Vale ressaltar que o relatório com os resultados dos levantamentos de dados realizados, contempla apenas os estudos de modelagem matemática e os cálculos estruturais do anteprojeto de restauração e proteção da praia de Atafona, em São João da Barra. Desse modo, não prevê a criação de áreas de preservação baseadas na recuperação de ambientes costeiros que cumprem a função de proteção natural como dunas, restingas, manguezais, recifes de coral, e na restauração desses dos habitats.

Para finalizar, o relatório apresenta precisamente os cálculos estruturais na solução proposta, porém não destaca de forma clara os impactos

¹¹ Ver mais: <http://www.sjb.rj.gov.br/noticia-3254/contencao-do-avanco-do-mar-em-atafona-e-viavel>.

ambientais negativos associados à obra, não se compromete em elaborar ações e respostas direcionadas às famílias que já foram atingidas pela erosão, além de não considerar a gestão participativa na tomada de decisões sobre as intervenções na orla de Atafona.

3.3.2 Anteprojeto de Engenharia e Meio Ambiente das Obras de Recuperação ambiental praia de Atafona

Dentre a principal proposta a mais recente apresentada, no ano de 2019, destaca o engordamento de praia, quebra mar, espigões, estudo morfodinâmico sedimentar, além de organização e diretrizes para adequação dos projetos (RIBEIRO; LOBATO; LIBERATO, 2009). Na proposta é possível identificar um relatório de impacto ambiental, chamando atenção para a identificação dos impactos e a proposição de medidas mitigadoras e de compensação ambiental.

Na análise realizada em torno dessa proposta nota-se que a mesma destaca um panorama de causas e consequências da erosão costeira na praia de Atafona, como algo anormal, que segundo o autor é decorrente de acentuada erosão fluvio/marinha que provocou o desmoronamento/desabamento de edificações e danos às obras de infraestrutura urbana, resultando em drástica redução da atividade do turismo, pesca e comércio – com desdobramentos na arrecadação, e culminando na desvalorização imobiliária (RIBEIRO; LOBATO; LIBERATO, 2009). Os fatores antrópicos na relação pessoa-ambiente

não tiveram nenhum destaque na proposta em questão, além disso, não foram apresentados os dados que relacionam a ocorrência da erosão com a ocorrência da diminuição das atividades ligadas ao turismo, pesca e comércio na região.

Observa-se, de acordo com a proposta em análise, que a principal preocupação esteve unicamente voltada para evitar novas perdas de infraestruturas. De acordo com o autor objetiva-se “combater a erosão costeira crônica e de interromper as perdas de propriedades na área urbanizada da praia de Atafona, pelo menor custo de intervenção na costa”. (RIBEIRO; LOBATO; LIBERATO, 2009).

Para finalizar, a proposta aponta a necessidade de elaboração de estudos necessários à obtenção de autorizações junto a Marinha do Brasil e a Secretaria de Patrimônio da União (SPU). Assim como os demais projetos, propõe ainda um programa de acompanhamento e monitoramento ambiental. E por fim, a proposta não apresenta de forma clara o levantamento dos possíveis impactos ambientais positivos e negativos do plano de intervenção na orla de Atafona.

3.4 Ação Civil Pública – SOS Atafona

Entre os coletivos que surgiram para buscar por respostas para o avanço do mar em Atafona, foram identificados três, sendo eles, a Associação SOS Atafona, o grupo Atafona Resiste, e por fim, e com objetivos distintos, o grupo Lembranças de Atafona.

Dentre eles, o mais atuante observado durante a pesquisa foi a Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida Humana – mais conhecida como SOS Atafona, atuando desde 2015, sendo oficialmente fundada em maio de 2019, é uma matriz do tipo associação privada situada em São João da Barra – RJ.

Seus representantes são veranistas e moradores das praias são joanenses, que lutam pela retirada das dunas que invadem as casas na avenida beira-mar e, ainda, pela contenção do avanço do mar.

Associação SOS Atafona, segundo a vice-presidente Verônica Ammar, foi fundada por moradores e veranistas de São João da Barra e Campos. E conforme o seu estatuto, tem por finalidade trabalhar pela defesa, preservação, recuperação e manejo sustentável do meio ambiente, dos bens e valores culturais, objetivando a melhoria da qualidade de vida humana (FOLHA 1, 2019). De acordo com matéria citada, neste mesmo ano os representantes da Associação SOS Atafona, buscaram a possibilidade de incluir na Lei Orçamentária – um valor destinado ao projeto de contenção do avanço do mar e recuperação da Orla. Ainda de acordo com os seus representantes, existe através da Procuradoria Geral do Município um ofício com a informação de que existe um inquérito civil que tramita no Ministério Público Federal e Procuradoria da República em Campos dos Goytacazes que tem como objeto o

fenômeno da erosão costeira que ocorre na praia de atafona, distrito de São João da Barra. As propostas foram enviadas para a Câmara de Vereadores de São João da Barra, com o objetivo de ser inserida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). No entanto, de acordo com o levantamento de informações durante o campo de pesquisa, desde o ano de 2017 até meados de Junho de 2021 as propostas não haviam sido colocadas para votação no plenário da Câmara Municipal.

Outras ações e manifestações populares já foram realizadas através da organização da população, que apoiados pelo SOS Atafona, buscavam cobrar dos gestores municipais as providências para os conflitos enfrentados.

Fotografia 10 - Passeata com a participação do SOS Atafona e Atafona Resiste no desfile cívico em 2017



Fonte: Sérgio Júnior (2017)¹².

Do ponto de vista das mobilizações populares observadas em campo, como passeatas, propostas de projetos, parecer técnico, leitura de atas de reuniões, e audiências públicas em São João da Barra, todas elas considerando as manifestações e a participação da comunidade, na busca em pressionar e fiscalizar as ações governamentais observou-se que os coletivos e

¹² Disponível em: https://www.folha1.com.br/_conteudo/2017/06/na_foz/1220734-desfile-conta-com-defesa-por-atafona.html. Acesso em: 20 mai. 2019.

demais atores sociais buscaram alternativas para o enfrentamento da erosão em Atafona.

Dentre eles, está o projeto citado anteriormente para a recuperação da orla, feito pelo Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviárias (INPH) que busca soluções através do governo federal e a iniciativa privada.

Apesar da acanhada mobilização popular e da personalidade jurídica conferida à Associação SOS Atafona, tendo entre seus principais objetivos a retirada das dunas que “invadem” as casas na praia de Atafona, e a busca de soluções para a contenção do avanço do mar, suas propostas parecem atingir a esfera material, sem considerar aspectos da dimensão subjetiva, relacionados a dinâmicas de organização e enfrentamento dos conflitos humanos desencadeados neste processo.

Nos primeiros passos dessa pesquisa envolvendo a percepção das mudanças ambientais dos moradores do pontal de Atafona, notam-se algumas ações civis públicas executadas pela Defesa Civil, assim como de ações coletivas organizadas por grupos de moradores e veranistas empenhados em buscar soluções para os problemas na região. As secretarias de Ordem Pública e Meio Ambiente também compõe a rede de proteção que realiza operações emergenciais para conter a água do mar na área do Pontal, em Atafona.

3.4.1 Ação civil pública contra o poder público

Entre as atividades promovidas pelo coletivo SOS Atafona, está uma ação civil pública, com o pedido de indenização de R\$ 100 milhões por danos ambientais. Peticionada através de seus representantes no foro federal de Campos, direcionada à União, ao Estado do Rio de Janeiro, ao IBAMA, a Agência Nacional de Águas – ANA, e ao Instituto Estadual do Ambiente – (INEA).

De acordo com matéria publicada em jornal local¹³, os objetivos dessa ação civil visam “devolver à praia de Atafona o mínimo de segurança e tranquilidade para aqueles que vivem especialmente a comunidade pesqueira e

¹³ Ver mais: <https://campos24horas.com.br/noticia/atafona-pleiteia-ser-patrimonio-cultural-do-brasil-e-indenizacao-de-r-100-milhoes-por-danos-ambientais>.

os que ali vão ter, em busca de qualidade de vida, um clima ameno e mesmo as especificações das qualidades de suas águas, como se propaga desde muito tempo até mesmo em meios médicos/científicos”.

Através de liminar, os representantes do SOS Atafona deram entrada para acudir as necessidades de preservação da faixa litorânea, a abertura de canal navegável, no interesse dos pescadores, sendo que a foz do rio em Atafona encontra-se obstruída, além da recomposição relativa ao meio ambiente. Em relação ao desequilíbrio sedimentar na foz do Rio Paraíba, em entrevista¹⁴, destaca ainda que “praticamente tudo se iniciou a partir da construção da Usina Santa Cecília (em Barra do Pirai) que resultou o sangramento do rio para abastecer a cidade do Rio e região metropolitana”.

4 ATAFONA EM REVOADA: PERCEPÇÃO E DINÂMICAS ADAPTATIVAS

Cada pessoa estabelece uma relação com o ambiente onde vive. De modo perceptível ou não, desenvolvemos laços afetivos, sentimentos e emoções na relação com o ambiente onde vivemos e construímos os nossos laços de sociabilidade.

Observando as dinâmicas adaptativas dos moradores, notei uma atitude semelhante à de uma “revoada”, como um percurso feito por aves que voam, não para muito longe, e depois voltam para as proximidades do lugar de partida. Reservada essa reflexão metafórica, notei que a “revoada” domiciliar, ou seja, os deslocamentos constantes de moradia perdidas na “linha de frente” erosiva, para áreas próximas à antiga morada, sendo este um dos fatores mais observados em Atafona. Apesar de este movimento parecer revirar o sentimento de afeto, pertencimento, atravessando as suas emoções e sentidos, quase sempre retornam para um local próximo ao ponto de partida, reconstruindo sua vivência através da memória e lembranças.

No caso de Atafona, observou-se que a palavra mangue¹⁵, surgiu em diversas narrativas dos colaboradores entrevistados. Essa ligação com o

¹⁴<https://brasil.mongabay.com/2020/08/atafona-a-cidade-que-o-brasil-vem-perdendo-para-o-mar/>

¹⁵ O manguezal do rio Paraíba do Sul em Atafona é um ecossistema que surge no “entre” as águas do rio e mar. De acordo com Soffiati (2017) o encontro da água doce com a água salgada forma o que se conhece por estuário, parte do rio e do mar em que a água não é doce

mangue já inspirou outros atores, como o escritor Osório Peixoto (1981) que denuncia as modificações ocorridas na foz do Rio Paraíba do Sul por agentes internos e externos, além de fazer um retrato dos hábitos e costumes da região através de seus personagens, naquela época moradores da Ilha da Convivência (SILVA, 1981).

Na memória das narrativas dos colaboradores, este ambiente parece revelar traços de uma relação de afeto, lembranças felizes, e tristezas, pois atualmente de acordo com as narrativas recolhidas, vemos apenas aquilo que sobrou dele. Fato é que a situação de crise na relação pessoa-ambiente desperta a preocupação e o compromisso com maior responsabilidade das ações humanas no ambiente. Neste sentido, considero como urgente a produção de novas reflexões voltadas para a qualidade socioambiental do lugar em que vivemos.

Considerado como uma necessidade humana fundamental (RELPH, 1979), o apego a um lugar pode ser entendido como o laço afetivo – sentimentos, emoções, disposição de ânimo, etc - entre um indivíduo e um lugar, acompanhado do desejo de estar próximo a esse local (GIULIANI, 2004). Psicólogos, sociólogos e geógrafos humanistas, de orientação fenomenológica, expressam seus interesses pelos aspectos afetivos da relação pessoa-ambiente. Vale ressaltar que se considera a importância deste afeto, no entendimento vivenciado das populações diretamente atingidas pelas mudanças no seu ambiente.

Na perspectiva dos afetados, os colaboradores da pesquisa convivem lado a lado com o problema da erosão, e adotam estratégias distintas nesta experiência de enfrentamento aos eventos extremos da natureza, como a força dos ventos, a movimentação das marés e das águas do Rio Paraíba do Sul. Um verdadeiro mosaico perceptivo se revela através de histórias de vidas (erodidas), que emergem da experiência e são expressas nas narrativas dos colaboradores com quem tive a oportunidade de compartilhar saberes.

nem salgada, mas salobra, ou seja, com salinidade reduzida. Sendo assim, os estuários tropicais constituem um ecossistema bastante favorável ao desenvolvimento do manguezal, ambiente em que predominam espécies vegetais adaptadas a condições bastante peculiares.

4.1 Atafona em foco

O conjunto de acervos sobre Atafona é de impressionar qualquer pessoa que se interesse por estudar a questão ambiental, especialmente quando considerando a memória, as relações de afeto com o lugar, e as narrativas sobre Atafona. Além do estudo do fenômeno erosivo que atinge a localidade de Atafona reúne um conjunto de bibliografias, videografias, filmes, documentários, dissertações, teses e reportagens abordando os mais distintos pontos de visão.

Um balanço observado no contexto a partir da leitura de jornais, revistas e mídias sociais, dos quais dão bastante evidência para a destruição patrimonial, frente ao sofrimento de algumas famílias. Notou-se, com esta pesquisa uma hegemonia do olhar acerca dos patrimônios, muitas vezes camuflada sobre a bela foto de uma ruína. Este olhar crítico exigiu superar o que caracterizo como “sensacionalismo da destruição”. Pouco se aborda sobre as questões sociais que envolvem a saúde psicossocial e o acompanhamento das famílias atingidas. O entendimento dessa dinâmica revela a importância de compreender as ações intersetoriais de proteção civil.

Além de retratar a crônica da destruição da praia de Atafona, o encanto das belezas naturais, a nostalgia de outros tempos, os dilemas das relações afetivas, especialmente daqueles ocorridos na quase extinta Ilha da Convivência, são realçadas numa bibliografia consistente.

Trabalhos pioneiros como Martins¹⁶ (2019), Hartt (1941) e Lamego (1934) retratam de maneira dedicada a história do descobrimento e povoação da cidade de São João da Barra.

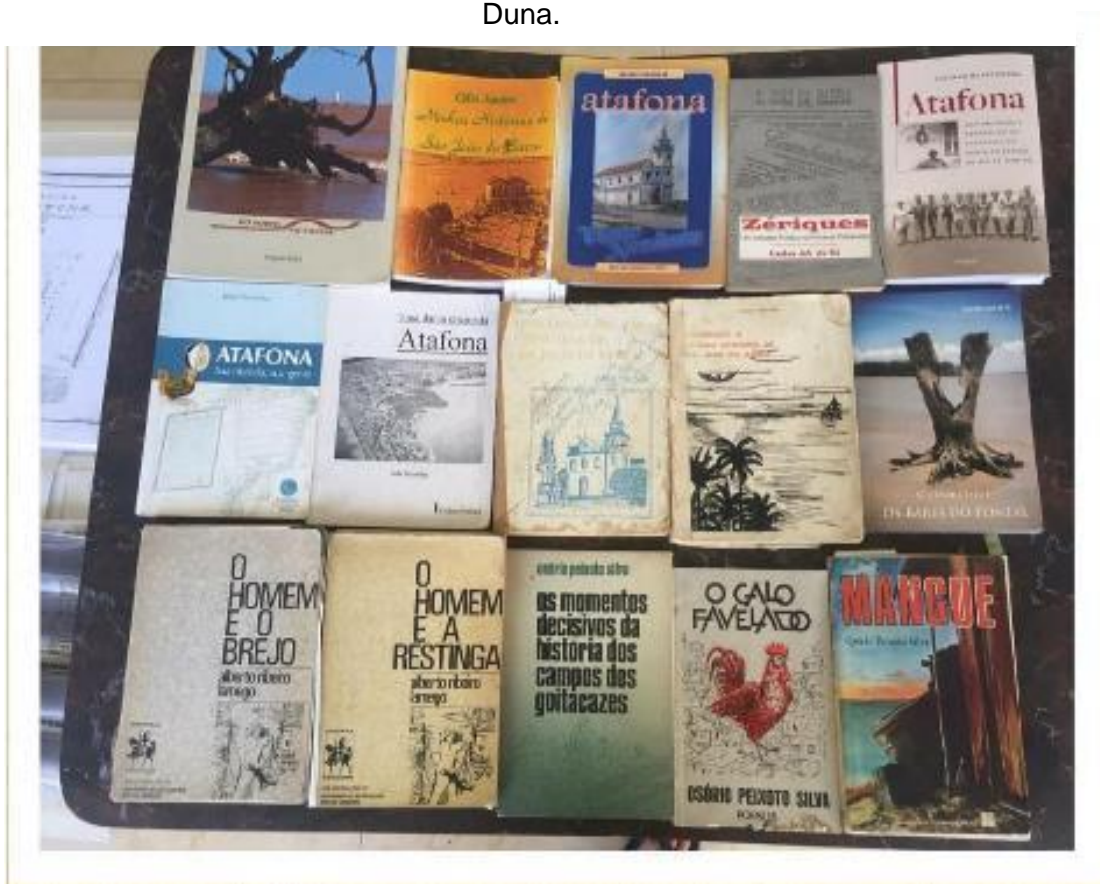
Entre outros trabalhos, estão as obras de Oscar (1972; 1977), grande historiador São Joanense, debruçando sobre a história literária do lugar. Além destes, outros escritores, poetas e pesquisadores, vizinhos apaixonados por Atafona e São João da Barra, escreveram suas histórias, poesias, e contos, como Osório Peixoto Silva (1981), João Noronha (2007), Hélio Santafé (1999; 2011). Dissertações e teses somam-se a este acervo nos trabalhos que retratam as formas de sociabilidade do balneário de Atafona (CUNHA, 2007),

¹⁶ A primeira publicação da obra foi realizada em 1868.

ou até mesmo os sentidos da paisagem na experiência de pescadores (GOMES, 2018).

A CasaDuna¹⁷, local considerado como um centro de arte pesquisa e memória de Atafona, instalada na praia de Atafona, é um laboratório de pesquisa estética e de ação socioambiental com foco nos campos da filosofia e artes. Fazem um trabalho de arquivo e memória, agrupando livros, jornais, depoimentos e imagens antigas da área que já foi levada pelo mar.

Fotografia 11 - Acervo da Casa Duna. Fonte: Disponibilizado pela Casa Duna.



Fonte: Registro realizado pela CasaDuna. abr/2021

Além disso, a CasaDuna propõe ações de intervenção estética, política e social, através de uma animação destes arquivos, ativando memórias em jogos

¹⁷ A Casa Duna promove ações de museologia social, como o projeto Museu Ambulante, tido como um dispositivo para exposições de arte ao ar livre com circuito itinerante, levando oficinas de memória, conversas sobre ecologia, contação de histórias e atividades de arte educação.
Link rede social: <https://www.instagram.com/casadunaduna>

teatrais, criando experiências entre o acervo de documentos diversos e a arte viva.

Fotografia 12 - Museu Ambulante - Casa Duna.



Fonte: Registro realizado pelo autor. mar/2021

Para finalizar esse capítulo, destacam-se as contribuições captadas com pessoas que conhecem bem a história de Atafona, como os diálogos construídos com Julia Assis, jornalista e filha de um dos moradores mais conhecidos em Atafona, proprietário do chamado “prédio do Julinho”. Apesar de manter-se como referência entre os moradores de Atafona, especialmente como localização de moradores e veranistas, atualmente só restam os escombros em frente ao mar.

Com apoio de um estudioso de algumas questões socioculturais de São João da Barra, André Pinto, oferecendo dicas e debates importantes para o trabalho de pesquisa de campo, incluindo dicas de entrevistas com pessoas que conhecem a história do lugar.

4.2 Desconstruir, deslocar, reconstruir em Atafona.

Entre os moradores na “linha de frente” da praia de Atafona, especialmente na localidade da “Baixada”, em sua maioria estão os pescadores artesanais, as marisqueiras, os arrumadores de redes, trabalhadores da cadeia produtiva da pesca e pequenos comerciantes. Ainda que este seja o local escolhido para a pesquisa, é importante ressaltar que as visitas de campo ocorreram no bairro CEHAB - conjunto habitacional construído às margens de um canal ligado ao mar, para atender famílias de pescadores que perderam suas casas com o avanço do mar – devido ao acesso de pescadores na localidade, sendo possível encontrá-los cotidianamente.

Outro fator importante se caracteriza pela localização das casas dos pescadores artesanais. Atualmente, um número considerado de pescadores artesanais residem na “Baixada” no “limite” entre as casas e os escombros de edificações abaladas pela erosão, que afeta a área. Conforme foi destacado pelo relatório da Defesa Civil, a área concentra a possibilidade mista de eventos, além da erosão costeira como alagamentos, inundação, mobilidade das dunas e o risco de colapso de edificações.

É importante destacar que muitos destes moradores eram antigos habitantes da “Ilha da Convivência”, considerada uma das primeiras áreas afetadas pelo processo erosivo, sendo potencializado em meados da década de 1970. Foi nesse período que ocorreu um dos primeiros deslocamentos de moradores para Atafona. Uma parcela destes moradores foi reassentada em conjuntos habitacionais construídos na mesma área de Atafona, conhecida como CEHAB, e Vila Esperança. Entre os moradores da praia de Atafona, especialmente na localidade da “baixada”, estão os pescadores artesanais, as marisqueiras, arrumadores de redes, trabalhadores da cadeia produtiva da pesca e pequenos comerciantes.

Com as ressacas do mar, a localidade da “Baixada” sofre com as constantes inundações quando as águas do rio Paraíba invadem as ruas e as casas da região. As diferentes dinâmicas adaptativas e percepções dos pescadores artesanais, que vivem na localidade da “Baixada” no pontal de

Atafona, apontam um conjunto de “arranjos” e experiências do cotidiano, desvelando diferentes sentidos em relação às mudanças ambientais.

Fotografia 13 - "Baixada" inundada- Atafona/SJB.

Fonte: Registro realizado pelo autor. ago/2020



Os trajetos de pesquisa realizados possibilitaram observar distintas experiências e estratégias nos modos de enfrentamento dos moradores frente às mudanças ambientais que ocorrem em Atafona. Ao perguntar para uma antiga moradora da Ilha da Convivência, que mora em Atafona, sobre quantas casas foram perdidas em função do processo erosivo em Atafona, ouvi a seguinte resposta:

“Eu já perdi uma casa em Macaé. Porém, essa casa era uma casa alugada. Aconteceu que a casa de lá, (Macaé) nós saímos às quatro horas da tarde, e quando foi sete horas da noite a casa caiu. O mar vinha e cavacava a casa por baixo, e vinha só comendo, só comendo...se a gente não saísse naquele dia iríamos morrer” (H.P moradora).

O relato desvela o histórico de experiências vividas com a possibilidade de perda de moradia, neste caso em Macaé, município do Estado do Rio de Janeiro. Durante nosso diálogo, reparei no modo simples e sensível como esta moradora, foi sutilmente narrando a sua experiência de vida em relação à erosão costeira, parecendo amenizar o tamanho da gravidade da situação já enfrentada no passado.

As primeiras notas deste contato estabelecido entre o sujeito-pesquisador e sujeito-pesquisado, possibilitou compreender um fenômeno, conforme destacado por Andrade e Holanda (2010) como o “retorno ao vivido”, onde os colaboradores da pesquisa retomam sua história. Naturalmente que este momento é marcado pelos sentimentos, emoções, as lembranças nostálgicas daqueles tempos, e as sensações mais distintas parecem anteceder a fala em cada uma das (os) colaboradoras (es) pesquisadas (os).

Ao descrever um pouco do entendimento das mudanças ambientais ocorridas em Atafona, também é possível observar este “retorno ao vivido” na narrativa de outra colaboradora:

“É muito difícil de te falar sem me emocionar. Porque quando a gente fez essa casa em 1978, há 40 anos atrás, eu nunca imaginei que eu estaria nessa situação que eu estou hoje, com risco iminente de perder a casa. Naquela época eu não via o mar, eu andava muito pra chegar no mar. Havia dois quarteirões com residências grandes, não eram pequenas as residências, tanto que o meu vizinho de frente era o prédio do sr. Julinho que tinha quatro andares”. “Havia ainda o Pontal, que era o charme de Atafona. Havia muitos restaurantes, bem típicos, bem naturais daqui mesmo, tinha palafitas no mangue, tinha um mangue lindíssimo. Então todas essas coisas foram acabando com o avanço do mar. O mangue hoje a gente não tem mais, ficou apenas um cisco de sujeira ali, que infelizmente não é mais mangue. Os bares saíram, a capelinha dos navegantes foi levada pelo mar. Além disso, o posto de gasolinha, a cooperativa de peixe, e uma série de benefícios e de coisas que tinha ali e que hoje não tem mais” (S.F. Moradora. março/2019).

Fotografia 14 - Moradores da Vila Esperança – antigos moradores da Ilha da



Fonte: Projeto Museu Ambulante. Registro realizado pelo autor em março de 2021.

O retorno ao vivido em experiências passadas está muito presentes neste relato “*Essa aqui é outra versão da vida. A melhor convivência que tive foi no Pontal*” (Atafona). A experiência vivida na antiga vila da ilha da Convivência revela, através da narrativa da moradora, traços de uma *ambiência* que carrega consigo uma concepção particular da percepção situada. A memória das vivências de “outros tempos”, considerado sempre um lugar agradável para viver, os costumes, e especialmente as perdas no convívio da Atafona de outrora, são carregadas de um forte conteúdo emotivo, apesar do olhar sempre atento sobre a velocidade das mudanças ambientais.

Fotografia 15 - Antigos moradores da Ilha da Convivência se reconhecendo em fotos antigas – projeto Museu Ambiental



Fonte: Projeto Museu Ambiental. Registro realizado pelo autor em março de 2021.

Este relato compreende algumas essências, nas quais tal *ambiência* produz uma relação através dos modos de experienciar o meio, vista como fator importante para caracterizar o contexto sensorial, próprio do quadro teórico fenomenológico Thibaud (2004). Em outras palavras, essa *ambiência* estabelece os termos da percepção. Assim, observou-se enraizado na percepção dos colaboradores uma conexão ligada à memória dos bons tempos

vividos, a perda do charme do lugar e dos seus “benefícios”, assim como o sentimento de preocupação quanto à velocidade de aproximação das águas do mar.

Os moradores da “baixada” não contam com o sistema público de esgotamento sanitário. A abertura de valas para escoar a água que se acumula entre ruas e os fundos das casas é uma medida constante para amenizar o problema. Porém, outros moradores improvisam ao seu modo utilizando pneus cheios de areia, arranjos com os mais diversos tipos de materiais em desuso, como colchões, sofás, fogões, redes e os mais inusitados sistemas para evitar a chegada da água nas moradias. Após a realização de algumas visitas de campo, e observação da rotina dos moradores nos dias de chuva, notou-se uma prática cotidiana, em que muitos móveis e eletrodomésticos são suspensos com tijolos e madeiras. Uma rotina na vida de muitas famílias, que por vezes já deixam suspensos ou constroem estruturas improvisadas para salvar eletrodomésticos e outros bens de valor.

As dinâmicas adaptativas observadas, especialmente na rotina de famílias de pescadores, possibilitaram identificar uma prática de deslocamento habitacional bastante comum na rotina de algumas famílias. Nessa realidade, alguns pescadores deslocam-se para as casas vazias e mais próximas do mar, sendo por motivo de “tomar conta” da casa de veranistas, ou ocupar casas abandonadas.

Fotografia 16 - Casa próxima de ser atingida pelo mar.



Fonte: Registro realizado pelo autor (2020).

Em relação aos conflitos socioambientais relacionados às atividades dos pescadores artesanais de São João da Barra, especialmente da localidade da “Baixada” em Atafona, os resultados obtidos nas entrevistas com alguns moradores destacam, como principal argumento na dinâmica perceptiva do lugar, a importância de manterem o acesso ao mar, ameaçado devido ao assoreamento do rio Paraíba, estabelecendo de forma objetiva e clara, a importância da proximidade entre a sua casa e o barco, fundamental no seu cotidiano de trabalho. Além disso, em mar aberto, enfrentam cotidianamente as grandes forças do capital, como no caso das atividades do Complexo Industrial Portuário do Açú¹⁸. O aumento no esforço pesqueiro aparece como consequência do aumento no fluxo de embarcações do Complexo Industrial.

Ao analisar a percepção de pescadores da região sobre a viabilidade da pesca artesanal com a implantação do Porto do Açú, Zappes, Oliveira e Di Beneditto (2016) destacam os seguintes desafios: o declínio do estoque pesqueiro associado ao tráfego de navios no porto, afastando a fauna marinha nas proximidades da costa; a salinização das lagoas costeiras, devido à abertura de canal artificial ligando-as ao mar; o assédio conferido através das oportunidades de emprego nas empresas do porto do Açú, onde as ofertas de estabilidade financeira e garantia de direitos trabalhistas, termina por desestimular a continuidade na pesca artesanal. Além disso, é preciso considerar ainda o cotidiano instável da profissão.

Essa concentração industrial e portuária parece carregar um sentimento de dualidade de amor e ódio entre os moradores da região. Em mar aberto, é inquestionável o impacto dessas operações no cotidiano de vida dos pescadores.

¹⁸ O projeto de porto surge no início da década de 2000 com uma proposta do Governo do Estado do Rio de Janeiro, na pessoa do então Governador Anthony Garotinho, ao empresário Sr. Eike Fuhrken Batista, até então sócio majoritário do Grupo EBX (PRADO, 2014, p. 37).

Imagem 8 - Complexo portuário do Açú



Fonte: Pessanha (2015).

Notou-se que o ato de observar cotidianamente o “movimento da maré” também é um fator presente na rotina destes moradores que residem na “linha de frente” da erosão. Somam-se a todo esse cenário, algumas particularidades nas notas perceptivas dos moradores da “baixada” através de relatos como: “Você é da mídia? Vocês da televisão só aparecem aqui quando o mar bate na porta da mansão de algum morador” (D.W.S). O seguinte relato inicialmente transpareceu certo incômodo em relação ao trabalho midiático exercido na área. Algum tempo depois de realizada a entrevista, observou-se que essa marca sensorial, percebida na narrativa da moradora entrevistada, anunciava uma cultura jornalística sensacionalista, por vezes subordinada a focar sua atenção no colapso das residências de “alto padrão”, em sua maioria pertencente aos veranistas.

Sabemos que não é fácil tornar visível a invisibilidade social em um relato. Os fatores da invisibilidade social, neste caso se relacionam à invisibilidade dos dramas vividos por alguns colaboradores. Essa conjectura pode ser confirmada através de uma breve análise dos jornais e revistas sobre o fenômeno em Atafona, levantando o arquivo pessoal de famílias

entrevistadas, jornais e revistas do centro de memória CasaDuna, na qual grande parte cita a destruição de prédios públicos, antigas mansões e clubes da orla da praia de Atafona.

Tendo em vista que a percepção não pode ser reduzida a algo totalmente subordinado à cognição ou confundida com nossas divagações, juízos e memória, (KUHNNEN; HIGUCHI, 2011, p. 47) entende-se que as pessoas imersas nesta realidade em que vivem percebem o mundo e criam filtros que permitem relações diferenciadas com esse mundo.

Compreender as tramas das invisibilidades e da falta de atenção dada ao grupo dos mais afetados, como no caso dos moradores pescadores de Atafona, permite dar visibilidade à recorrente prática de negação e indiferença de outros atores, que por vezes podem incluir agentes públicos e instituições nas três esferas de governo.

Neste sentido, retomam-se Valêncio, Siena e Marchezini (2011, p.21), quando destacam a compreensão do desastre como uma crise, em que não é a intensidade ou a magnitude de um fator de ameaça configura um desastre, mas especialmente o tecido social que esse fator encontrará.

É neste caminho que a observação dessa situação, despertou compreender a percepção ambiental e os fatores culturais, simbólicos e subjetivos, adotados pela população no enfrentamento da vulnerabilização dos processos associados ao fenômeno da erosão costeira.

Nota-se que os vínculos com o lugar no caso dos moradores pescadores são renovados cotidianamente. Esta relação de afeto com o lugar, a memória vivida dos tempos passados, e resistente tentativa de manter suas moradias de pé diante das mudanças do ambiente revela uma dimensão funcional, simbólica e relacional com o ambiente experienciado. Este vínculo definido no espaço físico enquanto elemento atrativo influencia o modo como cada indivíduo e/ou grupo percebe e age frente às diferentes situações em que se encontre. A percepção humana se (re) constrói como algo ativo, onde perceber é “ver jorrar de uma constelação de dados um sentido imanente sem o qual nenhum apelo às recordações seria possível” (MERLEAU-PONTY, 1999, p.47).

Este fluxo contínuo de experiências na relação pessoa-ambiente reforça que a percepção é parte integrante das atitudes que se estabelecem por meio da experiência com o mundo (TUAN, 1983a). No entanto, ao tratar da formação

do ecossistema da planície do Norte Fluminense do Rio de Janeiro, através de uma leitura aprofundada, Soffiati Netto (2014) permite analisar que a ocupação desse ecossistema ocorreu de forma desorganizada, assim como ocorreu com o crescimento exageradamente desorganizado das cidades, acumulando uma série de problemas ambientais (SOFFIATI NETTO, 2014). Apesar de não debater como seria a forma organizada para o crescimento das cidades na região, aborda o conjunto de ações históricas entre o homem e o meio.

Neste sentido, apesar de toda a insegurança física, social e emocional, e da referida invisibilidade dos dramas de alguns moradores, em oposição à situação de abandono, percebe-se que ao longo da sua experiência de vida, em especial sobre as populações mais expostas, ou seja, aquelas que convivem no limite radical com as forças da natureza como a erosão costeira, riscos de alagamentos e inundações associados, terminam por desenvolver um conjunto de estratégias de resistências na luta pela sua permanência em Atafona.

4.3 Mosaico de resistências

Certa vez, durante uma das experiências no campo de pesquisa, me deparei com o pescador artesanal que tentava sozinho, espalhar sobras de construções e entulhos na frente de sua casa, em partes de uma rua frente à praia de Atafona. Apenas com apoio de uma carroça utilizada no transporte, e uma enxada, ele me disse o seguinte:

“Se eles (governo) abrissem aquela ponta lá onde fechou (boca da barra no pontal) daí melhorava, porque se abrir lá, aquela areia iria parar lá fora”. A própria água do rio iria empurrar e fazer a areia parar lá fora.”. Lá onde está aquele banco de areia, está vendo? (aponta para onde possivelmente um dia esteve o pontal de Atafona) Só que a barra está fechada, se abrir ali o próprio peso da água empurra a areia. Se não fizer isso, vai comer o pontal tudinho, começando ali na “Baixada” (aponta). Se deixar fechar lá vai acabar o pontal todinho, o próprio mar que recuou vai tomar tudo ali” (N.S. Morador).

Fotografia 17 - Morador pavimenta entulhos à porta de sua



Fonte: Registro realizado pelo autor em maio de 2020.

Durante nossas conversas, sentindo a falta do vento sul, que segundo o morador traz a areia de volta para as margens da praia, em frente a sua casa (fato que realmente ocorria em alguns pontos da praia durante o vento sul) observei enquanto ele gesticulava, me olhando e apontando no ar a solução, a seu ver, para a erosão que ameaça sua moradia. Neste momento, me dediquei novamente em busca de compreender os sentidos dado ao fenômeno da erosão, captando a essência atribuída na relação do morador com o seu ambiente. Isso incluiu a minha percepção. Busquei suspender todas as hipóteses e juízos que surgiam na medida em que conversávamos, abrindo minha consciência para as distintas possibilidades de refletir o fenômeno (vivenciado por ele) da erosão.

Ao longo da pesquisa, considerei junto aos orientadores de tese a importância de narrar a tensão de uma dualidade mundo objetivo – mundo subjetivo, em alguns momentos observados na pesquisa de campo. Na tarefa de pesquisador compreendo que faz todo sentido, considerando que na minha trajetória de pesquisa de campo, temos o terceiro elemento que é a

consciência da pessoa que constrói os seus pensamentos através da vivência dos processos. A existência de consciência é, portanto parte da interpretação. Não se tratou de compreender a erosão, mas aquilo que a pessoa percebe, entende e constrói significado abstrato face ao fenômeno da erosão.

Em minha concepção, essa forma de refletir metodologicamente, possibilitou colocar em suspensão a minha própria forma de pensar. Voltando à conversa com o morador, essa tentativa de desvendar a maneira como ele atribui significado na interação com o ambiente, me fez retomar a importância da “atitude fenomenológica”.

Aquela atitude em tentar “consertar” a rua, ao seu modo, inicialmente não parecia demonstrar como este local se transforma, renovando com isso, suas aparentes intenções. Gradualmente foi me contando a sua história, revelando que antes da atual moradia, já havia perdido outras três casas para o processo de erosão marinha. Em seguida, me já apontava para outras duas casas vizinhas à sua, que estava “tomando conta”, mas que poderia utilizar se necessário, obtendo a autorização prévia dos seus respectivos proprietários.

Nesta dança pela permanência e sobrevivência no local, o pescador foi demonstrando as ações que ele mesmo articulou para evitar que o mar se aproximasse de sua casa. Dentre as ações colocadas em práticas pelo pescador, destacou a contratação de caminhões de pedras, areias e resíduos de construções, destinadas para colocar na parte de trás da sua casa, onde as águas do mar e a força dos ventos fazem um barulho de fundo constante.

Fotografia 18 - Tentativa de restaurar a proteção natural costeira



Fonte: Registro realizado pelo autor em setembro de 2019.

Olhando para as pedras colocadas por ele, o pescador relatou que o restante da construção existente na direção entre sua casa e o mar, o ajudava a impedir a aproximação da frente erosiva.

Ao olhar para a experiência humana e o processo como ela ocorre no ambiente vivenciado, foi possível observar que naquele momento, o pescador revelou que emplacava mais uma tentativa de manter-se no local para continuar sua história de vida, vendendo seus peixes, sendo pescados ali na frente da sua casa, que foi cedida por um veranista para que ele morasse com sua família, até quando for possível. Ao olhar para a experiência subjetiva deste pescador, constatei que ultrapassei as referências e objetificações estabelecidas por meio de técnicas científicas, atentando para o fato de como o morador experimenta a situação vivida específica. Neste sentido, pude assim, compreender características singulares e subjetivas da interação dele com o ambiente.

Diante desta atitude, constatei que em nenhum momento do diálogo o pescador expressou alguma preocupação com os elementos naturais de ameaça à estabilidade da sua moradia (frente ao mar) como a força da maré e dos ventos, mas sim, observei uma insatisfação com a inoperância dos órgãos responsáveis por dar respostas aos problemas da população. Além disso, observei nas narrativas dos moradores pescadores que o fenômeno da erosão não surge como principal situação de problema nos relatos, mas sim, dos aspectos ligados à manutenção e dificuldades de mobilidade das suas embarcações na região da foz do Rio Paraíba.

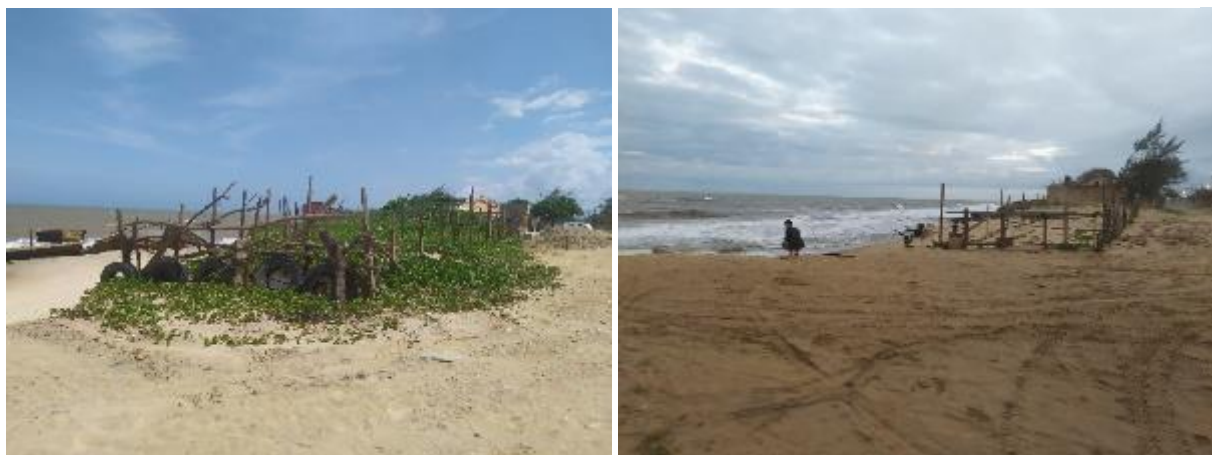
Fotografia 19 - Frente de uma casa de pescador.



Fonte: Registro realizado pelo autor em agosto de 2019

Resistindo às forças do ambiente, o pescador foi demonstrando as estratégias singulares, na tentativa de recuperar parte desse ecossistema de Dunas, como no caso a construção de pequenos diques e cercas, na tentativa de segurar a vegetação rasteira, necessária para fixar as dunas.

Fotografia 20 - Tentativas de restaurar a proteção natural costeira.



Fonte: Registro realizado pelo autor em abril de 2020.

Nessa dinâmica progressiva da fronteira do ambiente, novas formas e modos de uso do espaço vão se construindo, visando evitar o seu desaparecimento. Dessa forma, essa intencionalidade, traduzida em ações

impõe certa resistência às mudanças visíveis no meio. Essa visão ecológica, ou comportamento ecológico dos moradores, visando contribuir para proteger o meio ambiente, ou minimizar o impacto ambiental de outras atividades (PATO; CAMPOS, 2011) seja na manutenção das suas casas, histórias de vida, apego e enraizamento no território, são como expressão poética dessas relações pessoa-ambiente (TASSARA; RABINOVICH; GOUBERT, 2004), conferindo um mosaico de resistências e impermanências.

Em Atafona, no que concerne a experiência com o meio, algumas pessoas resistem o quanto conseguem, através desse conjunto de ações preventivas com base em arranjos pessoais — como, por exemplo, a observação cotidiana da maré, verificando a proximidade das águas com as casas durante a noite — surgem as estratégias de resistência dos moradores afetados, que buscam, a seu modo, preservar uma pequena parte da área de vegetação ao redor de suas casas. Uma iniciativa que considero indispensável para a preservação da restinga e manutenção da areia da praia.

Alguns moradores chegam a “mobilizar” caminhões carregados de pedras para despejá-las em frente a casa numa tentativa desesperada de enfrentar as forças do mar. Na medida em que os moradores (pescadores ou donos de bar) e veranistas percebem que irão perder a luta contra as forças do processo erosivo, estes tratam logo de retirar os últimos objetos de valor, passando a desfazer os telhados, pisos, portas, janelas, e tudo aquilo que possivelmente irá servir para refazer a nova moradia. É comum encontrar alguns relatos nas redes sociais retratando as memórias de Atafona, considerando o sofrimento da despedida da moradia e o processo vivido durante os ciclos da vida no lugar.

Fotografia 21 - Lembranças de Atafona. Relato da despedida.

Infelizmente estou me despedindo da casa de Atafona. O mar está levando a casa e deixando só as lembranças.....
Nessa casa eu passei todos os verões de minha vida, desde 15 dias de nascida... muitas lembranças de toda uma vida.



Fonte: Retirado da Rede Social "Lembranças de Atafona"¹⁹.

É preciso chamar atenção para o fato que a organização do espaço, seja ele coletivo, seja privado, interfere nos níveis de estresse ambiental (FRAGELLI, 2011). O termo "estresse ambiental" deve ser entendido como um conceito amplo, além dos aspectos psicológicos, referindo-se a um conjunto de reações que têm por finalidade possibilitar o enfrentamento de situações do ambiente cujos efeitos são negativos podem repercutir nas diferentes esferas das pessoas, dependendo, entre outras coisas da sua capacidade adaptativa (FRAGELLI, 2011, p.193). Quero dizer, assim como estes autores, que a reação adaptativa ao estresse varia tanto em intensidade quanto em manifestação física, de pessoa para pessoa.

É importante lembrar que não estamos igualmente sujeitos a essas reações, e que elas não ocorrem de modo excepcional. Esse conjunto de reações faz parte da nossa vida cotidiana e nossa adaptação a estes fatores podem ter efeitos negativos e duradouros (*idem*) na medida em que implicam

¹⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/Atafona/permalink/3772911106086986>.

uma ativação biológica e psicológica, podendo se tornar fonte de outras sérias dificuldades.

Fotografia 22 - Casa em escombros. Reciclagem dos materiais.



Fonte: Registro realizado pelo autor em abril de 2020.

“Todas as noites antes de dormir eu preciso “paquerar” (olhar) a maré, para conseguir dormir”. Essa é a frase de um dos colaboradores com quem tive a oportunidade de conversar, logo na sequência de uma casa que entrou em colapso na praia de Atafona. Não era a primeira vez que ouvia sobre as dificuldades para dormir, e a necessidade de olhar para a Lua e o movimento das marés, antes de deitar.

Tudo é aproveitado quando acaba o lar e ficam apenas os escombros. Depois da despedida de seus moradores, levando as lembranças e os itens de maior valor, a retirada dos últimos objetos e materiais fica por conta das pessoas que trabalham com reciclagem de materiais, como fios de cobre, ferro, madeiras e plásticos.

Casas luxuosas de uma população com maior poder aquisitivo, localizadas à beira-mar, foram inteiramente destruídas, assim como toda a infraestrutura da orla marinha de Atafona. É importante ressaltar que, apesar

do fenômeno da erosão ocorrer “lentamente” não ocasionando até o momento a perda de vidas humanas, traz prejuízos incalculáveis em termos afetivos, sociais e econômicos. De acordo com Argento e Costa (2005) a camada social de mais baixa renda da população, isto é, os pescadores, perderam, em sua grande maioria, suas casas e tiveram que mudar de atividade alterando, assim, seu “modus vivendi”.

Mesmo diante das dificuldades em enfrentar a ação destrutiva do mar, nota-se no caso de alguns moradores, uma constante tentativa de resistir, seja através de escoramentos das casas, seja com barreiras improvisadas com pedras, resíduos da erosão, e cercas para fixação natural das dunas. Essa resistência, unida à capacidade de desfazer sua residência, deslocar e refazer outra moradia retrata essa tentativa de manter-se em Atafona.

Nessa tentativa desesperada de manterem-se na residência, enfrentando as forças da natureza que atuam no local, alguns moradores utilizam aquilo que podem para construir uma “barreira”, algumas contendo restos de sofá, geladeira, fogão, redes, colchões, madeiras, sacos de areia, etc.

Fotografia 23 - Tentativas de construção de “Dique” artesanal.



Fonte: Registro realizado pelo autor em junho de 2020.

Enquanto esse arranjo espacial sofre com as ameaças, considerando este arranjo como um dos elementos que compõem a organização do espaço, englobando várias outras dimensões, tais como segurança, conforto,

identidade pessoal, motivação, autonomia, privacidade e contato sociais (CARVALHO; CAVALCANTE; NOBREGA, 2011). Neste sentido, compreende-se que as medidas tomadas pelos colaboradores, moradores da “linha de frente da erosão”, são produzidas nas interações entre a pessoa e o ambiente, despertando memórias, angústias e distintas iniciativas em busca de conforto, segurança e até mesmo a autonomia estabelecida na relação com o ambiente.

Fotografia 24 - Manutenção do "dique artesanal".



Fonte: Registro realizado pelo autor em julho de 2020.

Compreender as interações entre a pessoa e o ambiente, tendo em vista a pressão das mudanças ambientais, favorece observar que para melhor compreender o comportamento e o estado psicológico da pessoa, é necessário compreender o contexto o qual a mesma se insere (GUNTHER, 2011).

Deste ponto de vista, durante alguns meses tive oportunidade de dialogar, com colaboradores moradores da “baixada” onde uma obra (figura 37) chamou a minha atenção, e de quem por ali passar. De frente para a praia de Atafona, é possível identificar as estratégias físicas colocadas em prática por alguns colaboradores como no caso do pescador artesanal. De início, ao avistar a “cerca” de material reaproveitado, construída utilizando rede de pesca,

pedaços de madeira, colchões, e até folhas, acreditei ser uma tentativa desesperada para frear o avanço do mar.

Ciente desta postura, depois de algumas conversas, logo essa hipótese foi refutada, pois, de acordo com o próprio morador, essa obra física surgiu diante de uma necessidade de ampliar o seu sentimento de segurança e conforto. Segundo o morador, a “cerca” evita o avanço da areia que se espalha com a força dos ventos adentrando nas casas, e por consequência trazem um pouco mais de conforto dentro da casa. Destaca ainda que depois que construiu a “cerca”, ele percebe estar mais seguro, pois acredita que além de evitar o contato com a areia voando adentro de sua casa, sente que o mar (frente á sua casa) recuou levemente. Essa reação pode exprimir uma demanda psicológica por ampliação da sensação de segurança em torno da sua residência, face ao medo das condições ambientais presentes na situação. Lembro bem o forte barulho das ondas durante nossas conversas, e ficava me perguntando se durante a noite a sensação de segurança se mantinha, pois, mesmo morando longe da praia, era possível escutar o barulho das ondas.

Portanto, entre as imagens da destruição das casas, este mosaico de resistências produz uma dinâmica de desfazer, deslocar e refazer, como um movimento constante na rotina de Atafona. Em Atafona, durante a pesquisa observei que não é difícil encontrar moradores que perderam uma, duas e até mais de três casas. Além disso, alguns estão acostumados a um movimento de deslocamento, onde desfazer, deslocar e refazer tornou-se uma constante.

Nessas histórias de vida, é necessário ressaltar que apesar de todas as estratégias criadas para enfrentar as condições ambientais em Atafona, é possível observar nas narrativas captadas, uma situação constante de moradores sendo acordados com as águas do mar atingido suas casas, ocasionando perdas de móveis como geladeiras, camas, sofás, e parte das casas como paredes de banheiro, cozinha, quarto, etc. Além disso, convivem com a insegurança, tentando esconder a angústia e o medo de alguma situação repentina.

“Eu não posso deixar de falar do meu sentimento, eu não quero que com isso você ache: ah, ela tá pegando a religião e faz um escudo. Não é assim! A gente tem a nossa razão e a gente tem a nossa parte espiritual também. E chega num momento que as duas se unem, porque a força que você tem, você sabe que não é uma força só sua, é uma força espiritual, uma força

divina que está te ajudando. Então nisso tudo, a gente sofre e fica triste, mas a gente levanta a cabeça e vamos em frente, porque tem que ser assim!” (S.F. Moradora).

Embora captar o modo de enfrentamento seja uma tarefa difícil, visto que os relatos apresentam uma pluralidade de sentidos, e um conteúdo de sentimentos e emoções, nota-se nas reflexões o apoio espiritual e religioso na gestão dos conflitos como a angústia e o medo. Neste caso, a colaboradora exerce uma reflexividade crítica em relação à explicitação das crenças e ideologias, apontando através da sua forma de compreender o fenômeno a importância da racionalidade no esclarecimento e superação dos conflitos enfrentados.

Observa-se que aquilo que denominamos de arranjos adaptativos, ou seja, o conjunto de estratégias pessoais na busca por superação dos conflitos enfrentados inclui uma teia de soluções que atravessam o campo espiritual, apoiado nas crenças religiosas, na informalidade de suas ações e na busca do autoconhecimento da realidade local, visibilizando formas de entender e enfrentar as diversidades das mudanças do ambiente. O que não exclui uma nota crítica quanto à morosidade das respostas dos órgãos competentes.

Apesar de não utilizar o conceito de resiliência neste trabalho, é importante definir uma crítica para desviar das armadilhas deste conceito. Difundido em distintos campos do saber – a resiliência designa a capacidade de adaptação de sujeitos individuais, ou coletivos e organismos vivos frente a situações de perigo de um modo que os danos sofridos sejam amenizados e recuperáveis - e vem sendo disseminado vigorosamente como uma retórica pelos organismos multilaterais, no contexto neoliberal (VALÊNCIO; SIENA; MARCHEZINI, 2011) para realçar como um dado meio social em condição de vulnerabilidade deveria reagir, para enfrentar os fatores ameaçantes.

A despeito dos esforços da população em situação de vulnerabilização, a responsabilização dos agentes e órgãos de respostas não pode apoiar-se unicamente nas práticas de auto enfrentamento, e muito menos devem ser invisibilizadas na ausência ou incapacidade das autoridades públicas. Tendo clara a assimetria de poder neste jogo, este trabalho vislumbra aqueles arranjos, mas não o considera como única alternativa frente ao histórico de abandono.

“Eu perdi as esperanças. E agora estou indo para outra casa que consegui. Foi assim, eu arrumei um casal disposto a trocar uma casa na vila Esperança por essa casa aqui. Estou indo para lá nem sei como” (W.A. Moradora da Baixada).

Essa escuta atenta desvelou um arranjo adaptativo até então desconhecido pelo pesquisador. A narrativa chama a atenção para uma dinâmica improvisada por uma moradora, que insatisfeita com as condições da casa na “Baixada” durante uma ressaca que atingiu a rua, oportunizou por seus meios uma troca de imóveis, articulada por uma trama financeira entre vizinhos de bairros, que encontraram uma aparente solução para as partes interessadas.

Uma solução que exigiu da proprietária renunciar ao seu “cantinho”, repleto de outras dimensões simbólicas de uma casa que durante tantos anos serviu de palco de histórias vividas, de lembranças de afeto, além de um conjunto de cuidados como as partes decoradas por conchas, colocadas uma a uma na companhia do falecido marido, um personagem bastante conhecido na região. E emocionada se despede do lugar utilizando mecanismos cognitivos para enfrentar o momento. *“Coloquei na minha cabeça que essa casa aqui (atual casa da baixada) vai estar em obras, e daí vou ficando por lá nessa outra casa até me acostumar com a ideia”* (W.A. Moradora da Baixada).

Outro apontamento observado se direciona para a percepção das ações desenvolvidas pelo poder público das autoridades locais, especialmente em relação ao que acontece com as mudanças ambientais em Atafona. Nesse sentido, prosseguindo na percepção dos colaboradores da pesquisa acerca dos fenômenos ambientais que ocorrem em Atafona, destacam-se as seguintes narrativas:

“Uma coisa que acontece aqui é que as pessoas são muito vinculadas à prefeitura de alguma forma, entendeu? Então acho que eles tem medo que qualquer movimento que não seja da prefeitura pode ser entendido como uma coisa contra a prefeita. A gente não está fazendo nada contra ninguém. A gente tá querendo defender o nosso pedaço, o nosso quadrado. A gente não está brigando com ninguém e nem está sendo indelicado com ninguém. Mas isso acaba deixando as pessoas com medo de participar.” (S.F. Moradora).

Neste caso, essa percepção, um pouco mais ampliada das mudanças ambientais em andamento na região, pode estar associada com os níveis de participação e o envolvimento da colaboradora nos espaços de decisão? Possivelmente, apesar de as características socioeconômicas serem distintas entre os (as) colaboradores (as), revelando neste caso, maior grau de instrução e articulação com os movimentos sociais que atuam na questão das mudanças ambientais em Atafona, as narrativas apresentam diferentes olhares perceptivos sobre a dimensão das ações desenvolvidas pelo poder público e das políticas sociais de resposta aos atingidos.

Distante do objetivo de generalizar as semelhanças da trama perceptiva dos moradores observa-se, nos três depoimentos, as distintas expectativas dos moradores e familiares acerca das soluções desejadas.

Nota-se um sentimento de abandono e descaso, conforme apontado em outros trabalhos (VALÊNCIO; SIENA; MARCHEZINI, 2011) criando entraves na participação política dos moradores em ações promovidas seja pelas associações e coletivos de moradores, em função de possíveis perseguições políticas.

Quando questionada sobre as ações dos órgãos públicos de acompanhamento das famílias nas áreas atingidas da baixada, destaca-se a seguinte narrativa:

“O que mais me incomoda é a solidão e a falta de atenção da prefeitura com os moradores, ela (a prefeitura) tem por distinta obrigação de quinze em quinze dias, enviar a máquina para retirar areia”. Afinal de contas aqui tem moradores, issó aqui é uma rua, você vê a quantidade de caminhões de frigorífico? é um lugar familiar e de trabalho” (W. A. Moradora da Baixada).

É importante ressaltar que no momento da entrevista a rua se encontrava inundada com as águas do rio Paraíba do Sul, influenciadas por uma ressaca do mar no dia anterior. Desse modo, às vezes foi difícil separar o sentimento para decifrar aspectos da percepção. A experiência vivida por cada pessoa desvela neste caso, que a percepção ambiental é processo complexo que envolve fatores como a disposição pessoal, objetivos da pessoa na situação, o treino e experiências anteriores (ELALI; PINHEIRO, 2011). Neste sentido, observou-se a maneira como a aprendizagem, a experiência e a

capacidade de representação podem ampliar a sensibilidade diante das situações expostas, mais vinculada com as suas ações do que observações passivas.

Ao discutir o conjunto de ações governamentais locais implementadas para atender a demanda dos atingidos, uma ex-moradora da Ilha da Convivência, que durante 20 anos trabalhou na cadeia produtiva da pesca da região, relata a sua experiência familiar de remoção habitacional. Conforme a colaboradora, sua família foi removida para o bairro CEHAB, contra a vontade do marido, que também era pescador, após viverem sete anos na ilha da Convivência.

O saudosismo dos bons momentos vividos na ilha da Convivência – essa ilha faz parte do município de São Francisco do Itabapoana-Rj, considerada por seus antigos como um local de harmonia e de apoio mútuo entre os moradores - não esconde a compreensão dos limites e restrições devido às dificuldades da ausência de comércios e serviços na ilha. Neste olhar, destaca-se a legitimidade da ação da natureza e relaciona-se a estes os contos compartilhados no espaço da igreja, apontando na sua percepção os fatores históricos de uma ocupação marcada por navios e o comércio de escravos e mercadorias.

A colaboradora destaca na sua experiência as lembranças das políticas habitacionais locais da qual foi beneficiária:

“Nesse tempo, foi tempo do prefeito Ernesto Ribeiro. Ele que providenciou as casas para os pescadores aqui no CEHAB. Mas o meu marido não queria sair da ilha da Convivência. Ele não aceitava sair de jeito nenhum, chegou até queimar os próprios documentos para não poder assinar os papéis. Ele não aceitava, mas daí eu apanhei as trouxas e a roupa dele e vim pra essa casa e disse: se você não quiser ficar pode pegar suas roupas e ir embora, eu não vou sair daqui não” (H. P. Moradora de Atafona).

É possível ter uma noção dos dilemas e conflitos familiares desencadeados pela remoção, além do papel mediador da colaboradora na definição e tomada de consciência diante dos problemas enfrentados. Na perspectiva de Bachelard (1993) que visa determinar o valor humano dos espaços de posse, dos espaços defendidos contra forças adversas, dos

espaços amados e vividos, ou seja, o espaço percebido pela imaginação. Essa poética do espaço requer considerar a experiência espacial do ser humano. Assim, pode-se conhecê-lo de modo pessoal e íntimo, como no caso de um antigo morador; experencia-lo funcionalmente, como um motorista de taxi, por exemplo; dominá-lo indireta e conceitualmente, como o faz um urbanista; ou mesmo vivenciar alguma combinação dessas várias maneiras de conhecimento (TUAN, 1983 *apud* ELALI; PINHEIRO, 2011).

Em relação ao entendimento e a percepção dos pescadores sobre as mudanças ambientais que ocorrem em Atafona, nota-se o reconhecimento das intervenções humanas e os impactos destes, no modo de vida e cotidiano da pesca.

“Tanto na erosão, como no assoreamento vai indo embora nossa cultura. Na foz do rio Paraíba tinha um mangue ali, que hoje só tem um resquício do mangue, você sabe que ali é o berçário de crustáceos, de peixes, área de alimentação e desova e crescimento dos peixes, até eles terem o tamanho de se livrarem dos predadores. Com o desaparecimento do mangue está diminuindo o peixe, é grave, grave, é muito grave. E outra coisa, tem o impacto na economia com essa erosão e assoreamento na proximidade da foz. Nossas embarcações maiores, que produzem mais, precisam desembarcar em Macaé e sul do Espírito Santo. Tem a cadeia produtiva e dependentes da pesca. Em Atafona o maior sustentáculo da economia é a pesca, ali tem pessoas que vão ajudar a desembarcar, limpar barco, rancho, diesel, sem tudo isso o comércio deixa de movimentar porque os barcos tem que desembarcar em outras cidades”. (E.P. Pescador artesanal).

Em outras palavras, nota-se uma compreensão ampliada deste pescador colaborador da pesquisa, a respeito das relações de poder que interferem no cotidiano destes atores sociais, destacando nos relatos a efetiva necessidade de algumas intervenções estruturais e políticas adotadas pelos governantes e pela própria população que frequenta e reside na região. Portanto, é possível observar a existência de uma discussão simbólica entre a natureza e cultura, que preocupada com a possibilidade do fim desta tradição, buscam soluções e possibilidades de intervenções no ambiente, através do aprimoramento das ações capazes de transformar essa relação entre a pessoa-ambiente.

“Já foram moradias, clubes, comércios. E o pescador a cada dia mais está afastando do rio, porque todo pescador quer estar próximo a água. Ali os barcos ficam próximos a sua casa, tudo que envolve água”. (E.P. Pescador artesanal).

Na rotina do pescador é importante estar atentos e espertos aos sinais de mudança de tempo e movimentação das marés. Neste sentido, de acordo com Pitrez (2014) os apontamentos em relação à expressão “maragado” considerando a perspectiva dos pescadores estudados em sua pesquisa em Atafona, pode sofrer um deslizamento semântico, para tratar desta reconfiguração constante do ambiente e dos imprevistos resultantes do contato do ambiente marinho “invadindo” o seco, rompendo o terreno fronteiro entre o seco e molhado, reformulando limites praiheiros no sentido geográfico e social (PITREZ, 2014, p.169).

Em Atafona, é possível observar o potencial criativo e inventivo de alguns pescadores, colaboradores da pesquisa, para enfrentar as transformações acarretadas pela erosão. Neste sentido, as formas de agir e lidar com algumas tensões, como o tempo de queda de uma moradia atingida pelo mar, a partir da experiência de alguns pescadores de Atafona, revela que a percepção da espera e da antecipação do que está por vir estão atreladas às experiências vividas no dia a dia.

Neste sentido, foi indispensável entender como os colaboradores da pesquisa, expressam sua visão de mundo, centrando-se especialmente na análise do significado e relevância da experiência humana, buscando captar a essência das experiências vivenciadas no campo de pesquisa.

“Na verdade, Atafona e todos os nativos daqui é intimamente ligado as águas. E muita gente acaba perdendo aquele vínculo e acabam procurando outras áreas de serviço, como os nossos filhos. Por exemplo, meu filho só bota o pé no barco pra passear até Gargaú, graças a Deus! Minha filha não quis limpar peixe e nem fazer rede foi para outra área. E assim sucessivamente os jovens foram abandonando a pesca por causa das dificuldades: Foz de rio assoreada, embarcações sofrem com as manutenções com os bancos de areia, o baixo lucro, tendo época do ano que o barco precisa ficar dias esperando a maré alta até poderem sair. Então o impacto é muito grande cultural, ambiental e econômico” (E.C.P. Pescador artesanal).

O conhecimento social e histórico em torno das mudanças ambientais e suas causas estão presentes no discurso dos colaboradores (pescadores) entrevistados. Com certa propriedade, estes versam as suas opiniões sobre os projetos e ações executadas pelo governo local para amenizar a situação na região estudada. Dentre as principais críticas realizadas, está o alto custo financeiro dos projetos apresentados à população até o momento; os valores dedicados ao aluguel social que faz parte da política de assistência social das famílias; a desvalorização econômica dos imóveis nas áreas de risco, e os impactos com a chegada do Porto do Açú, complementam parte do discurso analisado.

Além disso, apresentam experiências utilizadas em regiões vizinhas a São João da Barra/RJ, como no caso de Marataízes e Conceição da Barra/ES.

“As pessoas muitas vezes por questões políticas jogam a culpa no poder público. Por exemplo: conheço algumas experiências como a de Conceição da Barra, Marataízes que parece um pouco mais com a nossa realidade, quando a Ilha estava maior lembra assim um pouquinho. Mas lá em Marataízes em 2010 fizeram a construção do quebra mar, você pode entrar na internet e olhar lá, mas já está dando resultado negativo, porque não está sendo dada a manutenção. Tinha que fazer a dragagem em volta da praia. E todas as palestras que são sobre este tema aqui eu participo, mesmo como ouvinte. Eu escuto muito isso: os custos são muito altos, não existe garantia de 100% que irá resolver e precisa de manutenção de três em três anos” (E.C.P. Pescador artesanal).

Outros fatores estiveram presentes nos diálogos como a memória e o saudosismo dos bons momentos vividos na ilha da Convivência, considerada por seus antigos moradores, como um lugar de harmonia e de apoio mútuo que deixa saudades dos tempos vividos ali.

Atento a essa escuta dos moradores, fui identificando nos seus diferentes modos de perceber a vida, certa nostalgia de uma “convivência” que, segundo a moradora, já não existe mais atualmente em Atafona. A facilidade em conseguir peixes de outrora, e poder sempre contar com um (a) amigo (a) caso precisar, da sensação de segurança e qualidade de vida, foram aspectos bem destacados na sua narrativa.

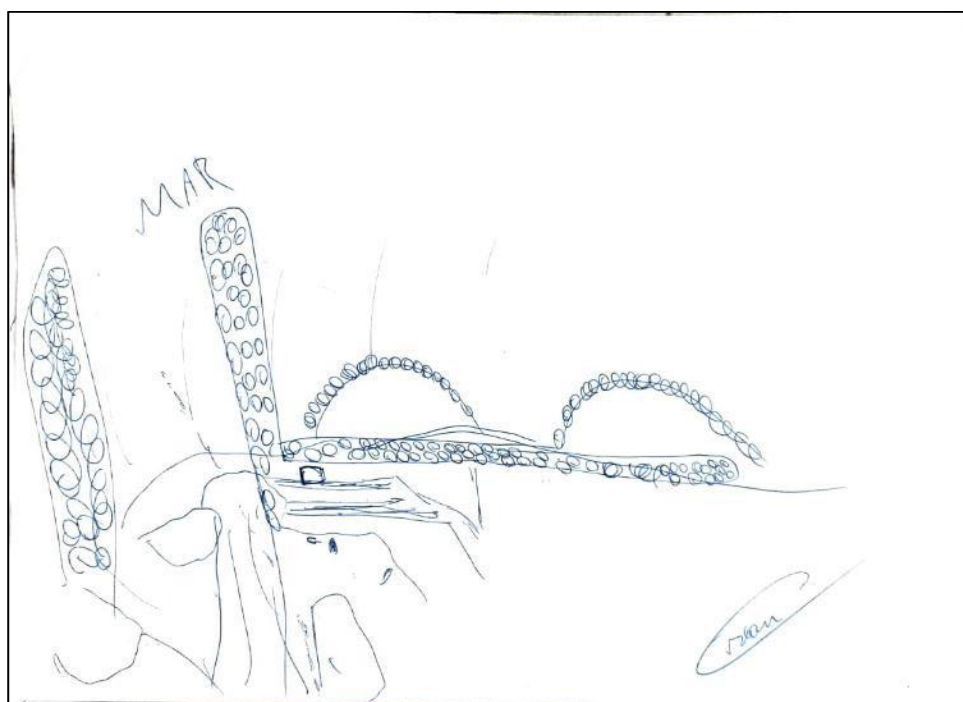
Reconhecida a capacidade de superação das colaboradoras entrevistadas, neste caso, é preciso dar um passo adiante na análise crítica

das interpretações, assim como fez Acselrad (2004) quando adverte que a discussão sobre a vulnerabilidade, deve renunciar a tipificação do sujeito e focar na relação social que induz a deteriorização da condição humana. Conforme destacado no primeiro capítulo por diferentes autores (SOFFIATI NETTO, 2017; SIQUEIRA *et al.*, 2015) o desenvolvimento de políticas públicas deve fomentar a ocupação de espaços seguros, ecologicamente equilibrados e capazes de prevenir e combater a degradação da qualidade de vida.

Ao desenvolver uma análise das percepções ambientais de distintos grupos estudados, Santos *et al.* (2017) constataram que o uso de análise da percepção através de desenhos permite debater questões socioambientais, contribuindo na busca de sensibilização ambiental.

Neste sentido, prosseguindo com as minhas investidas no campo de pesquisa, estimulado pelas relações de vizinhança e convívio no local, tive oportunidade de conhecer e me tornar amigo de alguns moradores de Atafona. Entre eles, um jovem morador de Atafona com uma grande história de vida frente à erosão. Contando ser filho de pescador, foi se interessando pelo assunto enquanto escutava uma conversa que ocorria com outro morador. Solicitou-me caneta e papel e decidiu desenhar, a seu ver, (desenho 1) possíveis soluções para o problema da erosão costeira na localidade de Atafona.

Desenho 1 - Intervenções e possibilidades para erosão em Atafona - I.



Fonte: Interpretações por desenho realizadas por morador de Atafona durante pesquisa de campo.

Durante a realização do desenho tentei permanecer em silêncio, evitando induzir informações e atravessamentos do meu olhar sobre o ambiente. Ao terminar o desenho considerei importante pedir mais informações sobre o seu olhar, sendo possível obter as primeiras descrições da consciência perceptiva do jovem pescador sobre o ambiente vivido.

Neste desenho observei a presença de uma estrutura ambiental com componentes vivos e não vivos. Ao situar na paisagem a população e o contexto de Atafona retrataram-me algumas alterações na dinâmica da foz do rio Paraíba do Sul, inclusive da antiga construção do dique no canal de navegação dos pescadores. Nesta experiência senti uma relação de apego com o ambiente, através das suas lembranças e recordações dos “bons tempos de Surf”, quando, segundo ele, havia abundância de água na foz do rio, favorecendo a formação de grandes ondas.

Segundo o jovem pescador, ao descrever sua percepção, apontou que seria possível articular “politicamente” os elementos necessários, como, por exemplo, os coroloques (blocos industriais de cimento) já citados anteriormente, e que foram utilizados na construção do Porto do Açú, simulando assim, uma ação semelhante às experiências implementadas nas cidades de Marataízes e Conceição da Barra, no estado do Espírito Santo. No entanto, afirmou que falta interesse político na resolução deste problema.

Observando o desenho e as ações necessárias na perspectiva do jovem, atentei que o desenho aponta uma tentativa de “dominação”, ou manipulação do ambiente, perspectiva semelhante às experiências implementadas nas cidades vizinhas, citadas acima. Perguntado se tais ações seriam suficientes para solucionar o fenômeno da erosão em Atafona, conforme o jovem pescador, no que confere os impactos e a “sustentabilidade” dessas ações, destacou que uma vez a obra colocada em prática, não seria possível assegurarmos a transferência deste cenário erosivo para os outros distritos vizinhos, como Grussaí e Açú.

Dito isso, após alguns segundos em silêncio me disse: *“É, não tenho jeito não! Tudo isso aqui vai acabar mesmo. O manguezal é que*

segurava tudo isso". Olhando para o horizonte, como se parecesse não acreditar no que havia me dito, manteve mais uns segundos de silêncio. A constatação dos sentidos conferidos ao mangue, (apesar do mangue aparecer no desenho) a meu ver, aponta para uma tentativa de perceber a situação na totalidade, refletindo sobre a formação e importância do manguezal na "estabilidade" do ambiente. De certo modo, a valorização desse ambiente retoma a importância dessa consciência integrada dos elementos ambientais, que considere as distintas formas de vida, imprescindíveis inclusive na manutenção deste sentimento de pertencimento (PATO; CAMPOS, 2011). Inspirado pela contribuição do seu olhar, por fim, o morador conclui destacando a necessidade de mudança no nosso comportamento para protegermos o "meio ambiente".

4.4 Comerciantes na "linha de frente"

Durante o período de realização das entrevistas com os comerciantes localizados na "linha de frente" da erosão em Atafona, foi possível acompanhar e observar num período de oito meses, o avanço "mais" rápido em alguns pontos, e assim, constatar as afetações visuais e simbólicas na rotina, e na vida destes moradores.

"Eu comprei esse bar aqui tem um ano e pouco, tinha uns 25 metros da praia, hoje a marcação que eu fiz tem no máximo uns 10 metros. Eu peço a Deus que ano que vem (2020) eu possa estar aqui ainda" (Proprietário do bar Recanto dos amigos. M.B.R, comerciante de Atafona).

Fotografia 25 - A chegada do mar - I.



Fonte: Registro realizado pelo autor em fevereiro de 2020.

Nas fotografias a seguir, é possível notar que antes mesmo da chegada do mar, os moradores e demais recicladores da vizinhança, aproveitam para fazer a retirada de tudo que pode ser útil para uma nova construção, como exemplo telhas, madeiras, portas, caixas d'água, janelas, fiações, etc.

Fotografia 26 - A chegada do mar - II.



Fonte: Registro realizado pelo autor em janeiro de 2021.

O comerciante desabafa dizendo que se pudesse, ele mesmo faria um quebra-mar na frente do bar, mas em seguida revela que já está arrumando outra casa. Trabalhando como comerciante e também como caseiro, o proprietário informa que já está morando na casa onde atualmente trabalha como caseiro. Enquanto isso, assiste diariamente à perda do bar, seu último investimento, enquanto aguarda uma solução da prefeitura, ou a esperança de uma venda de última hora – já observada em outra experiência de pesquisa na região - e por fim, a chegada do mar.

Este contato mais próximo com a realidade dos comerciantes trouxe novas reflexões a partir de um maior conhecimento dessa realidade vivida. Como se caracterizam as iniciativas governamentais, em termos de ações para apoiar este grupo?. Neste caso, não existe abrigo, ou um aluguel social dedicado aos pequenos comerciantes. No que conferem as iniciativas das políticas públicas recebidas, os comerciantes disseram apenas ter sido informados através da prefeitura, no caso a Defesa Civil, que o local é considerado uma área de risco. Alguns disseram que foi preciso a assinatura de termo de compromisso e responsabilidade para manter se no local.

Fotografia 27 - Deslocando para trás/lados - I.



Fonte: Registro realizado pelo autor em outubro de 2019.

Fotografia 28 - Deslocando para trás/lados - II.



Fonte: Registro realizado pelo autor em dezembro e 2020.

Nem todos resistiram o suficiente para esperar algum tipo de solução para a situação em Atafona. Desfrutei da oportunidade de conversar com um dos donos de bares mais conhecidos da região, Sr. Ronaldo Cravo, o famoso bar do “Não Me Viu”. Com uma experiência anterior de ter perdido três bares no pontal de Atafona, na sua última tentativa instalou-se na Av.Beira Mar, num local um pouco mais distante da “linha de frente” da erosão.

“Vi essa praia crescer e estou vendo o mar comer de volta. Eu tinha uma palafita dentro do manguezal, e, na frente dele, tinham cinco ruas de casas com cooperativas, frigoríficos, postos...tinha vida. De uns anos para cá, tudo foi levado pelo mar e ninguém toma providência” (GOMES, 2021).

Fotografia 29 - Ronaldo Cravo em entrevista pouco antes de sua morte: duas casas e o bar perdidos para o mar em Atafona.



Fonte: Gomes (2021).

As relações sociopolíticas neste contexto, e a falta de alternativas também faz com que alguns moradores comerciantes adotem uma estratégia de ir “arredando” ou deslocando o imóvel para os lados, na medida que isso é possível. Além disso, ressaltam que se tivesse algum recurso financeiro sobrando, comprariam outros imóveis, cotados em baixo valor devido à situação da praia.

Este constante deslocamento de comércio/casas, provocado na vida de alguns comerciantes, acarreta uma desmobilização gradual dos seus clientes, mesmo que alguns continuem frequentando o novo espaço. Além disso, em alguns casos, mantém-se a insegurança e o medo de permanecer na situação de vulnerabilidade, visto que algumas casas continuam próximas à “linha de frente” erosiva.

O medo de não conseguir comprar um novo estabelecimento/casa própria, em local mais seguro, é para alguns comerciantes a principal preocupação. A informalidade dos trabalhos encontrados e a falta de alternativas aos comerciantes também surgiu como motivo de preocupação. Para facilitar, abaixo foi elaborado um quadro com a percepção dos principais aspectos apresentados na rotina dos comerciantes entrevistados.

Quadro 1 Principais impactos na rotina dos comerciantes.

Morador Comerciante	Desvalorização imobiliária com a baixa no valor dos imóveis devido à erosão marinha.	Manutenção constante para o funcionamento (independente das tentativas de interdição)	Trabalham como caseiro, jardineiro, pintor. Além disso, fazem pequenos
	Redução no número de visitantes e veranistas na região	Medo de permanecer em área de risco apesar das interdições e assinatura de termo	“bicos” como ajudante em obras.

	Falta de políticas públicas e alternativas para os donos de bar.	de compromisso.	
	Desmobilização do ponto de comércio	Demora na realização de obras, comparadas a outras realidades como em Marataízes/ES e Conceição da Barra/ES	
	Reincidências no deslocamento dos comércios	Avaliam os projetos apresentados como de alto custo	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das entrevistas realizadas.

Além disso, outras questões como a dificuldade em dormir nos dias de maré alta, bem como a insatisfação com os órgãos públicos diante da demora por soluções para os comerciantes, e por fim, a grande desvalorização imobiliária da região, foram percepções captadas.

A preocupação constante com a interdição do estabelecimento, apesar de necessária por questões de segurança, apontam além das perdas e os prejuízos uma desmobilização da clientela e por consequência, transforma os laços de convivência e sociabilidade construídos.

4.5 Veranistas na “linha de frente”: (Im) permanências

De frente para a praia de Atafona, destacam-se os casarões e residências sofisticadas de veranistas. Imponentes construções, com pé direito alto, alguns serviram de residência, pousadas e estabelecimentos como clubes, hotéis e cassino. Vizinhos da erosão costeira, tal fato contracena com as construções mais modestas, seja de outros veranistas ou de pescadores moradores da “Baixada”.

Na dinâmica de organização e enfrentamento dos conflitos afetivos, sociais e econômicos vivenciados pelos veranistas na “linha de frente”, entre os entrevistados, notou-se os vínculos ligados aos aspectos simbólicos e de uma produção de memória ligada a sociabilidades, das casas de veraneio, que fazem parte do processo perceptivo e na construção da identidade com o lugar (CUNHA, 2007).

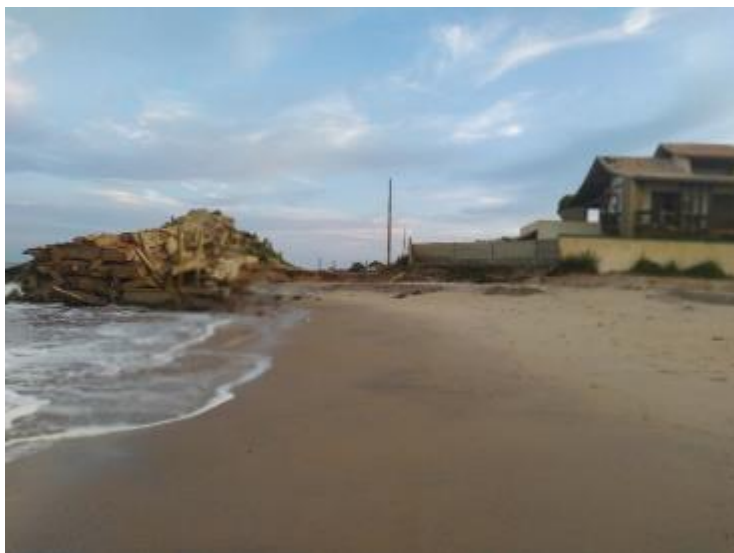
Ao descrever as paisagens e mudanças em Atafona, segundo Gomes (2012), seja como destino de turistas vindos de diferentes regiões do estado do Rio de Janeiro e Minas Gerais, seja como área destinada à construção de residências secundárias para veraneio associadas, sobretudo à influência da cidade de Campos, nas primeiras décadas do século XX nota-se um “surto” de construções, ocorrido por volta de 1926 que aponta de forma clara o início do uso do Balneário de Atafona como local de veraneio.

Mais a frente nos finais da década de 1960 e início de 1970, as casas de veraneio da “alta” sociedade, marcada pelas distintas formas de sociabilidade, aumentam consideravelmente na região estudada. Grande parte dos veranistas pertencia ao que, nas colunas sociais de Campos, em meados do século XX, chamava-se de “sociedade” campista (CUNHA, 2007). Neste sentido, os modos de vida e as práticas sociais desenvolvidas por famílias de veranistas no balneário, compõem um repertório variado de formas de convivência ou formas de “estar junto” buscando atividades recreativas que se destinam a passar o tempo, à distração, enfim, ao entretenimento” (CUNHA, 2007, p. 80). No entanto, entre as idas e vindas, não é difícil encontrar antigos veranistas que se tornaram moradores, e que orgulhosamente se consideram cidadãos de Atafona.

Destaca-se que duas semanas antes da realização das entrevistas, o muro de uma casa bastante conhecida, de pessoas influentes no cenário social e político, havia sido atingida pelas águas do mar. Este desmoronamento do muro, foi alvo de reportagens de distintos meios de comunicação como televisão, rádio e mídias digitais. Tratava-se da casa da colaborada Sônia Ferreira, que durante a entrevista destacou que chegou na região como veranista nos anos de 1980, e com o passar dos vinte anos como veranista, foi se tornando moradora definitiva de Atafona. Em uma noite de maré alta, em meados de setembro de 2019, já durante a realização das entrevistas de

campo, parte do muro da sua casa desabou, e a destruição só não foi maior porque os entulhos do antigo “prédio de Julinho” serviram como barreira. De lá para cá diariamente o muro vai sendo tomado (foto 34) pelo avanço do mar.

Fotografia 30 - Passado e presente.



Fonte: Registro realizado pelo autor em agosto de 2020.

Passado alguns dias os meios de comunicação deixaram dar a visibilidade ao assunto. O que não significa que o fenômeno tenha arrefecido, e muito menos que outras casas não estivessem sendo atingidas. Alguns metros dali outra construção chama a atenção daqueles que por ali passam, sem despertar, porém o interesse das matérias jornalísticas sobre a erosão na praia de Atafona.

Fotografia 31 - Impermanências.



Fonte: Registro realizado pelo autor em setembro de 2019.

Embora atento ao direcionamento de pesquisa, este momento exigiu manter o exercício de suspender as hipóteses e conceitos para conseguir aproximar da experiência vivida do colaborador da pesquisa.

A reflexão crítica do caráter perceptivo que o mar está “comendo tudo de volta”, revela, segundo a colaboradora, outro equívoco, pois acredita que ele está no lugar correto, ou seja, o lugar que sempre foi dele.

“Em primeiro lugar, eu acho que nós homens somos responsáveis. Isso pra mim é claro! Em segundo lugar, por causa disso, do que a gente faz com o planeta, as geleiras estão descongelando barbaramente. Isso está aumentando os níveis dos oceanos também. A gente tem aqui um problema grande na vazão do rio Paraíba do Sul. Ele é muito drenado por aí, inclusive lá naquele rio Guandú. Então, isso tudo ao longo do tempo vem prejudicando aqui em Atafona” (S. F. Moradora de Atafona).

Enquanto explica as forças da natureza e o resultado das interferências humanas no ambiente, segundo a entrevistada, o que mais sente falta é dos seus “cantinhos”, referindo-se aos antigos espaços de sociabilidade e modos de convivência da região.

Na perspectiva de Ribeiro *et al.* (2004) que há décadas se dedica no entendimento deste processo erosivo e dos fatores geológicos presentes na região, utilizando-se de imagens digitais e novas tecnologias, as forças oceanográficas têm atuado nesta zona litorânea com intensidade variáveis ao longo do tempo, tendo nos fatores como a frequência, direção e intensidade dos ventos, associados ao regime de ondas e às mares, as grandes contribuições neste processo.

Diante de tantas hipóteses, de acordo com Ribeiro *et al.* (2004) a complexidade do conjunto de fatores que modificam o cenário estimula pesquisas aplicadas que direcionam ideias e testam hipóteses sobre as causas e os prováveis futuros efeitos sobre a área urbana existente e o cotidiano da população local.

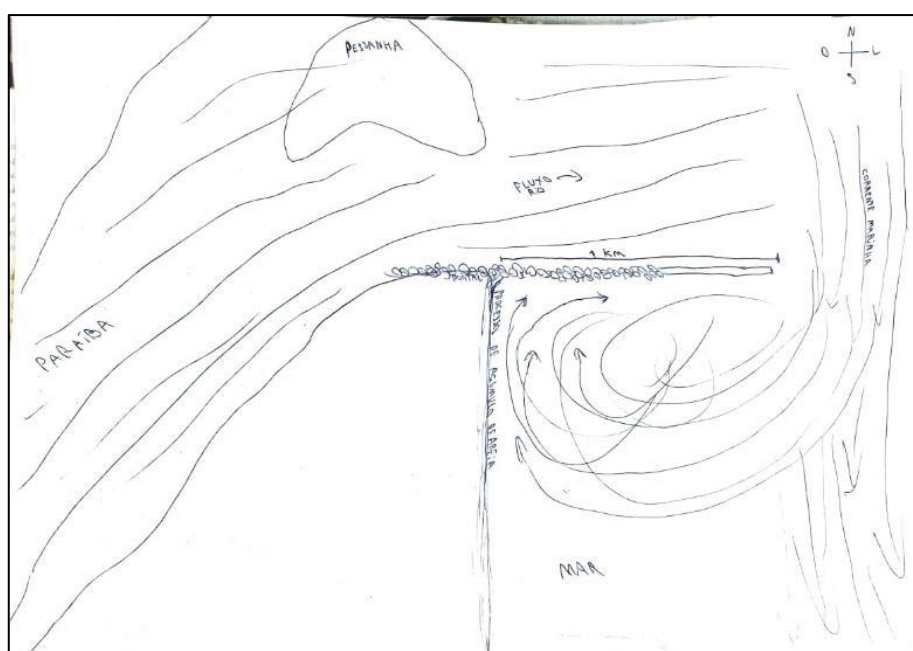
Apesar do acesso à informação ocorrer de forma desigual e por vezes com focos em determinados grupos de moradores, observa-se uma reflexão crítica dos elementos causadores, entre os entrevistados, o que não define o entendimento da comunidade na atualidade como um todo, mas aponta elementos

como a necessidade de uma conduta ética e efetiva por partes dos gestores locais, e a responsabilização das ações humanas no conjunto das mudanças vividas.

Os anos foram se passando e os veranistas foram sendo atraídos por diferentes motivações, além de um lugar de lazer, escolhido por muitas famílias como excelente balneário para passar as férias, o “clima privilegiado” do lugar foi e ainda continua sendo na opinião de alguns moradores, considerado bom para o tratamento de doenças respiratórias, seja devido às propriedades medicinais da areia monazítica e a alta concentração de iodo (CUNHA, 2007). Cabe ressaltar também que este período de férias para os veranistas, era o período de muito trabalho e movimentação da economia para muitos dos moradores pescadores, comerciantes e demais prestadores de serviço.

Entre os veranistas entrevistados, é notório pela condição sócio-econômica que todos possuem outra casa própria, sendo essa moradia em outro local da cidade, ou até mesmo cidades vizinhas. Nesta busca, em compreender a percepção experimentada dos problemas relacionados à erosão, pude observar captar de outro desenho, o olhar de outro jovem veranista, morador de Campos dos Goytacazes, que durante a nossa conversa declarou que se considera morador de Atafona, motivado especialmente, segundo ele, após o início da pandemia de Covid-19.

Desenho 2 - Intervenções e possibilidades para erosão em Atafona – II.



Fonte: Interpretações por desenho realizadas por veranista durante as entrevistas em 2020.

Buscando observar os aspectos perceptíveis da sua compreensão do ambiente considerando os sentidos em relação ao fenômeno erosivo em Atafona, fui identificando os pontos mais fortes da narrativa do jovem veranista. Dentre elas, destaquei as seguintes:

- *“Não temos como prever a natureza”*
- *“O ser humano é apegado à sua história”*
- *“Aqui não é um lugar para a população viver porque ele é instável”*
- *“Este problema infelizmente é só da gente que vive perto dele”.*
- *“Vamos ter que procurar outro local de moradia”*
- *“O mundo está em erosão”*

Observei, assim como no desenho anterior, a presença de uma estrutura ambiental, que simula movimentos tentando compreender o comportamento dos elementos como as marés, o fluxo do rio, a movimentação das águas naquele espaço. Este desenho não incorporou a presença da população e outros componentes vivos, exceto o rio, o mar e uma ilha (Ilha do Pessanha) que pertence ao município vizinho de São Francisco do Itabapoana.

No que tange sua relação com o ambiente, os aspectos destacados na narrativa do jovem veranista apontam fatores importantes na sua descrição perceptiva, além das questões voltadas ao sentimento de pertencimento e o afeto em relação ao ambiente, percebe uma variedade de elementos em torno, como os possíveis equívocos na ocupação do ambiente, destacando as características do solo arenoso da região, a falta de apoio (governamental?) de quem não vivencia tal realidade, sofrendo isoladamente cada um à sua maneira, e envolve com isso, uma difícil decisão de mudança de local de moradia/veraneio, tema este que parece assustar a reflexão de moradores e veranistas. Por fim, ao relaciona que o mundo está em erosão, terminando por ampliar a questão para as mudanças climáticas globais, e as demais

catástrofes sociais que assistimos na ocorrência de outros eventos e ambientes pelo mundo.

Apesar de considerar a singularidade das reações adaptativas, retomo algumas referências (FAVERO; SARRIERO; TRINDADE, 2014) no sentido que precisamos estar atentos a fenômenos que geram alto grau de estresse e provocam consequências/reações psicológicas nos envolvidos. É neste sentido conforme destaque no meu levantamento bibliográfico, os estudos de alguns autores que fornecem subsídios para a construção de estratégias que minimizem problemas socioambientais e implementem programas de educação e comunicação, para assegurar a participação dos atores envolvidos no processo de gestão ambiental (ALMEIDA; SCATENA; LUZ, 2017).

Dando prosseguimento, entre as principais questões observadas está a forma de habitar e se relacionar com o espaço, a percepção das mudanças ambientais, o ritmo de vida, a nostalgia dos bons tempos vividos no passado, e a mobilização social para enfrentar a erosão marinha. Entre outras ações adotadas pelos veranistas, nota-se um envolvimento político um pouco mais organizado, elencando a participação coletiva dos afetados na busca por cobrar soluções junto aos órgãos públicos.

Nessa dinâmica de organização e enfrentamento dos conflitos desencadeados neste processo, outra tentativa de adaptação colocada pelos veranistas da praia de Atafona, já debatida anteriormente, que trata da ação civil pública, com o pedido de indenização de R\$ 100 milhões por danos ambientais.

Conforme citado anteriormente, em relação à participação dos veranistas afetados, nota-se maior envolvimento e participação dos afetados através do coletivo SOS Atafona na busca por soluções para o enfrentamento da erosão costeira e avanço das dunas. Essa possibilidade de aproximação da população, junto aos espaços de participação e controle social, foram observadas durante os itinerários da pesquisa.

Nos últimos anos, a discussão a respeito da participação tem se intensificado com o crescente reconhecimento do seu papel no processo democrático (BOBBIO, 2010) acumulando, um conjunto considerável de abordagens em torno deste tema.

Essa percepção das formas menos institucionais de participação, deve estar mais atenta às desigualdades de acesso as políticas e as impotências presentes no campo político. Além disso, na luta por direitos de cidadania e valorização das diferenças, segundo Teixeira (2001, p.5) a participação pode apontar um aspecto mais expressivo-simbólico, sendo que nesta dimensão a identidade e as diferenças dos grupos sociais se tornam visíveis para o conjunto da sociedade.

No caso dos veranistas, outros vínculos demarcam este cotidiano, como no caso dos aspectos simbólicos e de memória ligados a sociabilidades das casas de vilegiatura (CUNHA, 2007). Do ponto de vista de quem a visita, Atafona é percebida como um lugar de “clima privilegiado” e de propriedades terapêuticas, algumas associadas às areias monazíticas e à alta concentração de iodo. Segundo Cunha (2007, p. 80), “as práticas sociais cotidianas desenvolvidas por essas famílias no balneário compõem um repertório variado de formas de convivência ou formas de “estar junto” buscando atividades recreativas que se destinam a passar o tempo, à distração, enfim, ao entretenimento”.

Nesse sentido, em relação aos moradores da “Baixada”, os veranistas apresentam vínculos correlacionais, com diferenças simbólicas no modo de frequentar e habitar o balneário de Atafona. Apesar da proximidade entre os moradores da “Baixada” e os vizinhos veranistas da praia de Atafona, durante a experiência dos itinerários percorridos na pesquisa, observei estratégias diferentes, para o enfrentamento dos problemas ambientais provocados na região. A singularidade dos modos de enfrentamento exercidos nas estratégias dos moradores, soma-se às ações dos veranistas que atuam no campo político, conferindo uma disputa no campo das políticas públicas. Caminhando e observando as pessoas na sua experiência, fui construindo o meu mosaico perceptivo.

Por outro lado, reconhecer e decodificar tais ações e estratégias desenvolvidas a partir da experiência observada exigiu uma aproximação lenta e sensível dos grupos pesquisados. Afinal, o assunto erosão é um tema difícil para algumas pessoas considerando as perdas e traumas de um passado nem tão distante.

3.6 Ambiente de disputas: O “Complexo Industrial Portuário do Açú”

Outra grande ação humana empreendida na região, apontada por moradores, veranistas relacionadas com o fenômeno erosivo na região de Atafona, trata-se das obras realizadas na construção do Complexo Portuário do Açú.

No final da década de 1970, a cidade vive outro momento econômico com a descoberta do petróleo, recebendo *royalties* por ser município limítrofe aos campos produtores de petróleo, tornando-se definitivamente produtor a partir do ano de 2000. A economia do petróleo ganha protagonismo na região, alterando novamente a relação com o ambiente, incluindo agora o território marinho, além do continente. Essa realidade transformou especialmente a dinâmica de vida dos pescadores artesanais, agricultores rurais, assim como toda a população.

Imagem 9 - Intervenção ambiental – Visão Panorâmica do Porto do Açú.



Fonte: Google Earth (2020).

Distante alguns quilômetros da foz de Atafona, o Complexo Portuário do Açú simboliza a disputa do ambiente, através de outras lutas e resistência na planície. Revendo alguns detalhes de toda a gênese deste processo histórico-político da implantação do Porto do Açú, encontra-se uma análise bem elaborada deste processo nos estudos do professor Roberto de Moraes Pessanha, onde considera que a implantação do Porto do Açú foi através de um dos mais graves e criminosos esquemas de desapropriações de terras, promovido pelo governo do Estado do Rio de Janeiro, aos interesses do

empresário Eike Batista, onde um grande número de famílias de agricultores rurais perderam suas terras.

Ainda segundo Pessanha (2020) por conta do fim do uso rural destas e outras terras em São João da Barra, a produção agrícola na região caiu de cerca de 185 mil toneladas em 2009, para 30 mil toneladas em 2015, com uma redução de 84%.

Longe um pouco da região foco da pesquisa, a história de luta destes agricultores rurais parece infelizmente perdida na memória regional, especialmente no que tange ao processo de legalização dos licenciamentos ambientais e os esquemas de desapropriações.

À exceção de uma moradora de São João da Barra, bastante conhecida de alcunha Dona Noêmia que se mantém até o momento atual, como uma das principais lideranças dos produtores rurais, tendo papel importante desde 2009, no processo de resistência a retirada das famílias.

Apesar deste não ser foco desta pesquisa, optei por destacar que além do terminal portuário para exportação de minério de ferro e, de projetos vinculados a cadeia do petróleo, o Porto reúne um conjunto de outros negócios como a geração de energia. De acordo com o mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil²⁰ numa perspectiva ampliada, considera-se que a chegada do Porto gerou uma disputa conflituosa entre os produtores rurais da região, especialmente no que tange a fragilidade no processo de licenciamento ambiental do Complexo Industrial Portuário do Porto do Açu que colocou em risco comunidades de 32 municípios dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro (PORTO; PACHECO; LEROY, 2013).

Segundo alguns pesquisadores, trata-se de um latifúndio de quase (1/4) das terras de todo o município (DE OLIVEIRA; PESSANHA, 2019). O que ressignificou desigualmente a correlação de forças entre os indivíduos e os empreendimentos econômicos. Neste sentido, estes autores destacam do ponto de vista social, que a gênese político-econômica do Complexo Portuário do Açu até o momento trouxe mais traumas que benefícios.

²⁰ Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/publicacoes/>

Outra percepção observada nas narrativas dos entrevistados deste trabalho associa a aceleração do fenômeno erosivo á partir da construção das obras do Complexo Industrial Portuário do Porto do Açú.

“Quando perguntei ao professor especialista no assunto, em reservado ele disse: tem grandes chances deste Porto ter acelerado a erosão na região de Atafona, grande chance não, cientificamente eles aceleram, mas é gente grande né, o porto do Açú é coisa muito grande!” (V,B. moradora de Atafona).

Vale ressaltar que a erosão na praia de Atafona antecede a chegada do Complexo Industrial Portuário do Açú. Trata-se neste caso, da percepção dos seus moradores e veranistas de uma aceleração do fenômeno erosivo nos últimos anos, associada à chegada do Porto.

Segundo um dos representantes do coletivo SOS Atafona, como tentativa de contenção da erosão, cogitou-se a utilização de coroloques que foram utilizados na construção do Porto do Açú, para a construção dos espigões na praia de Atafona. Em entrevista, a colaboradora citou que estes coroloques foram doados pelo Complexo Portuário. No entanto, os custos com o transporte (Do porto até a praia) e implementação das obras ficaram a cargo dos interessados, no caso do coletivo SOS Atafona. Sendo assim, considerando os custos da obra, o projeto não seguiu adiante.

Por fim, na opinião de alguns interlocutores entrevistados, aponta-se o desinteresse e a falta de vontade política, além de uma demora na realização de obras para a contenção da erosão, especialmente quando comparada a outras cidades vizinhas como Marataízes e Conceição da Barra, ambas no Estado do Espírito Santo, foram apontadas como experiências “exitosas” na resolução da erosão costeira.

3.7 Propostas e Intervenções

A preocupação com os efeitos do aumento do nível do mar no Brasil, considerando as enchentes aumentando de 300% para 900% em alguns lugares, em comparação com 50 anos atrás, tem provocado alguns estados a investir urgentemente em infraestrutura natural e prioridades de conservação e proteção para os ecossistemas costeiros (LYRA, 2021).

Conforme o engenheiro Marco Lyra (2021), denominado especialista em obras de proteção costeira, para aumentar a capacidade de resiliência das comunidades costeiras e suas respectivas infraestruturas, a utilização de Sandbags²¹ apresentam resultados positivos na recuperação natural da praia com erosão. Utilizados em obras de grande infraestrutura, os geossintéticos consistem em uma ampla família de produtos, sendo as geobags, grandes bolsas de geotêxtil, aplicadas em proteção ambiental, no gerenciamento de resíduos sólidos e em contenção marinha.

Fotografia 32 - Utilização de Geobags.



Fonte: Nakamura (2020). Foto: ArliftAtoz2205/shutterstock.

Para o engenheiro civil, toda a vantagem da solução construtiva se explica por propriedades, como a facilidade e a rapidez de aplicação, a estabilidade e a alta resistência para armazenar sedimentos, além da redução significativa de custos na comparação com soluções convencionais.

Em outros estados como Alagoas e Espírito Santo, foram construídas experiências pioneiras com a utilização destes dissipadores de energia.

²¹ O dissipador de energia Sandbag funciona como um anteparo que contém o avanço do mar no local da erosão, dissipando a energia do trem de ondas que incide sobre sua estrutura reduzindo sua velocidade, e com isso promovendo a recuperação do perfil da praia no local da intervenção. A estrutura utilizada fica enterrada, garantindo o acesso à praia natural recreativa, o resultado é um baixíssimo impacto ambiental na paisagem e no meio ambiente (SOUZA,2020). Disponível em: https://www.aprh.pt/rgci/pdf/rgci-302_Souza.pdf. Acesso em: 20 jun. 2021.

Segundo Lyra (2021) todas elas em condições completamente distintas do ponto de vista geográfico, geológico, morfológico e hidrodinâmico, o resultado foi a contenção do avanço do mar sem transferir o processo erosivo a áreas adjacentes, a recuperação da praia com a recomposição do perfil devido à engorda natural e a facilitação do acesso da população à praia natural recreativa.

No entanto, existem cuidados a serem tomados na execução como a escolha do produto e a qualidade da costura, que devem resistir a elevados esforços de tração. Além disso, são necessários cuidados desde o dimensionamento da estrutura, até o enchimento e colocação. “As costuras e sobreposições são os pontos mais frágeis, logo, o ideal é que elas sejam limitadas e pré-fabricadas tanto quanto possível”, explica Marco Lyra (2021).

Fotografia 33 - Utilização de SANDBAG.



Fonte: D'Pádua (2020). Foto: Jadson D'Pádua.

Desse modo, para Lyra (2021) para controlar a erosão costeira, e aumentar a capacidade de resiliência das comunidades e suas respectivas infraestruturas é necessário, restaurar e proteger os amortecedores costeiros naturais, investir em resiliência antes que ocorra o desastre, e melhorar a resiliência da infraestrutura física.

Apesar dessa estratégia de proteção para os sistemas costeiros, visando recuperação da praia e reduzir os custos de desastres futuros, observou-se que essa proposta não está sendo debatida oficialmente nos espaços de construção da política pública, seja municipal, estadual e federal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É desafiante a empreitada na busca por relacionar aspectos ligados à percepção ambiental, considerando a experiência e o aprendizado da população diretamente afetada. No presente trabalho, optei por contribuir para o aprofundamento dos dramas psicossociais decorrentes da relação de enfrentamento às mudanças ambientais em Atafona, com foco na erosão.

Nas cidades brasileiras os efeitos devastadores dos eventos climáticos e ecológicos de grande magnitude, especialmente daqueles estabelecidos na interação pessoa-ambiente, termina por descortinar a dificuldade da população e dos gestores públicos na busca por políticas eficazes ante ao desequilíbrio das ações humanas. Considero este cenário uma receita para possíveis desastres ambientais, frente ao eventos climáticos extremos.

A meu ver, se considerarmos as estratégias e os modos de resistência de moradores do distrito de Atafona, não faltariam esforços na solução da erosão costeira. Enquanto essa solução não vem, a dinâmica presente neste evento erosivo vai gradativamente tragando ruas e casas, bem como parece envolver aqueles que ali convivem numa relação de afeto e pertencimento com o lugar.

Visto assim, a evidente destruição de casas e patrimônios públicos e privados, concebe apenas as primeiras impressões de um mosaico de convivências, de lembranças, de formas de sociabilidades, afetos e memórias de tempos felizes vividos no lugar. Porém, não menos doloroso é o sentimento no corpo e na alma dos efeitos de suas vidas erodidas, aos poucos, junto às suas memórias, afetos, e bens materiais perdidos.

Compreender o entrelaçamento dessa transformação ecossistêmica no cotidiano de luta e nos modos de vida dos moradores e veranistas, na “linha de frente” erosiva em Atafona, permitiu a minha reformulação dos conceitos já trabalhados na compreensão sobre a temática das mudanças socioambientais. Foi preciso expandir os estudos em busca de novas interlocuções teóricas, indagando as possibilidades da abordagem interdisciplinar, e indo além do campo da psicologia e sociologia, sendo áreas mais próximas da experiência de quem escreve este trabalho.

Conforme articulado e debatido a partir de pesquisas de diferentes autores, no que tange aos aspectos da erosão costeira no estado do Rio de Janeiro, preocupa-me o fato de todo o município de São João da Barra/RJ estar erguido sobre um grande cordão arenoso. Quais os perigos físicos e sociais associados à erosão e a perda de vazão das águas do Rio Paraíba do Sul, no cenário de mudanças?

Durante anos essa dinâmica do ambiente vem marcando a vida das pessoas que moram, veraneiam, e visitam a praia de Atafona. Podemos começar pela ideia de que este problema não diz respeito apenas aos moradores da praia, mas sim de todo o distrito de Atafona e da cidade de São João da Barra/RJ.

Desponta nesta ambiência, outros conflitos de dimensões subjetivas, relacionados às incertezas sobre o futuro do “lugar”, um tipo de angústia se considerarmos este lugar sempre em movimento, ou seja, (a angústia do próximo) que está ao lado da “linha de frente”. Outras questões importantes relacionadas ao envolvimento e vínculo emocional dos moradores, captadas através das narrativas como de uma moradora que diz: “ao longo desses anos fui perdendo meus “cantinhos preferidos”, remete a dimensão simbólica de apego, e sentimentos de pertencimento com o lugar.

Conforme destacado durante o trabalho, além dos fatores acima mencionados, notou-se em alguns casos relatos de fadiga mental, pela dificuldade em conseguir dormir; a sensação de medo devido a algum evento inesperado, especialmente em dias de fortes chuvas; angústia em esperar a erosão e a conseqüente desvalorização do imóvel; a memória, frustração e indignação na demora por soluções para o problema do avanço do mar e das dunas.

De forma gradual, a dinâmica erosiva que ocorre ao longo da linha da costa, não desgasta apenas a praia, ruas, moradias e comércios, a erosão circunscreve o cotidiano de vida dos moradores, veranistas e visitantes, imprimindo uma relação conflituosa na compreensão das causas e efeitos das mudanças ambientais.

Desta forma, destaca-se como resultado que há conflito de entendimentos, em relação com o acelerado avanço do mar, incluindo na compreensão da formação da região do Delta do Rio Paraíba do Sul. Essa

dinâmica excepcional em Atafona, assim como as intervenções humanas (com ênfase nas suas relações sócio-históricas), ao longo dos anos, emana costuras explicativas parciais, que segundo Pitrez (2014) não deveriam ser vistas de maneira estática, pois elas estão abertas para novos ângulos e movimentos. A perda dos “cantinhos”, percebidos como de lugares especiais de vivência e convivência para seus moradores, ocupa destaque nessa costura.

A exemplo dos veranistas com quem tive contato e a oportunidade de conviver, como resultado da pesquisa é importante ressaltar, que a criação de vínculos com um lugar não está relacionada apenas ao local de nascença, morada e trabalho, mas sim às relações que cada sujeito carrega em seus distintos itinerários em curso entre morar e viajar.

Através de distintos sentimentos de pertencimento os veranistas, colaboradores da pesquisa, também imprimem a sua relação rítmica com o lugar, suas percepções e experiências. Como, por exemplo, a perda de três ou mais moradias, em alguns dos casos aqui analisados, neste intenso processo de apropriação e reapropriação dos espaços, seja de moradia, convivência e comércio, demarcam essa relação de afeto e apego com o lugar.

Além disso, observa-se o conjunto de ações preventivas com base nos arranjos pessoais e modos de resistência dos moradores afetados. Foi possível refletir algumas ações e intervenções das políticas públicas destinadas a oferecer respostas às famílias.

Ficaram algumas perguntas: somos capazes de domesticar uma cidade construída sobre a foz de um Rio? Existe uma percepção “gradual” do fenômeno, com base nesta ocorrência “gradual” da erosão, que impede uma compreensão abrangente das possíveis causas e soluções para o problema? Desse modo algumas reflexões foram em torno das expressões desse fenômeno no cotidiano e modos de vida dos colaboradores, sendo complementadas a partir da análise das políticas de proteção social colocadas (ou não) em prática

Durante o período de pesquisa nas proximidades da “Baixada”, não foram observadas articulações da rede municipal de assistência social com as ações colocadas em práticas pelos moradores pesquisados.

Apesar das motivações em compreender como as políticas sociais de Assistência Social atuam frente às famílias atingidas pela erosão, procurei

maiores esclarecimentos através de contatos com técnicos do CRAS - Centro de Referência da Assistência social, localizado na Rua Jorge Moreira da Costa, n. 16, Atafona. No entanto, já durante o período da pandemia de Covid-19, durante às três tentativas realizadas não obtive retorno. Notou-se que as narrativas recolhidas dos colaboradores da pesquisa não apontaram proximidade de ações específicas de acolhimento e monitoramento, desenvolvidas pelos equipamentos socioassistenciais como os CRAS e CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

Compreendo que tal articulação pode produzir saberes indispensáveis na condução das políticas públicas de resposta a situações de risco de desastres. Daí a importância de integrar os esforços para encarar os impactos psicossociais e promover o entendimento dos processos vividos. Dito isso, precisamos considerar a nossa capacidade de mudança de percepção, tão importante para superar a ideia de manipulação da natureza que produz desequilíbrios ambientais.

Afinal, a dinâmica do território brasileiro revela que são frequentes os conflitos e as disputas territoriais. Especialmente na perspectiva das camadas mais pobres que sofrem diariamente com as dificuldades de consolidar o direito de morar e conquistar o seu espaço na malha urbana das cidades. Por vezes, as dificuldades da vida somam-se ao abandono ou ineficiência das ações do Estado, sendo o articulador responsável por imprimir uma agenda de compromissos e respostas que possam melhorar a qualidade de vida dos afetados.

Observando aspectos da relação pessoa-ambiente, frente à erosão costeira em Atafona, esta pesquisa aponta um mosaico perceptivo sobre as principais mudanças e interferências ambientais, alertando para o desmatamento dos manguezais, o aterramento e loteamento das restingas, as ocupações irregulares em áreas de proteção ambiental, a transposição do rio Paraíba do Sul e seus afluentes, o represamento das águas, e a consequente redução da vazão e a diminuição de sedimentos na foz do delta do Paraíba do Sul.

A síntese dos resultados revela, para além da compreensão das questões ambientais, a leitura crítica das intervenções humanas realizadas ao longo dos anos, que contribuíram para acelerar o fenômeno erosivo, bem como

o conjunto de limitações e dificuldades das instituições públicas responsáveis em dar respostas aos afetados.

A compreensão dos fenômenos apontados acima a partir da vivência/experiência dos moradores afetados revela uma pluralidade de sentidos, visões em movimento, que variam conforme os perfis socioculturais e as dinâmicas socioambientais, passando pelas diferentes formas de percepção em relação às ameaças do território, até o envolvimento e a participação social nos espaços de decisão. Diante das ações políticas observadas é preciso considerar os saberes produzidos nesta relação com o ambiente.

A meu ver, este estudo observa ainda nas entre linhas do mosaico perceptivo, desvelado nas estratégias de enfrentamento dos colaboradores, que os efeitos das mudanças ambientais do contexto de pesquisa, parece apontar uma revivência de situações desagradáveis, que do ponto de vista aos possíveis danos à saúde mental, gera ansiedade, transtorno de estresse, estado de alerta, fadiga mental, insônia e possíveis distanciamentos sociais.

Sendo assim, esse agravamento da situação de vulnerabilização das comunidades na “linha de frente” da erosão, requer apoio de políticas públicas e ações para lidar com a singularidade da experiência vivida. Para uma compreensão assertiva nesta dimensão, é preciso escutar as vozes dos envolvidos no contexto de estudo, que permite não apenas uma análise crítica dos limites das políticas sociais voltadas a atender a população, como demanda cada vez mais aprofundar a discussão político-sócio-espacial acerca da produção de conhecimento neste campo do saber (VALÊNCIO; SIENA; MARCHEZINI, 2011).

Ao pesquisar a realidade de protagonistas de lutas e movimentos sociais, o cientista social Boaventura de Souza Santos (2009) sugere que tais formas de resistência precisam desenvolver articulações entre as experiências subalternas de todo o Sul, na forma de uma “ecologia de saberes”, pautada no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos e em interações dinâmicas e sustentáveis. Significa reconhecer a existência de uma pluralidade de conhecimentos, além do conhecimento científico, eurocêntrico e hegemônico, encontrado por vezes na experiência de vida dos colaboradores pesquisados (SANTOS, 2009).

Assim, existe a necessidade de um pensamento outro, uma descolonização dos saberes científicos (MIGNOLO, 2003) que esteja atenta à colonialidade do poder e subjugação de diversas formas de conhecimento a uma única forma racionalizada e europeia. Por isso, o exercício de compreender o debate entre as relações socioambientais, considerando percepção da experiência dos moradores afetados, ou seja, como a pessoa interpreta os mecanismos perceptivos e sensitivos, indispensáveis, a meu ver, no processo de pesquisa pelo conjunto de transformações ambientais em Atafona.

No campo da psicologia ambiental distintas abordagens oferecem subsídios para reflexão sobre o tema de pesquisa. Neste sentido, este trabalho considerou as formas de conhecimento espaciais, contemplada na percepção dos processos pelos colaboradores e aprendidas na interação com o seu meio físico e social.

A cognição ambiental, compreendida através das experiências e formas de conhecimento espaciais, compõe um processo psicológico que diz respeito à forma como o ser humano organiza, armazena, e usa o conhecimento, tendo a percepção e os órgãos dos sentidos como os mediadores (HIGUCHI; KUHNEN; BONFIM, 2011). Talvez seja a diferença em relação a outras pesquisas que não levam isso em conta. Nesse sentido, a diversidade / heterogeneidade das experiências são atravessadas de diferentes aspectos, tais como: o acesso à informação, habilidades pessoais, valores e significados incorporados culturalmente, além das características cognitivas, sociais ou afetivas.

Mesmo considerando a experiência vivida no ambiente de pesquisa, tendo a atitude fenomenológica como recurso na busca dos sentidos revelados pelos colaboradores, em alguns casos, encontrei algumas dificuldades para captar os aspectos mais subjetivos decorrentes da percepção construída na relação pessoa-ambiente.

No que coube compreender as ações em busca por permanência no lugar, foi possível constatar o esforço de colaboradores que contratam caminhões carregados de pedras para despejá-las em frente à sua casa, numa tentativa de continuar resistindo (considerada, objetivamente, “em vão”, mas eles o fazem, com fé) e seguem existindo através da pesca e da venda do seu

peixe. Fazem isso mesmo que seja preciso enfrentar as forças das águas do mar, dos rios, dos ventos e da areia. Poderia diferir se houvesse cooperação pública e institucional neste processo de construir soluções? Acredito que essa articulação poderia produzir saberes indispensáveis na condução das políticas públicas de resposta à situação de risco de desastres.

Falar do tempo presente, do passado e do futuro, resgata memórias, emoções e angústias na experiência singular de alguns colaboradores. Ser confundido como jornalista, produtor de mídia, ou algum agente público em alguns casos impediu uma aproximação mais dinâmica com algumas pessoas procuradas para entrevista. Com o decorrer do tempo no campo de pesquisa, algumas dificuldades foram sendo superadas, dando espaço a momentos de maior confiança e interesse em compartilhar as experiências.

A compreensão dos aspectos psicossociais entre os colaboradores da pesquisa, revela que entre as distintas manifestações psicossociais, encontra-se a insegurança, a piora na qualidade de vida, os transtornos do sono, a angústia e os temores de perder o local de moradia, comércio e veraneio, juntamente com a sua história biográfica.

Considerando as ações de resposta observadas, os resultados obtidos na pesquisa demonstram que o desenvolvimento de políticas públicas deve considerar as vozes dos afetados, o que não define o entendimento da comunidade na totalidade, mas aponta elementos como a necessidade de uma conduta ética, afetiva e efetiva por partes dos gestores locais.

Nesse sentido, é preciso reconhecer, como aponta Valêncio (2009. p.5) que o desastre é, antes de tudo, o fenômeno de constatação pública de uma vulnerabilidade relacional na relação do Estado com a sociedade diante o impacto de um fator de ameaça que não se conseguiu, a contento, impedir ou minorar os danos e prejuízos. A autora citada acima sinaliza que a compreensão dos desastres para a sociologia focaliza centralmente a estrutura e a dinâmica social que, num âmbito multidimensional e de escalas diversificadas, dá ensejo a variadas interpretações acerca das relações sociais territoriais, institucionais e historicamente produzidas.

No que tange às Políticas Sociais como um campo de disputas, especialmente no que se refere as ações de resposta aos afetados, a participação nos espaços de decisão e o controle social dos envolvidos poderia

fortalecer as suas demandas e reivindicações, imprimindo novos 'nuances' no gerenciamento das dificuldades impostas.

Além disso, no mínimo a proteção social, que diz respeito a uma série de garantias para a redução das fragilidades e riscos de ordem social, política e econômica, precisa garantir o apoio psicossocial para as famílias afetadas.

Desse modo, considera-se que a análise conseguiu manter um olhar atento às questões multidimensionais ligadas aos desastres, destacando a importância de se debater os desafios que se colocam para a sociedade, e para diversos profissionais, seja da sociologia, psicologia, história, arquitetura-urbanismo, geografia, engenharia, além de outros especialistas.

Além disso, pode se somar as históricas dificuldades dos agentes públicos em avaliar, fiscalizar e dar respostas aos casos de vulnerabilização institucional (estratégica?), que se apresentam.

Evidenciar o envolvimento social cotidiano frente a algumas estratégias e mecanismos de resistência dos diferentes atores no processo de intervenção, e na compreensão das políticas sociais, torna-se importante estratégia de debate na busca por identificar os limites na interlocução entre afetados e agentes públicos responsáveis em desenvolver ações de resposta às famílias.

Para tanto foi preciso compreender para além dos ciclos econômicos citados e as atividades industriais, na região do baixo curso do Rio, ligadas ao rio Paraíba do Sul, através das grandes intervenções como barragens, reservatórios, estruturas de geração de energia, túneis e canais. Acidentes ambientais históricos como o rompimento de barragens e a consequente poluição do Rio expõe uma "cicatriz" na vida de alguns moradores, especialmente dos pescadores que observam o desaparecimento das espécies de peixe, bem como na vida de outros municípios que dependem das águas do Rio Paraíba do Sul, como no caso de São Fidélis/RJ.

Neste sentido, é indispensável estimular a reflexão sobre as percepções ambientais, especialmente quanto aos resultados da soma dessas intervenções ao longo do tempo. Em especial das populações mais vulneráveis e que vivem no limite radical com o ambiente em transformação, como no caso, a erosão costeira/marinha e os riscos de alagamentos e inundações associados, em Atafona e região. No entanto, a adoção do olhar fenomenológico não esgota as possibilidades da pesquisa ambiental

perceptiva, mas de acordo com Souza (2017, p.313) “pode abrir caminhos para formas menos convencionais de construção do conhecimento a respeito das relações entre os seres humanos e o meio ambiente”.

É neste contexto de observação entre as relações socioambientais, que constatei ações preventivas com base em arranjos pessoais — como a observação diária da maré, verificando a proximidade das águas do mar com as casas durante a noite — e em modos de resistência dos moradores afetados, que buscam, a seu modo, preservar uma pequena parte da área de vegetação ao redor de suas casas, importante para a preservação da restinga e manutenção da areia da praia.

Entre os modos de enfrentamento das famílias afetadas e os processos de vulnerabilização socioambiental, emerge nesta relação cenários de resistência e ações traduzidas nas lutas dos moradores e veranistas para permanecer no local. Neste sentido, a população local de pescadores e veranistas carrega sentimentos e emoções a respeito da história vivida antes, durante e após a perda da moradia. Neste sentido, a erosão causa impacto no campo dos sentimentos e no campo das emoções daqueles que ali vivem ou viveram. As tramas perceptivas reconhecidas a partir dos relatos dos colaboradores da pesquisa apontam habilidades ambientais e processos psicossociais de superação que nascem dessa relação pessoa-ambiente, desvendando suas trilhas interpretativas a partir da percepção e estratégias de enfrentamento às mudanças socioambientais.

Compreendo que o processo de aprendizado refletido nas distintas maneiras como nos organizamos para dar conta da nossa existência, evoca para um compromisso social e ambiental no intuito de gerar articulações políticas locais e regionais, no intuito de promover a melhoria do bem-estar e a qualidade de vida das pessoas. Como prioridade podemos começar reconhecendo os aspectos negativos da nossa sociedade capitalista que atua com vigor no aquecimento global, na devastação das florestas, nos desvios e envenenamento das águas, do ar, da comida, nos conduzindo para uma catástrofe socioambiental. Afinal, não sabemos os verdadeiros riscos que corremos quando buscamos respostas simplistas para a compreensão das mudanças ambientais e climáticas.

Por fim, percebo que os assuntos debatidos na tese, nos mobilizam a compreender os comportamentos, os sentimentos, as estratégias, propostas e as políticas públicas, visando refletir a experiência de vida de pessoas afetadas considerando as dimensões da percepção ambiental no que consiste a capacidade de sensibilização, participação e autonomia da população na gestão das suas fragilidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, H. Justiça ambiental e construção social do risco. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Paraná, n. 5, p. 49-60, 2002.
- ACSELRAD, H. (org.). **Conflito social e meio ambiente no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FASE, 2004.
- ACSELRAD, H.; MELLO, C.; BEZERRA, G. **O que é Justiça Ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- ALMEIDA, R.; SCATENA, L. M.; LUZ, M, S. Percepção ambiental e políticas públicas - dicotomia e desafios no desenvolvimento da cultura de sustentabilidade. **Ambient. soc.** [s.l.], v. 20, n.1, p.43-64, 2017.
- ALVALÁ, R.; BARBIERI, A. Desastres Naturais. *In*: NOBRE, C, A.; MARENGO, J, A. (orgs). **Mudanças climáticas em rede**: um olhar interdisciplinar. São José dos Campos, SP: INCT, 2017, 608p.
- AMATUZZI, M. M. Pesquisa fenomenológica em Psicologia. *In*: BRUNS, M. A. T.; HOLANDA, A. F. (orgs.). **Psicologia e fenomenologia**: reflexões e perspectivas. Campinas: Alínea, 2003.
- ANDRADE, C.; HOLANDA, A. F. Apontamentos sobre pesquisa qualitativa e pesquisa empírico fenomenológica. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 27, n. 2, p. 259-268, 2010.
- AQUINO, C. **Minhas Histórias de São João da Barra**. São João da Barra – RJ: Cultura Goitacá Editora, 1997.
- ARGENTO, M.; COSTA, D. Os impactos sócios-ambientais da praia de Atafona – litoral Norte Fluminense. ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA. 10. **Anais[...]**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- ARNALDO NETO. Manifestantes saem às ruas após Justiça liberar comemorações de 1964. **Jornal Online Folha 1**, Campos dos Goytacazes/RJ, Blog do Arnaldo Neto, 2019.
- ATAFONA sofre com o avanço do mar. **Jornal Online Folha 1**. Campos dos Goytacazes/RJ, Folha na Voz, 2019.
https://www.folha1.com.br/_conteudo/2019/03/na_foz/1246010-atafona-sofre-com-avanco-do-mar.html acesso em 27/04/2019
- AZEVEDO, M. V. H. **Atafona, patrimônio mar adentro**: formação, planejamento e destruição do balneário de Atafona – RJ. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) - Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes (RJ), 2004.
- BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BIRKMANN, J. (org.). **Measuring Vulnerability to Natural Hazards: Towards disaster resilient societies**. Tóquio: United Nations University Press, 2006.

BOBBIO, N. **Qual democracia?** São Paulo: Edições Loyola, 2010.

BRANDALISE, L. T. *et al.* A percepção e o comportamento ambiental dos universitários em relação ao grau de educação ambiental. **Gest. Prod.**, São Carlos, v. 16, n. 2, p. 273-285, jun. 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. **Panorama da erosão costeira no Brasil**. [Recurso eletrônico] Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental. Departamento de Gestão Ambiental Territorial; Organização Dieter Muehe. Brasília: MMA, 2018.

BULHÔES, E. **Relatório técnico n. 01 / 2018**. Campos dos Goytacazes/RJ: Geo Costeira - Universidade Federal Fluminense, 2018.

CANTER, D.; CRAIK, K. Environmental psychology. **Journal of Environmental Psychology**, v. 1, 1981.

CARVALHO, M. I. C.; CAVALCANTE, S.; NOBREGA, L. M. A. Ambiente. *In*: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. (orgs.). **Psicologia e ambiente**. Temas básicos em psicologia ambiental. São Paulo: EDUC, 2011.

CEPED - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISA E ESTUDOS SOBRE DESASTRES. **Capacitação dos gestores de Defesa Civil para uso do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres – S2ID**. Florianópolis: CAD UFSC, 2012.

COMPDEC - COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DE SÃO JOÃO DA BARRA. **Relatório da Defesa Civil - Área de Risco**. São João da Barra: Secretaria Municipal de Proteção e Defesa Civil de São João da Barra, 2019.

COSTA, A. P. F.; ROCHA, T. B. R. Evolução da linha de costa no flanco norte do delta do rio Paraíba do Sul (RJ) a partir de registros históricos. *In*: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA, 17. 2017. **Anais [...]**. Campinas/SP, 2017.

COSTA, M. O fim de São João Marcos: a cidade que foi inundada para abastecer o Rio. **Revista eletrônica TAB UOL**, Rio de Janeiro, 2021

COSTA, G. **Caracterização Histórica Geomorfológica e Hidráulica do Estuário do Rio Paraíba do Sul**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Oceânica) - COPPE/ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

CUNHA, J. B. **Atafona**: formas de sociabilidade em um balneário na região Norte-Fluminense. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal Fluminense, 2007.

DE OLIVEIRA, F. J. G., & PESSANHA, R. M. Os circuitos espaciais de produção do petróleo no Rio de Janeiro e em São Paulo: formação e integração da megarregião Rio-SP. **GEOgraphia**, 2019, p. 3-17.

DEL RIO, V; OLIVEIRA, L. **Percepção ambiental**: a experiência brasileira. São Carlos: UFSCar, 1999.

DRUMMOND, J. A. **Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro**: os parques nacionais do estado do Rio de Janeiro. Niterói, Eduff. 1977.

ELALI, G, A.; PINHEIRO, J. Q. Comportamento socioespacial humano. *In*: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. (orgs.). **Temas básicos em psicologia ambiental**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

FAVERO, E.; SARRIERO, J. C.; TRINDADE, M. C. O desastre na perspectiva sociológica e psicológica. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 19, n. 2, p. 201-209, abr./jun. 2014.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FORGHIERI, Y. **Psicologia fenomenológica**. São Paulo: Pioneira, 1993.

FORTUNA, C. Destradicionalização e imagem da cidade - o caso de Évora. *In*: _____. (org.). **Cidade, cultura e globalização**. Oeiras: Celta, 1997, p. 231-257.

FRAGELLI, T. B. O. Estresse ambiental. *In*. CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. **Temas Básicos em psicologia ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

GIFFORD, R. **Environmental psychology**: Principles and practice. Needham Heights, MA, US: Allyn & Bacon, 1987.

GIULIANI, M. V. O lugar do apego nas relações pessoas-ambiente. *In*: TASSARA, E. T.; RABINOVICH, E. P.; GUÉDES, M. C. **Psicologia e ambiente**. São Paulo: Educ, 2004. p. 89-106.

GOMES, R. S. **A Ilha, o Mar, e a “Cidade Debaixo d’Água”**: paisagens e mudanças ambientais em Atafona – RJ. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

_____. **Atafonias**: sentidos da paisagem em uma comunidade de pescadores do Norte Fluminense. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

GOMES, C. **Os refugiados ambientais de Atafona**. Rio de Janeiro, Projeto #Colabora Universidade, 2021.

GOOGLE EARTH. **Vista aérea do Porto do Açú**. Sistema online. U.S. Geological Survey NASA, 2020.

GUERRA, I. Cidadania, exclusões e solidariedades. Paradoxos e sentidos das novas políticas sociais. **Revista Crítica das Ciências Sociais**, n. 63, 2002.

GUNTHER, I. A. Pressão Ambiental (Environmental Press). *In*. CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. **Temas Básicos em psicologia ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

HARTT, C. F. **Geografia e geomorfologia física do Brasil**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1941.

HEBEL, M. R, M.; VESTENA, C. L, B. Fenomenologia: a percepção ambiental como objeto de construção à educação. **Revbea**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 67-78, 2017.

HIGUCHI, M. I. G; KUHNEN, A; BONFIM, Z. Cognição ambiental. *In*: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. (Orgs.). **Temas básicos em psicologia ambiental**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Base cartográfica vetorial contínua do Brasil ao milionésimo – BCIM**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias>. Acesso em: 21 jun. 2020.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE cidades**. 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-joao-da-barra/panorama>. Acesso em: 12 nov 2020.

INPH - INSTITUTO DE PESQUISAS HIDROVIARIAS. **Anteprojeto de proteção e restauração da praia de Atafona, SJB/RJ**. Rio de Janeiro: Secretaria de Portos, SEP, 2015.

KRENAK, A. **A vida não é útil**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KUHNEN, A.; HIGUCHI, M. I. G. Percepção ambiental. *In*: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. (Orgs.). **Temas básicos em psicologia ambiental**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

LAMEGO, A. R. M. **O homem e o brejo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro: Lidador, 1972.

_____. **A Planície do Solar e a Senzala**. Rio de Janeiro: Livraria Católica, 1934.

_____. A bacia de Campos na geologia litorânea do petróleo. "**Boletim**", n.0 113 da Divisão de Geologia e Mineralogia, Rio, 1944.

_____. **O Homem e a Restinga**. Rio de Janeiro: Editora Lidor, 1974.

LAWRENCE, R. J. Ecologia Humana. *In*: TASSARA, E. T. O.; RABINOVICH, E. P.; GUEDES, M. C. (eds.). **Psicologia e ambiente**. São Paulo: EDUC, 2004.

LEE, T. R. The perception of risk. *In*: ROYAL SOCIETY. **Risk assessment: A study group report**. London: Royal Society, 1983.

LIMA, A.B.M. A relação sujeito e mundo na fenomenologia de Merleau-Ponty. *In*: _____. **Ensaio sobre fenomenologia: Husserl, Heidegger e Merleau-Ponty**. Ilhéus, BA: Editus, 2014.

LUME, J. O homem e o espaço urbano. **Revista Portuguesa de Psicossomática**. Porto, Portugal, v.1, 1999.

LYRA, M. **Dissipador de energia: nova tecnologia para proteção costeira e recuperação de praias em Alagoas Brasil**. Blog do Marco Lyra, [s.l.], 2021.

MALAGOLI, M. A. S. Natureza e ambiente: o estudo dos desastres e a geografia, *In*: SIQUEIRA, A. *et al.* (orgs.); **Riscos de desastres relacionados à água: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos**. São Carlos: RiMa Editora, 2015.

MARANDOLA Jr.; HOGAN, D. J. Vulnerabilidade do lugar vs. vulnerabilidade sociodemográfica. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Belo Horizonte – MG, v. 26, n. 2, 2009, p. 161-181.

MARCHEZINI, V. *et al.*(org.). **Reduction of vulnerability to disasters: from knowledge to action**. São Carlos: RiMa Editora, 2017.

MARTINS, F. J. **História do descobrimento e povoação da cidade de S. João da Barra e dos Campos dos Goytacazes antiga Capitania da Parahyba do Sul e da causa e origem do levante denominado - dos Fidalgos - acontecido no meado do século passado**. Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia, 2019.

MELO, R. G. C. **A Comparison of English and Brazilian housing preferences in relation to the prototypicality hypothesis**. University of Surrey, 1987.

MELLO, G.S.; MACHADO, B.A.; ROCHA, T.B. Avaliação dos impactos da erosão costeira no distrito de atafona (rj), entre os anos de 2005 e 2016. *In*: SINAGEO - SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOMORFOLOGIA, 12. 2018. **Anais[...]**. Centro de Convenções do Cariri, Crato/CE, 2018.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MIGNOLO, W. **Pensamento liminar e diferença colonial**. In: Histórias locais, projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003. p. 79 – 133

MOSER, G. Psicologia Ambiental e estudos pessoas-ambiente: que tipo de colaboração multidisciplinar? **Psicologia USP**, São Paulo, v.16, n.1-2, p. 131-140, 2005.

MOREIRA, D. A. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

MUEHE, D.; LIMA, C. F.; LINS DE BARROS, F. M. Rio de Janeiro. In: MUEHE, D. (org.). **Erosão e progradação do litoral brasileiro**. Brasília, DF: MMA, 2006.

NORONHA, J. **Atafona**: sua história, sua gente. 2007. Campos dos Goytacazes: Academia Campista de Letras, 2007.

OLIVEIRA, F. J. G.; PESSANHA, R. M. Os circuitos espaciais de produção do petróleo no Rio de Janeiro e em São Paulo: formação e integração da megaregião Rio-SP. **GEOGRAPHIA** (UFF), Niterói, v. 21, p. 3-17, 2019.

OSCAR, J. **Introdução à História Literária de São João da Barra**. Niterói, RJ: Editora Mini Gráfica, 1972.

OSCAR, J. **Apontamentos para a história de São João da Barra**. Teresópolis, RJ: Mini Gráfica, 1977.

PATO, C. M. L.; CAMPOS, C. B. Comportamento Ecológico. In: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. (orgs.). **Temas básicos em psicologia ambiental**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

PESSANHA, R. M. Revendo alguns detalhes da gênese e do processo histórico-político da implantação do Porto do Açú. **Blog do Roberto Moraes**. Campos dos Goytacazes/RJ, 2020. Disponível em: <https://www.robertomoraes.com.br/2020/06/revendo-alguns-detalhes-da-genese-e-do.html>. Acesso em: set. 2020.

PESSANHA, R. M. Matéria sobre o Porto do Açú no Brasil Econômico/O Dia. **Blog do Roberto Moraes**. Campos dos Goytacazes/RJ, 2015. Disponível em: <http://www.robertomoraes.com.br/2015/05/materia-sobre-o-porto-do-acu-no-brasil.html>. Acesso em: mar. 2019.

PETRELLI, R. **Fenomenologia**: teoria, método e prática. Goiânia: UCG, 2004.

PINHEIRO, J. Q. Psicologia Ambiental: a busca de um ambiente melhor. **Estud. psicol.** Natal, v. 2, n. 2, 1997.

PITREZ, M. C. **"Calmaria" e "Alvorço" no encontro das águas**: ritmo e pertencimento entre pescadores e veranistas na praia de Atafona, RJ. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

PORTO, M. F.; PACHECO, T.; LEROY, J. **Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil**: o Mapa de Conflitos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

PRADO, F. S. **A Construção de Novas Territorialidades a partir da Implantação do Complexo do Superporto do Açú em São João da Barra-RJ**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas). Instituto de Ciências Humanas e Sociais- ICHS, Instituto de Tecnologia- IT e Instituto Multidisciplinar- IM, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2014.

PROJETO de contenção do mar em Atafona tem andamento. **Jornal Online Folha 1**, Campos dos Goytacazes/RJ, Folha na Voz, 2017.
https://www.folha1.com.br/_conteudo/2017/07/na_foz/1221681-projeto-de-contencao-do-mar-em-atafona-tem-andamento.html. Acesso em: 12 ago. 2017

RELPH, E. C. As bases fenomenológicas da Geografia. **Geografia**, Rio Claro, v.4, n.7, 1979.

REYES, G. Conclusions and recommendations for further progress. *In*. G. REYES, G; JACOBS, G. A. (Eds.). **Handbook of international disaster psychology**: interventions with special needs populations. Westport, CT: Praeg, 2006b. p. 141-149.

RIBEIRO, G. P. *et al.* Análise Espaço-Temporal no Suporte à Avaliação do Processo de Erosão Costeira em Atafona, São João da Barra (RJ). **Revista Brasileira De Cartografia**, Presidente Prudente (SP), v. 1, n. 56, p. 129-138, 2004.

RIBEIRO, G. P. **Complexo deltaico do rio Paraíba do Sul**: caracterização geomorfológica do ambiente e sua dinâmica recente. Projeto Atafona. Rio de Janeiro: UERJ, UFF, 2005.

RIBEIRO, G. P.; ROSAS, R. O. Mapeamento digital de Erosão em Atafona e Progradação em Grussaí, São João da Barra (RJ). **Geodésia Online**, v. 2, p. 1-2, 2006.

RIBEIRO, G. P.; BARTEL, B.F.; OLIVEIRA, C.S. Mapeamento digital da área urbana na frente erosiva em Atafona e progradacional em Grussaí, São João da Barra (RJ): impactos urbanos e ambientais. SEGET – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. 3. **Anais[...]**. Resende, 2006.

RIBEIRO, W. C.; LOBATO, W.; LIBERATO, R. C. Notas sobre fenomenologia, percepção e educação ambiental. **Sinapse Ambiental**, v. 6, n. 1, p. 42-65, 2009.

SANTAFÉ, H. **Atafona, vento nordeste**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1999.

_____. **Os Bares do Pontal**. São João da Barra: Gráfica Luartson, 2011

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais e uma ecologia de saberes. *In*: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, F. A. S. *et al.* Percepção ambiental e análise de desenhos: prática em curso de extensão universitária. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v.12 (2), 156–177, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.34024/revbea.2017.v12.2358>. Acesso em: 01 dez. 2020.

SEDEC. **Glossário de Defesa Civil**: Estudos de Riscos e Medicina de Desastres. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2009.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CURITIBA. Ateliês de projeto urbano. Universidade Positivo, Curitiba, 2010.

SILVA, O.P. **Mangue**. São Paulo: José Olympio, 1981.

SIQUEIRA, A. *et al.* (Orgs). **Riscos de desastres relacionados à água**: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos. São Carlos: RiMa Editora, 2015.

SIQUEIRA, L. C. Política ambiental para quem? **Ambient. soc.**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 425-437, 2008.

SJB. **Poder público desenvolve ações direcionadas à pesca**. Notícias. 2014.

Disponível em: <http://www.sjb.rj.gov.br/noticia-3098/poder-publico-desenvolve-acoes-direcionadas-a-pesca>. Acesso em: 10 jun. 2021.

SJB. **Audiência Pública sobre erosão costeira**. Notícias. 2019. Disponível em: <http://www.sjb.rj.gov.br/noticia-7357/audiencia-publica-sobre-erosao-costeira>. Acesso em: 12 jan. 2020.

SOFFIATI NETTO, A. A. Destruição e proteção da Mata Atlântica no Rio de Janeiro: ensaio bibliográfico acerca da eco-história. **Hist. Cienc. Saúde, Manguinhos**, v.4, n.2, p.309-328, 1997.

_____. A História da Lagoa Feia através da cartografia. SEMINÁRIO REGIONAL SOBRE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS. 4. **Anais [...]**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, Campos dos Goytacazes, RJ, 2014.

_____. O manguezal do rio Paraíba do Sul em Atafona. **Jornal online Folha 1, Outras Palavras**, Campos dos Goytacazes. 2017.

_____. Chuvas e cheias na região, há 10 anos e agora. **Jornal Online Folha 1**, Opiniões, Campos dos Goytacazes, 2018a.

_____. **A planície do norte do Rio de Janeiro antes e durante a ocidentalização do mundo**: três estudos de eco-história. Rio de Janeiro: Autografia, 2018b.

_____. Breve história da globalização ocidental e seus custos ambientais. **Ambientes - Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 2, n.1, 2020.

SOUZA, C. B. G., A contribuição de Henri Lefebvre para reflexão do espaço urbano da Amazônia, **Confins** [Online], 5 | 2009, Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/5633>; DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.5633>. Acesso em: 30 nov. 2019.

SOUZA, L. B. Percepção ambiental e fenomenologia: possibilidades de adaptação do método e alguns exemplos de pesquisas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente (DMA)**, Paraná, v.40, p. 297-314, 2017.

TASSARA, E. T. O.; RABINOVICH, E. P.; GOUBERT, J. P. O lugar da poética nas relações pessoa-ambiente. A casa da Barra Funda: uma arqueologia de um elo social em vias de desaparecimento. *In*: TASSARA, E. T. O.; RABINOVICH, E. P.; GUEDES, M. C. (eds.). **Psicologia e ambiente**. São Paulo: EDUC, 2004.

TEIXEIRA, E. **O local e o global** – limites e desafios da participação cidadã. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2001.

THIBAUD, J. P. O ambiente sensorial das cidades: para uma abordagem de ambiências urbanas. *In*: TASSARA, E. T. O.; RABINOVICH, E. P.; GUEDES, M. C. (orgs.). **Psicologia e ambiente**. São Paulo: EDUC, 2004. p. 347-361.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983a.

_____. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel. 1983b.

UNISDR. Terminology on Disaster Risk Reduction. *In*. **United Nations International Strategy for Disaster Reduction**, Geneva, Switzerland, 2009.

VALÊNCIO, N. Vivência de um desastre: uma análise sociológica das dimensões políticas e psicossociais envolvidas no colapso de barragens. *In*: VALÊNCIO, N; SIENA, M; MARCHEZINI, V; GONÇALVES, J, C. **Sociologia dos Desastres**: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: Rima Editora, 2009.

VALÊNCIO, N.; SIENA, M.; MARCHEZINI, V. **Abandonados nos desastres**: uma análise sociológica de dimensões objetivas e simbólicas de afetação de

grupos sociais desabrigados e desalojados. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2011.

VASCO, A. P.; ZAKRZEWSKI, S. B. O estado da arte das pesquisas sobre percepção ambiental no Brasil. **Perspectiva**, Erechim, v.34, n.125, p. 17-28, mar. 2010.

VIANA, L. F. **A cidade (re) conquistada: uma etnografia da invisibilidade de outros espaços urbanos**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra – Coimbra, 2010.

WHYTE, A. V. T. **Guidelines for fields studies in environmental perception**. Paris: Unesco, 1977.

WILCHES-CHAUX, G. La vulnerabilidad global. *In*: MASKREY, A. (org.). **Los desastres no son naturales**. Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1993.

ZAPPES, A. C.; OLIVEIRA, C. P.; DI BENEDITTO, M. P. A.; Percepção de Pescadores do Norte Fluminense sobre a Viabilidade da Pesca Artesanal como Implantação de Mega Empreendimento Portuário, **Bol. Inst. Pesca São Paulo**, 42(1): 73-88, 2016.